

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação de Mestrado intitulada “*Fala e escrita: suas imbricações em redações escolares*”, tem como propósito central um estudo sistemático para verificar a presença da fala em texto escrito, através de uma observação do fone e do grafema na produção escrita de discentes de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental.

Para tanto, alicerçou-se na Lingüística Textual e, em seguida, por conta do problema a ser analisado, ou seja, a concepção de hibridismo, buscou-se apoio também nos estudos fonético-fonológicos e na Sociolingüística Interacional, exatamente para compreender e explicar o texto na imbricação entre fala e escrita.

Para investigar a integração da fala e da escrita nos textos escritos que constituem o *corpus* desta Dissertação, a mestranda se utilizou dos aspectos fonético/ fonológicos relacionados aos processos fonológicos da neutralização, da harmonia vocálica e do debordamento vocálico. O aporte teórico da Sociolingüística Interacional contribuiu para se refletir sobre os usos lingüísticos, que evidenciam a ocorrência de variações lingüísticas voltadas para os aspectos acima mencionados, o que possibilitou de forma substantiva a compreensão dos fenômenos sociolingüísticos e da oralidade.

O seu objetivo é investigar a integração desses dois elementos lingüísticos, no seu aspecto funcional, tendo por base as seguintes hipóteses: 1) o aluno transpõe, para a língua escrita, traços de natureza fonológica oriundos de sua variação lingüística em suas práticas sociais; 2) existem mais pontos comuns do que divergentes entre essas modalidades comunicativas, proporcionando uma eliminação daquilo que distancia a fala da escrita; 3) o processo de alfabetização, viabilizado pela escola, não dá conta de auxiliar o educando na transferência da língua falada para a língua escrita, uma vez que elas são tratadas sob a perspectiva da língua formal; 4) a imbricação em estudo não deve ser vista como um erro de produção textual, mas como uma possibilidade de realização dos gêneros textuais.

O interesse sobre o tema teve início quando a docente, em suas atividades profissionais em sala de aula, tentava entender os motivos que levavam os alunos de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, séries essas que sucedem a fase de Alfabetização do letramento gráfico em nossa cultura, a registrarem em seus textos escritos (evento privilegiado para o uso das normas padrões da escrita, principalmente, o texto dissertativo, que faz parte do *corpus* deste trabalho), as formas fônicas emitidas em sua variação

lingüística oral. Esse interesse foi se consolidando à medida que se observava, nas abordagens dos teóricos, menções acerca da mesclagem da fala e da escrita, quase uma fusão de ambas, sem uma análise mais sistemática do fenômeno.

A relevância do tema escolhido se justifica por procurar compreender o que facultava os alunos dessas séries, após quase oito anos estudando as características e normas da língua escrita, a não dissociarem uma produção textual da fala e uma produção textual da escrita.

Por outro lado, observa-se que pesquisadores como Marcuschi, Koch e outros abordam sobre o problema em pauta, sobretudo no eixo contínuo tipológico, privilegiando nesse os gêneros textuais da fala e da escrita. Mas, esses estudos não se voltam para explicar a imbricação da fala na escrita, em uma proposta de ir além desse viés, observando essa mesclagem por meio dos elementos primários constitutivos da fala (fone) e da escrita (grafema), que, muitas vezes, privilegiam o uso lingüístico característico de uma dada região brasileira.

Em sua constituição formal, a pesquisa apresenta a Introdução e três capítulos, seguidos das Considerações Finais e das Referências, a saber: 1) *Pressupostos Teóricos*, nos quais se encontram as correntes teóricas da Lingüística Textual e da Sociolingüística Interacionl, originárias do Funcionalismo; e as reflexões acerca da Fonética e da Fonologia, dando-se ênfase ao sistema fonológico do português brasileiro; 2) *Aspectos Metodológicos*, em que se definem os critérios para análise dos dados; 3) *Análise dos Dados*, capítulo em que se registram os resultados obtidos, durante a referida análise.

Considerando que toda pesquisa possui limitações, deixando em aberto a possibilidade de futuros trabalhos, sugere-se enriquecê-la, procurando verificar se o mesmo fenômeno aqui estudado não se estende às séries do Ensino Médio ou, quem sabe, ao Ensino Superior.

Dessa forma, com esta Dissertação, não se pretendeu esgotar assunto tão vasto, deixando outras reflexões e análises para pesquisas posteriores.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 FUNCIONALISMO: ASPECTOS GERAIS

Entre as diversas definições de funcionalismo, há uma, de cunho mais geral, através da qual, para ser funcionalista, torna-se necessário que o lingüista inclua entre as suas metas a de definir as funções desempenhadas pela língua, conforme pontua Poggio (1999, p. 39).

Bühler (1965 apud HEINE, 2000, p. 13), psicólogo, austríaco, ao observar a estrutura do ato lingüístico, via a função como um elemento essencial à linguagem, visto que esse ato é constituído, essencialmente, de alguém que fala de algo para outrem (emissor-conteúdo-receptor). A partir dessa análise, ele propôs uma classificação triádica para as funções da linguagem: (1) função de representação, ligada à coisa de que se fala (conteúdo); (2) função de expressão, referente à pessoa que fala (emissor); (3) função de apelo, relacionada ao ouvinte (receptor). Para Bühler, elas não são excludentes, uma vez que, em um enunciado, podem realizar-se reciprocamente; entretanto, esse autor destaca a supremacia da função representativa que, para ele, constitui a atividade tipicamente humana.

Segundo Pezatti (2004, p. 166), a Escola Lingüística de Praga, nos anos vinte, tornou-se o marco dos estudos denominados *funcionalismo lingüístico*, com o pioneirismo de Roman Jakobson, que estendeu a noção de função da linguagem, restrita apenas à função referencial na teoria estruturalista, a funções que levam em conta os participantes da interação. Coube a Jakobson, baseando-se no ato de comunicação como um todo, renomear as três funções de Bühler, respectivamente, de função emotiva, função referencial e função conativa e acrescentar três outras funções, a saber: (1) função metalingüística, concernente ao nível de linguagem que fala sobre a linguagem; (2) função poética ou “estética”, “ajuda a compreender melhor a linguagem prosaica de todos os dias”, também denominada “função arte”, pelo fato de pôr a mensagem “burilada”; (3) função fática, “única que partilha com os seres humanos”, porque “inicia e mantém a

comunicação” (JAKOBSON, 1995, p. 127), caracterizada por manter e estabelecer o relacionamento social que a fundamenta.

A função de interatividade no funcionamento lingüístico, para Kristeva (1969, p. 103), sofreu influência da lingüística hindu, em torno do século IV a.C., que vê no sujeito o local do sentido, bem como a significação como um processo. Ou seja, “o homem e a linguagem são assim implantados como um espelho que reflete um exterior” (KRISTEVA, 1969, p. 103). Um outro fato é que os gramáticos hindus penderam para uma abordagem funcional da linguagem, pelo fato de terem priorizado a língua falada, embora os aspectos discursivos da oralidade não tivessem sido tratados. No entanto, esse fato foi um grande avanço, naquela época, principalmente quando se tinha a língua escrita como paradigma único para as reflexões lingüístico-filosóficas. Além disso, a língua é tratada, estabelecendo uma interface com os interlocutores do discurso, traço indispensável no processo funcional da linguagem (HEINE, 2006, p. 4).

Neves (1997, p. 16) atribui também à Escola Lingüística de Praga os estudos referentes à rejeição da distinção entre competência – base da dicotomia chomskiana competência/ desempenho – e atuação, assim como os itens estruturais dos enunciados que são vistos como multifuncionais, e não como esgotados em uma descrição de estrutura, limitada à indicação dos falantes gramaticais, nos modelos de Halliday (1973) e de Dik (1978).

Para Neves (1997, p. 17), “Escola Lingüística de Praga” é a denominação que se atribui a um grupo de estudiosos, para os quais “a linguagem permite ao homem reação e referência à realidade extralingüística”. Esses pesquisadores vão realçar a importância do contexto verbal ou não-verbal, em específico o conhecimento mútuo dos interlocutores, para a interpretação das unidades lingüísticas. Nessa concepção, por rejeitarem as frases idealizadas e construídas, em laboratórios das pesquisas gerativistas e vê-las no uso efetivo do processo comunicativo, é que essas são vistas como unidades portadoras de informações, estabelecendo ligações referenciais, quando remetem para o contexto de situação, e ligações co-textuais¹, quando apontam somente para o código lingüístico, conforme verifica Heine (2000).

Para Martinet (1995, p. 86), a lingüística funcional, com base na Escola de Praga, “implica que os enunciados lingüísticos se analisam por referência ao modo como contribuem no processo de comunicação”. A escolha do ponto de vista funcional advém da

¹ Costuma-se usar a expressão “co-textual” para designar ‘elementos lingüísticos explícitos no próprio texto’.

convicção de que toda a pesquisa científica parte apoiada numa pertinência e que é a pertinência da comunicação que melhor permite compreender a natureza e a dinamicidade da linguagem. Os traços da língua, dessa forma, só serão prioritariamente identificados e classificados, por referência ao papel que desempenham no processo de comunicação. Na visão funcional, a linguagem humana se destina a transmitir a experiência, por meio de manifestações perceptíveis, analisáveis em unidades, cada uma das quais corresponde a um elemento da experiência que se pretende transmitir, como mostra Heine (2000).

A partir dessa vertente estruturalista, os estudos enfatizaram temas relevantes como: a perspectiva funcional da sentença (PFS), “organização contextual da sentença”, “tema-remática”, “estrutura tópico-comentário”, pela Escola de Praga; o estatuto de informação com noções velha e nova, que retoma os conceitos de tema e rema; bem como, de igual valor, o conceito de tópico; ponto de vista e fluxo de atenção; o grau de transitividade da sentença e a relevância discursiva; estrutura argumental e fluxo de informação; e, por fim, o processo de gramaticalização, conforme pontua Pezatti (2004).

Assim, compreendendo melhor essas temáticas, como primeiro tópico, Weil (1844 apud PEZATTI, 2004, p. 177) faz uma distinção entre “movimento de idéias”, expresso pela ordem de palavras, e “movimento sintático”, expresso pela desinência. A sentença contém o ponto de partida, ou seja, ponto de encontro entre falante e ouvinte, e o objetivo do discurso, isto é, informação que deve ser partilhada com o ouvinte. Acrescida ao papel da PFS, a ordem de palavras é determinada pela seqüência tema-transição-remática, que indica a ordem não-emotiva, não-marcada, enquanto a seqüência remática-transição-tema indica a ordem emotiva, a marcada. O estatuto de informação velha e nova, aspecto que muito influenciou os estudos funcionalistas, refere-se à questão do estatuto informacional dos constituintes na oração. Esse assunto preocupava Chafe (1976 apud PEZATTI, 2004, p. 181), na medida em que entendia que é uma forma de “empacotamento da mensagem”, uma vez que acreditava estar o dado velho na consciência do ouvinte, no momento da enunciação, e que o dado novo é a informação que o falante acredita introduzir na consciência do ouvinte. Quanto ao conceito de tópico, conforme Pezatti (2004, p. 183), é assunto bastante controverso na literatura lingüística, pois “ora é tratado como informação dada, ora como sujeito, ora como tema e até mesmo foco”. A temática ponto de vista e fluxo de atenção é vista por Chafe (1976 apud PEZATTI, 2004, p. 187), como um fenômeno de empacotamento, visto que sua “base cognitiva está ligada ao fato de as pessoas serem capazes de imaginar-se vendo o mundo por meio dos olhos dos outros, bem

como do seu próprio ponto de vista”. Essas temáticas são também aplicáveis a mecanismos lingüísticos como marcação de caso, concordância verbal e ordem dos constituintes. A relevância discursiva e o grau de transitividade da sentença foram estudados por Hopper e Thompson (1980 apud PEZATTI, 2004, p. 189). Eles observavam que “o pensamento e a comunicação humana registram o universo individual como uma hierarquia de graus de centralidade/ perifericidade”, com o propósito de facilitar tanto a representação interna quanto à exteriorização para as pessoas. As sentenças são construídas pelos usuários da língua de conformidade com seus objetivos comunicativos e sua percepção das necessidades do ouvinte. No que se refere ao fluxo de informação, Du Bois (1987 apud PEZATTI, 2004, p. 193) analisa-o, partindo do pressuposto de que o empacotamento da informação nova deve levar em conta o dado velho, uma vez que inclui “tanto o comunicado no discurso quanto a informação não-verbalizada que falante e ouvinte compartilham como conhecimento de mundo, representado em esquemas, *frames* e *scripts*” (termos usados para designar tipos de modelos cognitivos globais). Quanto à gramaticalização, Neves (1997, p. 115-116) a conceitua como um estudo que evidencia a “tensão entre expressão lexical, relativamente livre de restrições, e a codificação morfosintática, mais sujeita a restrições, salientando a indeterminação relativa das línguas e o caráter não-discreto de suas categorias”. Pode-se observar que esses últimos assuntos se vinculam à distribuição de informação na sentença, que depende crucialmente da informação pragmática a qual os interlocutores compartilham no processo de interação verbal.

Conforme afirma Prideaux (1987, p. 297-308), “um aspecto fundamental do funcionalismo é o reconhecimento de que a linguagem não é um fenômeno isolado, mas, pelo contrário, serve a uma variedade de propósito, dos quais “efetuar a comunicação” não é o último”. A concepção que se tem de linguagem é a de uma “atividade cooperativa entre falantes reais”, visto que serve como instrumento de interação social entre seres humanos, usado com a intenção de estabelecer comunicação, constituindo esse o seu princípio básico, como aponta Camacho (1994, p. 34). Consoante esse autor, a linguagem é uma atividade cooperativa, porque necessita de pelo menos dois participantes, logo se assegura a relação entre interlocutores reais.

Para Pezatti (1994, p. 38-39), o enfoque funcionalista tem como compromisso principal descrever a linguagem, não como fim em si mesmo, porém em termos dos

requisitos pragmáticos² de instrumento de interação social, empregado por seres humanos reais, com a finalidade primária de estabelecer relações de comunicação entre interlocutores. Nesse contexto, passa-se a uma análise adversa à forma, isto é, uma linguagem enquanto conjunto de formas, mas voltada aos modos pelos quais os falantes conseguem se comunicar, cooperativamente, não se restringindo à imanência do sistema lingüístico. As gramáticas não incluem apenas os morfemas e as estruturas sintagmáticas, mas também o seu embasamento cognitivo-interacional no conhecimento que a comunicação tem a respeito de como são organizados os processos e seus participantes. Ainda, segundo essa autora, regras de interação social e regras lingüísticas constituem, juntas, o sistema lingüístico subjacente à interação verbal.

A preocupação precípua do funcionalismo, nessa perspectiva, é com as relações ou funções entre a língua, em sua totalidade, e as mais diversas modalidades de interação social, e não tanto com a língua em suas características internas, conforme ressalta Dillinger (1991, p. 400), frisando a importância do contexto, em específico o contexto social na compreensão da natureza das línguas.

Assim, conceitua-se língua como um instrumento de comunicação que não pode ser analisado como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita às pressões, que vêm das mais diversas situações comunicativas, as quais contribuem a determinar sua estrutura gramatical, de acordo com Martelotta e Areas (2003, p. 21). Por isso, preocupa-se com o uso das expressões lingüísticas, em situações de comunicação, o que requer uma certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo lingüístico.

A expressão lingüística é considerada como intermediária, com relação à intenção do falante e à interpretação do destinatário, devendo ser analisada, levando-se em conta que ela é função da intenção e da informação pragmática do falante e da informação pragmática do destinatário; é também função da conjectura desse último a respeito da intenção comunicativa do falante (NEVES, 1997, p. 27).

² Consoante Pinto (2003, p. 47-68), os estudos lingüísticos denominados pragmáticos se iniciaram, no final do século XIX, tentando explicar a linguagem em uso, sem descartar nenhum elemento não convencional. Esses pontos de estudos pragmáticos se derivaram da preocupação que os falantes (Ver seção 1.1.1) da época tinham com o uso lingüístico. Assim, a Pragmática, enquanto *a ciência do uso lingüístico*, tem como objeto precípua o uso concreto da linguagem (e não a língua em si), com vista em seus usuários, na prática lingüística, bem como as condições que governam essa prática.

A visão funcionalista também será encontrada na tradição estruturalista antropológica americana, com o trabalho de Sapir³ (1921, 1949) e seus seguidores; na teoria tagmêmica⁴ de Pike (1967), quando frisa que as estruturas hierárquicas na língua não param na frase; em Hymes (1972), com o trabalho etnográfico e mentor da noção de “competência comunicativa”; em Firth (1957) e Halliday (1970, 1973, 1985), na tradição britânica; na tradição filosófica de Austin (1962), com a teoria dos Atos da Fala, conforme historia Pezatti (2004, p. 167).

Para Halliday, uma teoria funcional parte da investigação de como a língua é usada, procurando descobrir seus propósitos e como os falantes são capazes de alcançá-los. Além do mais, essa teoria busca a explicação da natureza da língua, em termos funcionais, procurando observar se a língua tem sido moldada para o uso e como uma forma da língua é determinada pela função a que ela serve.

Com efeito, toda abordagem funcionalista de uma língua natural tem como principal objetivo verificar como se processa a comunicação entre os usuários dessa língua, examinando, assim, a competência comunicativa. Isso leva à consideração de que as expressões lingüísticas são configurações de funções e cada função leva a um modo diferente de significação na sentença.

Dessa forma, a corrente funcionalista pode se caracterizar por dois pontos básicos: primeiro, a concepção de linguagem como instrumento de comunicação e de interação social; e, em segundo, o objeto de estudo baseia-se no uso real, assim não separando sistema e uso. Para Dik (1989 apud NEVES, 1997, p. 19), a interação social, conforme a consideração funcionalista do papel da expressão lingüística, dentro da comunicação, é equacionada mediante as funções do falante, como a intenção, a informação pragmática, a interpretação do destinatário de forma antecipada. Assim, as funções do destinatário são as de interpretar a expressão lingüística, a informação pragmática e a intenção comunicativa do falante. Todo esse processo ocorre de forma cooperativa e estruturada, uma vez que,

³ Edward Sapir (1884-1939 apud Lyons, 1970, p. 28-35), em seu livro *Language* (1921), adota uma visão mais “humanística” da linguagem, acentuando a importância cultural, a prioridade da razão sobre a volição e a emoção (assim acentuando o “caráter prevalentemente cognitivo” da linguagem) e o fato de a linguagem ser “puramente humana” e “não instintiva”.

⁴ Consoante Dubois *et al.* (1978, s.v. *tagmêmica*), a teoria tagmêmica de K. L. Pike opõe duas análises de comportamento verbais. Esses podem ser descritos em termos de distribuição, isto é, segundo critérios espaço-temporais; esse ponto de vista é o do distribucionalismo, que faz da língua um objeto. Eles também podem ser descritos em termos de função em relação ao mundo cultural em que se situam: os discursos são *behavioremas*, unidades de comportamento; esta análise define as unidades, conforme a função que os falantes lhes atribuem.

estruturalmente, é governada por regras, normas e convenções sociais e, cooperativamente, porque é necessária a participação de, pelo menos, dois participantes em uso real de comunicação.

Por ver a língua como meio de interação, a gramática passa a ser um processamento das categorias discursivas e semânticas, que resultam em estruturas sintáticas. Nessa abordagem, a função das formas lingüísticas desempenha um papel muito importante, porque, segundo Mackenzie (1992 apud NEVES, 1997, p. 22), fenômenos de ordem de palavras, como por exemplo, topicalização, apassivação, extraposição levam o falante a uma avaliação do conhecimento e das expectativas do ouvinte. As gramáticas funcionais, baseando-se na retórica e na etnografia, são paradigmáticas, pois designam cada conjunto de crenças e hipóteses em interação. Desse modo, é no seu funcionamento e nos contextos que as expressões lingüísticas podem ser compreendidas, sendo “co-determinadas pela informação contextual e situacional”, conforme explica Neves (1997, p. 45).

Assim, conforme Givón (1995 apud MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 24), os três dogmas centrais da lingüística estrutural - a *arbitrariedade* do signo lingüístico, a idealização relacionada à distinção entre *langue* e *parole*; e a rígida divisão entre *diacronia* e *sincronia* – deixam de ser o foco da atenção.

Câmara Jr. (1979, p. 13), ao resenhar alguns dos artigos produzidos por Sapir, em específico “Estudo de simbolismo fonético”, afirma que, quanto ao problema da arbitrariedade do signo lingüístico, princípio básico da doutrina saussuriana, tão debatido ultimamente, a solução a que chega esse autor, por caminho próprio e independente desse debate, é de que há uma associação espontânea entre os sons vocais e as nossas impressões do mundo extralingüístico e que tal associação, de que as línguas não tomam conhecimento em suas estruturações formais, está pronta a vir à tona, quando o indivíduo se desvencilha das formas concretas de sua língua e das relações arbitrárias entre som e conteúdo, que aí se estabelecem.

Saussure (1977, p. 96) assegura que o lingüista deve estudar as relações entre os fenômenos existentes, ao mesmo tempo, num determinado momento do sistema lingüístico, podendo ser no presente como no passado. Distinguindo fatos sincrônicos da língua e fatos diacrônicos, ele afirma que é sincrônico “tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, um estado de língua”, ou seja, a concatenação de fatos de uma língua em momento dado de sua história é um produto acabado. Contrário a esse conceito, Martinet (1995, p. 41-49) vê a sincronia como o estudo de uma língua em

atividade, um processo, visto que ela funciona e é o funcionamento que se necessita mostrar, a partir de uma sucessão de causas e efeitos. Logo, a sincronia é dinâmica como são as línguas humanas como um todo; as mudanças que nelas ocorrem são provenientes do seu funcionamento, uma vez que “a língua se adapta constantemente às necessidades dos utentes” e as mudanças são rápidas por serem rápidas as mudanças sociais. Para ele, ao se analisar uma língua, a partir de princípios funcionais, é preciso que se atribua essa dinamicidade, visto que ela atende as necessidades dos seres humanos.

Halliday (1985, p. 13) assinala que uma gramática é funcional quando focaliza a linguagem em uso, não sendo accidental a organização interna da língua; ela incorpora as funções que a língua desenvolveu para servir na vida do homem social. Logo, esse aspecto conduz à afirmativa de que, na língua, existe uma acentuada motivação entre o sistema lingüístico e as relações sócio-culturais, pertinentes ao falante que o utiliza, ou seja, não há a arbitrariedade lingüística.

Como observa Camacho (1994, p. 34), “(...) são os usos da linguagem que modelam, durante milhares de gerações, o sistema lingüístico, que, por isso, não é arbitrário. O modo como é organizado é funcional porque se desenvolveu para satisfazer as necessidades humanas”.

Então, na ótica funcionalista, considera-se a estrutura ou a forma de uma língua como uma variável dependente, que resulta de regularidades das situações em que se fala; daí a importância da comunicação para explicar a estrutura. Logo, identificam-se no discurso as regularidades, os processos recorrentes.

Em verdade, o termo “funcional” vincula-se a uma grande variedade de modelos teóricos, impossibilitando a existência de uma “teoria monolítica”, que se compartilhe por aqueles que se identificam com a corrente funcionalista. No funcionalismo lingüístico, a abordagem procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. Há um consenso entre os pesquisadores das várias vertentes do funcionalismo, no que se refere a sua base comum, isto é, a interação social como meio de análise lingüística.

Nessas linhas de análise lingüística, concentram-se vários desenvolvimentos lingüísticos ou disciplinas como, por exemplo, a Análise do Discurso, a Análise da Conversação, a Sociologia Variacionista ou Sociolingüística, a Lingüística Textual etc. Dentre elas, as duas últimas serão os lastros teóricos que sustentarão esta pesquisa.

1.1.1 A Lingüística de Texto

A Lingüística Textual (LT) constitui um dos ramos da Lingüística, que começou a se desenvolver na Europa, na década de 60, e, de modo especial, na Alemanha. Ela tem como objeto particular de investigação o texto, os princípios constitutivos e os fatores envolvidos em sua produção e recepção, mais precisamente interessados nos processos e menos nos produtos.

Conte (1977 apud FÁVERO; KOCH, 2002, p. 13) apontou três “momentos tipológicos” ou perspectivas de estudo no desenvolvimento da LT: análise “transfrástica”, construção de gramáticas do texto, contexto pragmático do texto.

Na *análise transfrástica*, o texto é analisado a partir da frase, observando-se as relações estabelecidas entre as frases e os períodos, de modo que construa unidade de sentido. Nessa fase, muitos fenômenos não conseguiam ser elucidados pelas teorias sintáticas e/ou semânticas, como, por exemplo, a co-referenciação que ultrapassa a fronteira da frase, compreendida somente no interior do texto, conforme Bentes (2005, p. 247). Além desse fenômeno, a pronominalização, a seleção dos artigos, a concordância dos tempos verbais, a relação tópico-comentário, a conexão entre enunciados, observando entre uma seqüência e outra sem a presença de conector, e outros foram investigados por essa linha de pesquisa. Nesse período, conforme Harweg (1968 apud BENTES, 2005, p. 247), um texto era “uma seqüência pronominal ininterrupta”; ou “seqüência coerente de enunciados”, por Isenberg (1970 apud BENTES, 2005, p. 247).

Com a intenção de construir o texto como objeto da Lingüística, consoante Marcuschi (1998a, apud BENTES, 2005, p. 249), surgem as primeiras propostas de elaboração de *gramáticas textuais*, a partir da descrição da competência textual do falante, provocado pelo sucesso da gramática gerativa, iniciando-se, aqui, a sua segunda fase. Por seguir a corrente européia, a noção de gramática era formalista e ligada à sintaxe: em abordagens descritivas de distribuição de morfemas e estruturas de frases; e gerativa, de descrições estruturais aos textos, conforme registra Beaugrande (1997, p. 72).

Segundo esse autor, a gramática de texto foi um projeto que formularia as “regras” formais que “geram” a “estrutura subjacente” “de todos os textos e dos “não-textos” ou “textos agramaticais””. Assim, por não explorar a “dialética dinâmica entre o sistema

virtual na língua *versus* o sistema real de textos e as interações entre as restrições regulares e as emergentes e entre as restrições lingüísticas, cognitivos e sociais”, a gramática tentou deslocar o texto para o lado virtual, dando conta, apenas, das restrições lingüísticas formais.

Muitos pesquisadores desse período, como Lang, Dressler, Dijk, Petröfi (apud BENTES, 2005, p. 249), por considerarem que não há uma continuidade entre frase e texto, mas sim uma diferença de ordem qualitativa, e não quantitativa, conceituam o texto como a unidade lingüística mais elevada, e, ao segmentá-la, chegar-se-ia a unidades menores a serem classificadas. Eles consideram, também, que todo falante nativo possui um conhecimento acerca do que seja um texto ou aglomerado de palavras ou sentenças, não precisamente uma unidade de sentido, ou seja, um texto. Considera-se, nesse contexto, a competência textual do falante, análoga à competência lingüística chomskyana, com base na gramática textual internalizada. De acordo com a teoria gerativista, desenvolvida por Chomsky – lingüista americano –, a competência lingüística consiste no conhecimento que o falante tem de um conjunto de regras, as quais lhe permitem produzir e compreender um número infinito de sentenças, reconhecendo aquelas que são bem formadas, de conformidade com o sistema de regras da língua.

Val (1999, p. 2) conceitua competência textual como:

(...) capacidade que habilitaria os falantes a produzir, interpretar e reconhecer textos coerentes, a resumir e parafrasear textos, a perceber os limites e a completude ou incompletude de um texto, a atribuir título a um texto identificando seu tópico central, bem como a produzir textos a partir de um título ou tema dado.

O funcionamento da língua, nos processos comunicativos de uma sociedade concreta, marca a pesquisa em LT, em seu terceiro momento, denominado *contexto pragmático do texto* ou *virada pragmática*. Nessa fase, a LT sofreu influência da pragmática, corrente filosófica que considera a língua em uso e as condições que governam a utilização da língua, focando, desse modo, o papel do sujeito e da enunciação na produção do texto. Esse é estudado, em um contexto de produção, não como produto acabado, mas como um processo, advindo de operações comunicativas e processos lingüísticos em situações sociocomunicativas.

Pinto (2003, p. 51) aborda sobre as diferentes correntes de estudos pragmáticos, que influenciaram para a seleção de objetos e métodos para o estudo dos fenômenos de

linguagem em uso. Dentre essas correntes, destacam-se: o pragmatismo americano, influenciado pelos estudos semiológicos de William James; os estudos de atos de fala de J. L. Austin; e os estudos da comunicação, voltados para as relações sociais, de classe, de gênero, de raça e de cultura, presentes na atividade lingüística. O pragmatismo americano tem em Charles S. Peirce a idéia da tríade pragmática: a relação entre signo, objeto e interpretante. A Teoria dos Atos de Fala, de Austin, procurou refletir acerca de questões, exclamações e sentenças, que expressam comandos, desejos e concessões. Assim, ele distingue enunciados performativos e os enunciados constativos. As pesquisas pragmáticas, denominadas por estudo da comunicação, se caracterizam por seu hibridismo nos dois grupos anteriores e têm em Grice a reavaliação do conceito de cooperação. Segundo o autor, para haver comunicação seria necessário haver cooperação entre os usuários.

Conforme Koch (2004, p. 13-14), essa nova orientação teve impulso na Psicologia da Linguagem, em especial na Psicologia da Atividade, de origem russa, e na Filosofia da Linguagem Ordinária da Escola de Oxford⁵. Nesse momento, “os textos deixam de ser vistos como produtos acabados” e serão considerados “elementos constitutivos de uma atividade complexa, como instrumentos de realização de intenções, comunicativos e sociais do falante”, segundo Heinemann (1982 apud KOCH, 2004, p. 14).

Uma teoria do texto, nesse quadro, buscaria explicar não mais a competência lingüística, nem mesmo a competência textual, e sim a competência comunicativa, que diz respeito à capacidade de um falante atuar, com eficiência e eficácia, em situações sociais de comunicação. Competência comunicativa, para Hymes (1995, p. 27-46), consiste na habilidade plural que o falante possui, proporcionando-lhe, entre outras coisas, selecionar a variação lingüística, adequadamente, apropriada a cada contexto de realização. Desse modo, a língua pode ser observada, dentro do próprio uso, em sua totalidade, bem como tomada como fenômeno heterogêneo, variável, histórico e social, indeterminado, sob o

⁵ Foi nessa escola e a partir dessa filosofia que se desenvolveu a Teoria dos Atos de Fala. Consoante Blackburn (1997, p. 154), a filosofia da linguagem tenta compreender os componentes de uma linguagem efetivamente usada, a relação que esses têm com o mundo. Ela tem pontos de contato com a filosofia da mente, visto que precisa de explicação das características de nosso entendimento, que nos permitem usar a linguagem. A produção filosófica, no século XX, se guia pela crença de que a filosofia da linguagem é a base de todos os problemas filosóficos, na proporção em que a linguagem é o exercício característico da mente. Essa filosofia consiste em tomar a linguagem, e não aquilo sobre o que a linguagem fala diretamente, como o dado primitivo. A idéia central é que, através de uma apreciação do papel e dos objetivos dessa linguagem, se possa ter uma melhor concepção daquilo de que a linguagem fala. Filósofos de Oxford do pós-guerra se preocupavam em caracterizar o uso lingüístico cotidiano, entre eles, Austin.

ponto de vista semântico, sintático e que se manifesta em situações concretas de uso (MARCUSCHI, 2001, p. 43).

Hymes (1966 apud BORTONI-RICARDO, 2004, p. 73), ao conceituar competência comunicativa, reformula a idéia de competência lingüística, quando verifica que o conceito não dá conta das questões da variação da língua, em nível interindividual ou intraindividual. Assim, esse lingüista norte-americano propôs um novo conceito, capaz de incluir não só as regras que “presidem à formação das sentenças, mas também as normas sociais e culturais que definem a adequação da fala”.

Para essa autora, o grande ganho desse conceito, além da adequação, é a inclusão da viabilidade – associada a fenômenos sensoriais e cognitivos, como a audição, a memória etc. – associada aos recursos comunicativos de diversas naturezas, como os “gramaticais, de vocabulário, de estratégias retórico-discursivas etc.”.

Além desses três momentos históricos da LT, para alguns pesquisadores (HEINE, 2004), o *enfoque cognitivo*⁶, iniciado na década de 90, deve ser visto como o quarto momento ou uma nova orientação nos estudos do texto. Considera-se que toda ação é acompanhada de processos de ordem cognitiva, ou seja, o agir precisa dispor de “modelos mentais de operações e tipos de operações”, conforme acentua Koch (2004, p. 21).

É nessa concepção que Mondada e Dubois (2003, p. 20) vão abordar sobre a referenciação, tratando-a como advinda de uma “ontologia dada”, quer dizer, a noção de referenciação é concebida como inerente à natureza do ser, em geral, e como uma propriedade transcendental. Assim, a referenciação diz respeito a uma “relação entre o texto e a parte não-lingüística da prática em que ele é produzido e interpretado” (RASTIER apud MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20). Essa prática é atribuída a uma construção de objetos cognitivos e discursivos, na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo. Em uma visão dinâmica, leva-se em conta um sujeito sócio-cognitivo, mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo; ele constrói o mundo não mais de forma isolada,

⁶ Ainda não está registrado esse enfoque enquanto fase, mas, após o arcabouço sobre referenciação (anáfora cognitiva e/ou associativa), constata-se, de forma gradual, o surgimento desse novo momento.

mas em uma “pluralidade de atores situados que discretizam a língua e o mundo e dão sentido a eles, construindo individualmente e socialmente as entidades”.

Nessa linha de estudo, o texto passa a ser resultado de processos mentais, segundo os quais os parceiros da interação possuem “saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social”, assim como conhecimentos que devem ser ativados para um melhor entendimento na interação verbal. Definem-se, aqui, por conhecimentos o lingüístico, o enciclopédico, o interacional e o referente a modelos textuais globais, de acordo com Heinemann e Viehweger (1991 apud KOCH, 2004, p. 22). Cada um desses sistemas de conhecimentos corresponde a um tipo *procedural*, ou seja, procedimentos ou rotinas ativadas quando do processamento de um texto.

1.1.1.1 Noção de texto: um olhar pelo caminho da LT

Buscar-se-á, nesta seção, traçar os conceitos atribuídos ao texto, levando-se em consideração as fases pelas quais passou a Lingüística Textual, enquanto corrente proveniente do Funcionalismo e, conseqüentemente, do Estruturalismo.

Para Orlandi (2005, p. 18), no estruturalismo dos anos 50, o texto já era pesquisado por Harris que, com o seu método distribucional, conseguia livrar a análise do texto do viés conteudista, mas reduzia-o a uma frase longa. Já, no estruturalismo europeu, o inglês Halliday considera o texto como uma passagem de qualquer comprimento, que forma um todo unificado, pensando a linguagem em uso, conforme se verão os conceitos nas páginas seguintes.

Por ser o texto o objeto de estudo da LT, como já se mencionou, e também material de análise nesta pesquisa, buscar-se-á visualizar os diferentes e diversos conceitos atribuídos a ele, no decorrer da história dessa vertente de estudo da língua. Sabe-se que o conceito de texto varia conforme o autor e/ou a orientação teórica adotada, mesmo no bojo da Lingüística Textual.

Em princípio, nas duas primeiras fases da LT, o texto se constitui em um encadeamento de sentenças, concebidas como uma ‘frase complexa’, ‘signo lingüístico primário’, ‘cadeia de pronominalizações ininterruptas’, ‘seqüência coerente de enunciados’, ‘cadeia de pressuposições’. Portanto, tem-se ainda uma orientação

estruturalista, pois os estudos pautavam-se em uma noção de texto somente do ponto de vista do texto enquanto texto, isto é, presa à visão de co-texto, tendo como material de análise os códigos lingüísticos de sua constituição e um sentido restrito em si mesmo, em um percurso ainda da frase para o texto. A partir da referida concepção de texto, deu-se ênfase à coesão gramatical, definindo-se o texto como uma “seqüência coesa e coerente de enunciados”. Conforme observa Marcuschi (2003, p. 3), ele preenchia algumas condições e características, quais sejam: seqüência linear de frases; limitação de início e fim, tanto à esquerda quanto à direita; completude relativa; coesão⁷ entre os diversos enunciados encadeados; relações semânticas entre os constituintes de superfície. Assim, a “coesividade é o princípio central da geração de textos”, sendo, por isso, a tarefa de uma gramática de texto a de fornecer as regras de formação textual, para determinar os textos “bem-formados” numa dada língua.

Observa-se, aqui, o que se chamou de modelo transfrástico ou supersintaxe, hipersintaxe ou macrossintaxe, como mostra Marcuschi (2003, p. 3), embora não fique delimitado esse período e o outro momento subsequente em que ocorreu a construção das gramáticas de texto. Afirma esse autor que o texto é admitido como unidade básica e objeto de estudo, em uma visão bastante estruturalista.

Por ser considerado hierarquicamente mais alto, o texto constitui uma entidade do sistema lingüístico, cujas estruturas serão determinadas pelas regras de uma gramática textual, isto é, ele é uma “estrutura determinativa”, em que tudo está necessariamente interligado. A concepção de gramática textual está atrelada à corrente teórica do gerativismo, em que vê o texto como uma capacidade inata de produção do falante, assim, por ter em si a competência textual.

Segundo Val (1999, p. 2), a coerência textual é definida pela macroestrutura semântica, isto é, a representação geral da significação do texto está na sua subjacência. Já

⁷ Halliday e Hasan constituem-se, nessa fase, os principais pesquisadores da coesão textual, que ocorre através de dois grandes processos, como a seqüencialidade, que se realiza por conectivos; e a referencialidade, que se dá por elementos pronominais, repetições, entre outros. A referência, para esses autores, é conceituada como um “processo segundo o qual se estabelece uma relação semântica entre dois elementos textuais ou ainda entre um elemento textual e outro extralingüístico”. Há, para eles, dois tipos de referência: exofórica, refere-se a elementos extra-textuais; endofórica, expressões presentes intratextualmente. Assim, se caracteriza a coesão correferencial, ou seja, está presente em nível de co-texto e que tem relação com duas expressões que possuem o mesmo referente, sendo obrigatória a presença de um antecedente. Além da coesão correferencial, há a coesão não-correferencial, que funda em dados semântico-pragmáticos e em dados cognitivos, não exigindo necessariamente a presença de um antecedente (HEINE, 2000, p. 70), mas por blocos textuais, por elementos recuperáveis por inferências, por elementos depreendidos, a partir de conhecimentos partilhados ou de mundo.

na microestrutura, a conexão mútua entre os enunciados se manifestaria. Desse modo, a insistência em uma articulação macro é quem congrega e (re)define significados locais. O texto é pensado como um todo estruturado, cuja significação e coerência se fazem no plano global. Nessa fase, o texto se torna a unidade lingüística por excelência, donde se conclui que é por textos e não por sentenças que se comunica. Percebe-se, portanto, que as definições aqui atribuídas a texto estão pautadas na imanência do sistema lingüístico, como mostra Marcuschi (1983; 2003, p. 7-9):

Um texto compõe-se de uma seqüência de expressões ou sentenças ligadas, podendo ir desde sentenças de uma só palavra até uma obra em vários volumes. Parte de uma noção intuitiva de texto como seqüência de morfemas ou sentenças ligados de alguma forma como um todo (HARRIS, 1952).

Texto é uma sucessão de unidades lingüísticas constituídas por uma cadeia pronominal ininterrupta (HARWEG, 1968).

Um texto é uma unidade em uso. Não é uma unidade gramatical, tal como uma frase ou uma sentença; e não é definido por sua extensão. (...) Um texto é, melhor dizendo, uma unidade semântica: não uma unidade de forma e sim de sentido (HALLIDAY; HASAN, 1976).

O texto é “uma estrutura superficial ‘governada’ por uma estrutura semântica profunda motivada”, ou seja, “um conjunto ordenado de sentenças da estrutura profunda” (VAN DIJK, 1977).

A conceituação atribuída ao texto, até aqui, ratifica os dois primeiros momentos percorridos pela Lingüística Textual: o texto é visto a partir de uma unidade maior do que a palavra, a frase, com relações entre si e entre períodos, na análise transfrástica; e o texto passa a ter a condição de unidade lingüística superior, produzido por todo falante, na proposta das gramáticas textuais.

A definição de texto, na perspectiva pragmática, é voltada para a comunicação em um contexto de interação. Um texto não se encerra, nem se resolve nele mesmo, mas se produz na relação dele com o contexto em que venha ocorrer, nas ações que, por ele, com ele ou nele, os usuários realizam.

Para Schmidt (1978, p. 170), texto é todo componente verbalmente enunciado de um ato de comunicação, pertinente a um jogo de atuação comunicativa, caracterizada por uma orientação temática e cumprindo uma função comunicativa reconhecível, ou seja,

realizando um potencial ilocutório⁸ determinado. O processo textual coerente vai ocorrer mediante a realização intencional, por parte dos parceiros envolvidos na comunicação e por eles identificado como um conjunto de enunciados lingüísticos.

A enunciação⁹ está sempre movida por uma intenção de atingir um objetivo ilocucional determinado. Para tanto, o enunciador realiza atividades “lingüístico-cognitivas”, com o propósito de garantir a compreensão e estimular, facilitar ou causar a aceitação por parte do enunciatário¹⁰, que, por sua vez, precisa compreender o objetivo principal do enunciador, a fim de se aceitar, colaborar na concretização do objetivo almejado e mostrar a reação desejada.

A coerência do texto é estabelecida levando-se em conta a interação, assim como as crenças, os desejos, as preferências, as normas e os valores dos interlocutores, conforme Koch (2004, p. 19).

Na dimensão pragmática, a significação do texto não se restringe ao que ele “diz”, às informações por ele veiculadas, mas como elemento fundamental às ações que o locutor realiza ao dizê-lo. A existência do texto está condicionada a sua produção e a sua recepção.

Concebe-se texto, conforme mostra Bentes (2005, p. 254), baseado na Teoria dos Atos de Fala e a Teoria da Atividade Verbal, não mais como uma estrutura acabada, ou seja, um produto, mas como *processo* de sua constituição, verbalização e tratamento pelos parceiros da comunicação, donde se conclui que, por ser o texto construído dessa forma, não existem seqüências de enunciados incoerentes em si, o não-texto¹¹.

Na “guinada cognitiva”, o texto passou a ser observado como unidade processual, dando-se ênfase aos processos cognitivos. Na perspectiva de observar e explicar o

⁸ Para Austin (apud PINTO, 2003, p. 58), ato ilocucionário é aquele que reflete a posição do(a) locutor(a), em relação ao que ele(a) diz.

⁹ Benveniste (1989, p. 82) afirma que a enunciação é o ato propriamente de produzir um enunciado, a conversão individual da língua em discurso; e o que, em geral, caracteriza-a é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja ele real ou imaginário, individual ou coletivo.

¹⁰ Na concepção semiótica da linguagem, abordada por Barros (2003), o enunciatário e o enunciador são os desdobramentos do sujeito da enunciação de um discurso; o segundo exerce o papel de manipulador com um fazer persuasivo e ao primeiro cabe o fazer interpretativo e a ação subsequente. Para Benveniste (1989, p. 84), esses sujeitos serão chamados de locutor e alocutário, entretanto, ocupando a mesma função dos anteriores.

¹¹ Compreende-se pela expressão não-texto ou texto incoerente, consoante Koch e Travaglia (2000, p. 32), aquele em que o receptor (leitor ou ouvinte) não consegue descobrir a continuidade de sentido, por motivos como discrepância entre os conhecimentos ativados, inadequação de conhecimentos e o seu universo cognitivo. Esse tema gerou muita polêmica, já que alguns pesquisadores, na década de 80, afirmavam existir textos incoerentes e outros divergiam quanto a essa visão.

processamento do conhecimento lingüístico, tomaram-se, como paradigma, todas as atividades humanas, cujos processos cognitivos utilizam-se de modelos mentais de operações de construção de conhecimento, inclusive a atividade lingüística.

Com esse modelo, os textos passam a ser vistos, inicialmente, como fenômenos que se iniciam através de processos cognitivos e como processos mentais, em sua conclusão, como postula a Lingüística Textual.

Diferente das atividades comunicativas, vistas no modelo pragmático, a construção do texto, assim como todas as atividades humanas, vai ocorrer no momento em que a memória, as estruturas cognitivas e os conhecimentos armazenados forem ativados. Nessa abordagem, conforme confere Koch (2004, p. 21), “(...) os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos na memória que necessitam ser ativados para que a atividade seja coroada de sucesso”.

Nessa visão cognitivista, o texto é resultado de um “conjunto entrelaçado de operações mentais”, ou seja, o usuário, ao desenvolver a construção de um texto, ativará conhecimentos já armazenados, como os enciclopédicos, lingüísticos, interacionais e os de modelos globais de texto. A partir dessas atividades, geram-se expectativas das quais resulta um projeto nas atividades de compreensão e produção do texto.

Para Koch (2004, p. 32), na concepção interacional da língua, o texto é considerado como o próprio lugar da interação e os interlocutores – atores/ construtores sociais –, são sujeitos ativos, que, através do diálogo, nele se constroem e por ele são construídos. Assim, essa atividade interativa vai se realizar, com base nos elementos lingüísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer também um vasto conjunto de saberes, como já se pontuou anteriormente.

Em Marcuschi (2003, parte III), o texto recebe a caracterização de “um evento lingüístico, social e cognitivo, de natureza comunicativa, falado ou escrito, de qualquer extensão, organizado de acordo com os princípios morfológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos e cognitivos das línguas envolvidas”.

Consoante essa última concepção, o texto, nesse trabalho, passa a ser analisado como elemento comunicativo proveniente, sobretudo, de processos mentais nos quais o escrevente se utiliza, especialmente, de conhecimentos adquiridos e armazenados cognitivamente, para a produção de uma atividade textual, que tem como intento a interação com seus interlocutores.

1.1.1.2 Reflexões sobre a relação fala e escrita

Desses períodos pelos quais passou a LT, os dois primeiros, a análise transfrástica e as gramáticas textuais, deram ênfase ao estudo de texto, em uma visão dicotômica, isto é, fala e escrita diferem, sob todos os aspectos, como se fossem dois sistemas lingüísticos distintos. Então, elas seriam duas línguas autônomas e independentes.

Consoante Blanche-Benveniste (2003, p. 18), a autonomia da língua escrita teve o seu início no século IX. A partir desse fato, os usos escritos evoluem muito e adquirem direções diferentes, conforme as línguas e os países. Assim, a LT iniciou as pesquisas de texto, com propensão para o texto escrito, como afirma Marcuschi (2000, p. 1), ao dizer que as expressões como “texto”, “textualidade”, “produção de texto” remetem à situação inicial, quando a LT, nos anos 60, estava voltada para o texto enquanto produto. Entretanto, esse debate não se inicia no século XX, mas, desde a Grécia Antiga, quando se privilegia a escrita em detrimento da fala, essa praticamente não analisada pelos mentores filosóficos da época. Para Heine (2006, p. 2), a escrita pautava-se apenas nas obras literárias do passado, centrada primordialmente nesse gênero literário, sem considerar, desse modo, diferentes manifestações inerentes, tanto à língua oral quanto à escrita. E mais, a escrita era vista como superior à fala, tendo, essencialmente, a função de representá-la. Em seus textos sobre a escrita, tanto os gregos como outros povos antigos mostravam uma diferença entre o escrito e o oral e aquele era considerado um artefato secundário, uma representação desse, conforme mostra Desbordes (1996, p. 25). Para esses antigos, os sons da voz, apesar de serem inumeráveis, eram compreendidos com apenas um pequeno número de letras. Assim, no sentido em que as letras seriam consideradas enquanto representação ou um simples instrumento de transposição da oralidade, elas estão restritas ao código, sem nenhuma relação com os sentidos que esses signos poderiam trazer para os usuários, isto é, totalmente desprovidos de significado.

Desse modo, é possível visualizar as duas primárias propriedades dicotômicas, que caracterizam as modalidades falada e escrita, em formas físicas de manifestação: a fala realiza-se por meio fônico e a escrita, por meio gráfico. Desbordes (1996, p. 28) constata que autores como Boécio ou Prisciano, no final da Antiguidade, pensam fazer um grande

progresso ao distinguir a letra e a pronúncia dela, com o propósito de separar o escrito do oral.

Observa-se que o apego à letra, enquanto forma isolada e representação do oral, perpassa um grande período da história da humanidade, advindo daí o olhar para a língua falada (LF) e a língua escrita (LE), como pólos distintos e como se fossem sistemas lingüísticos adversos. A língua escrita estaria no papel de simples transcodificação de um sistema a outro sistema, o da fala, como marca Rey-Debove (1996, p. 75-77) neste trecho “(...) a prioridade de um dos dois sistemas é fortuita e depende apenas da ordem de aprendizagem, que se manifesta por competências desiguais para o oral e o escrito”; e mais “(...) estudam-se os produtos da transcodificação, o transcrito e o oralizado, e insiste-se em assinalar o que não pôde passar diretamente de um sistema para outro como um “resto” que necessita uma adaptação ao nível do conteúdo. Este restante constitui o essencial da distinção entre oral e escrito”.

Na visão dicotômica, língua falada e língua escrita são identificadas pelas características que as distanciam, por orientações peculiares e excludentes, em relação a regras. A língua escrita tem a condição peculiar de ser um dispositivo estatal, ensinado prioritariamente na escola, apenas em seu uso padrão. Nesse enfoque, as duas modalidades se encontram em permanente estado de concorrência.

Marcuschi (2000, p. 4) apresenta três tipos básicos para se observar as diferenças e as semelhanças entre LF e LE, tendo como parâmetro a dicotomia: “dicotomia completa”, “dicotomia parcial” e “via representações complementares”. O enfoque apresentado até aqui caracteriza a primeira visão, ou seja, LF e LE seriam “sistemas autônomos e independentes”.

Na visão parcial, a dicotomia é menos drástica, pois as duas modalidades são tratadas como “representações paralelas da mesma língua”, embora continuem autônomas e específicas. Já na via “representações complementares”, elas são tratadas como dois conjuntos sobrepostos, sendo que cada modalidade teria algo em comum e algo em específico com a outra. Para esse autor, nesse caso se nega a idéia de que a escrita representa a fala ou que uma é derivada da outra (idéia que prevaleceu por muito tempo), visto que ambas são formas concomitantes e complementares de representar a mesma língua com o mesmo sistema. Essa visão permite observá-las como modalidades mescladas, que não se opõem, mas se imbricam.

Ver-se-á, a seguir, uma visão, embora dicotômica, mas parcial, em que as duas modalidades se caracterizam por representações paralelas da mesma língua. Essas diferenças entre fala e escrita costumam ser as mais freqüentemente mencionadas, como pode ser observado no QUADRO 1:

QUADRO 1: Fala e escrita: visão dicotômica

Fala	Escrita
<ul style="list-style-type: none"> * contextualizada * implícita * redundante * não-planejada * predominância do “modus pragmático” * fragmentada * incompleta * pouco elaborada * pouca densidade informacional * predominância de frases curtas, simples ou coordenadas * pequena freqüência de passivas * poucas nominalizações * menor densidade lexical 	<ul style="list-style-type: none"> * descontextualizada * explícita * condensada * planejada * predominância do “modus sintático” * não-fragmentada * completa * elaborada * densidade informacional * predominância de frases complexas, com subordinação abundante * emprego freqüente de passivas * abundância de nominalizações * maior densidade lexical

(KOCH, 1997, p. 62)

Assevera Koch (1997) que, desse paralelo, nem todas as características são representações de uma ou de outra modalidade e que essas características tiveram somente como parâmetro o ideal da escrita padrão, nos moldes da gramática normativa do português europeu. Esse modelo de dicotomia é muito difundido, nos manuais escolares, através das gramáticas pedagógicas. Assim, durante o período escolar, aprende-se que a escrita difere da fala, entre outras coisas, pelo fato de a primeira estar ligada mais à norma padrão da língua, e a segunda mais à norma não-padrão. A fala, nessa visão, passa a se

constituir o caos do uso lingüístico, comparada à “linguagem rústica das sociedades primitivas”.

Além disso, essas descrições não se pautam na interação dos falantes em seus usos discursivos e nem na produção textual, mas tende somente a noções de regras rígidas, voltadas aos signos lingüísticos da escrita. Coloca-se ainda, aqui, a supremacia, a supervalorização da escrita, enquanto elemento de dominação e divisão de grupos de uma sociedade. Conforme Gnerre (1998, p. 30), essa ainda é uma visão tradicional e restrita atribuída à língua.

Bakhtin (1997, p. 279-287), em *Os gêneros do discurso*, vem trazer uma nova abordagem sobre a utilização da língua, que é efetuada através de forma de enunciados (orais e escritos). Esses enunciados provêm dos integrantes de uma ou de outra esfera da atividade humana e refletem as condições e as finalidades dessas esferas, principalmente por conteúdo temático, estilo e construção composicional. Atribui às esferas os tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados de gêneros do discurso.

Segundo Bakhtin (1997), esses gêneros são infinitos e variáveis, como também são as atividades humanas, comportando a cada esfera inesgotável repertório de gêneros; eles vão se diferenciando e ampliando conforme a complexidade da esfera. Nesse sentido, eles são heterogêneos (orais e escritos), contemplando indiferentemente: o diálogo cotidiano (conforme a diversidade do tema, situação e a composição dos participantes), o relato familiar, a carta (com variadas formas), a ordem militar padronizada, os documentos oficiais (com repertório diversificado), as declarações públicas (em sua amplitude), as exposições científicas e todos os modos literários. Com essa diversidade dos gêneros do discurso, o autor avalia que, a partir da diversidade funcional, seria possível encontrar traços comuns a todos, assim como buscar critérios que possam fazer uma diferença entre gênero de discurso primário (simples como diálogo cotidiano, carta) e o gênero de discurso secundário (complexo como teatro, romance, discurso científico). Esse último, durante o processo de sua formação, absorveria e transmutaria o primeiro, que adquiriria características particulares, como a perda da relação com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios.

Consoante Bakhtin (1997, p. 282), “o estudo da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros de enunciados nas diferentes esferas da atividade humana” tem grande importância para todas as áreas da Lingüística e da Filologia, porque lidam com enunciados tanto escritos quanto orais, que estão relacionados com as diferentes esferas da

atividade e da comunicação, uma vez que “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua”.

Marcuschi (2000) amplia a visão bakhtiniana, mostrando que o panorama teórico começou a mudar muito dos anos 90 para cá e as obras incorporaram também a oralidade. Ele (2001, p. 25), contudo, distingue oralidade e fala, enquanto práticas sociais. A primeira é caracterizada como uma “prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora, desde uma realização mais informal a mais formal nos mais variados contextos de uso”; já a segunda, situada no plano da oralidade, se caracteriza por “uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral, sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano”. Nessa modalidade, os aspectos prosódicos e outros recursos expressivos como os gestuais, os movimentos do corpo e a mímica são utilizados para auxiliar na comunicação. Consoante Marcuschi (2002), para se analisar a relação entre fala-escrita, é necessário levar em consideração alguns critérios, como: grau de publicidade (número de produtores e receptores), grau de intimidade dos participantes (conhecimento entre os participantes, conhecimentos comuns), grau de participação emocional (afetividade, emocionalidade e expressividade), grau de ligação situacional (atos permitidos ou não no contexto), relação referencial (grau de inserção dos indivíduos na situação para a referenciação), proximidade física dos parceiros de comunicação (comunicação face a face, distanciada, no mesmo tempo ou em tempos diversos), grau de cooperação (atuação direta no evento), grau de dialogicidade (relação entre os produtores; possibilidade e freqüência de interferência na produção textual), grau de espontaneidade (preparação prévia ou não), fixação temática (tema espontâneo e pré-fixado ou não).

A partir dessa nova perspectiva (MARCUSCHI, 2001, p. 15-43), um novo objeto de análise e uma nova concepção de língua e de texto passam a ser vistos como um “conjunto de práticas sociais”. Concebem-se, desse modo, a fala e a escrita enquanto atividades interativas e complementares, no contexto das práticas sociais e culturais; e as línguas se fundam em usos. A escrita, como manifestação formal, em seus diversos tipos, é mais do que uma “tecnologia”, mais um bem social indispensável a enfrentar o dia-a-dia, no mundo moderno. Ambas são atividades comunicativas e práticas sociais situadas, ou seja, usadas em contextos sociais básicos, como “o trabalho, a família, a escola, o dia-a-

dia, a vida burocrática, a atividade intelectual”; e, em ambos os casos, tem-se um uso “real” da língua. Então, do ponto de vista dos usos cotidianos da língua, há práticas sociais mediadas de preferência pela escrita e outras pela tradição oral. Nessa visão, fala e escrita podem se englobar em todas as manifestações textuais discursivas nas modalidades oral e escrita. Nessa concepção, os termos “fala” e “escrita” passam a designar formas e atividades comunicativas, compreendidas muito mais como processos e eventos do que produto, restrito ao plano do código. Conforme esse autor, na realidade, se tem uma série de “textos produzidos em condições naturais e espontâneas nos mais diversos domínios discursivos das duas modalidades”. Esses textos terminam se entrecruzando, sob muitos aspectos, e, por vezes, constituem domínios mistos. Assim, por pertencerem a um único sistema lingüístico, fala e escrita são realizações de uma gramática única e com “realização multissistêmica” (palavras, gestos, mímica etc.) para os textos orais e os textos escritos não se limitam apenas ao alfabeto (abrangem fotos, ideogramas, como ícones do computador e grafismos de todo tipo). Portanto, de acordo com Marcuschi (2001, p. 42), a relação fala e escrita, sob o ponto de vista sócio-interacional, poderia ser assim formulada:

O contínuo dos gêneros textuais que distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num *contínuo de variação*, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos sobrepostos.

Ao observar a fala e a escrita, com vista no contínuo tipológico, é possível elencar as vantagens, que essa visão proporciona:

- i) A língua falada (LF) e a língua escrita (LE) são modalidades comunicativas, pertencentes ao mesmo sistema lingüístico e que se manifestam através das práticas sociais da oralidade e do letramento;
- ii) Entre LF e LE “persistem relações de semelhanças e diferenças contínuas e graduais” (MARCUSCHI, 2005, p. 2), dentro do contínuo das práticas sociais de produção textual;
- iii) Ambas são dois estilos de produção enunciativas situadas, tendo como regra as práticas sócio-interativas e com funções igualmente importantes na sociedade;

iv) As duas modalidades estão propensas à variação lingüística, visto que esse fato é inerente ao funcionamento da língua;

v) A tendência às noções de padrão (equivalente à escrita) e de não-padrão (equivalente à fala) se torna inconsistente, porque, em alguns gêneros textuais (romance, entrevistas, aulas), LF e LE dividem o mesmo espaço, em um processo de imbricação, acentuando um hibridismo;

vi) Elimina-se, desse modo, uma série de distinções geralmente feitas entre fala e escrita, como contextualização (na fala) *vs.* descontextualização (na escrita), implicitude (na fala) *vs.* explicitude (na escrita) e muitos outros.

1.1.2 Sociolingüística Interacional

Antes de se descrever a Sociolingüística Interacional como disciplina preocupada com a língua, em sua interação em contextos sociais, vai-se compreender, em síntese, a sua gênese: a Sociolingüística.

Os estudos dessa disciplina tiveram grande desenvolvimento, nas décadas de 50 e 60, nos Estados Unidos. Em princípio, a Sociolingüística estuda as relações entre as variações lingüísticas e as variações sociológicas, embora a sua tarefa seja a de mostrar a variação sistemática da estrutura lingüística e da estrutura social, dando ênfase à diversidade lingüística, como pontua Preti (2000, p. 16).

A Sociolingüística partia de análises contrastivas entre variedades faladas por minorias e a variedade de prestígio na sociedade, supondo que problemas com o desempenho escolar de crianças falantes de uma variante sem prestígio seriam resolvidos a partir do estudo de uma variante com *status* de padrão social mais elevado. Observa-se, nessa proposta, a intenção de se criar um processo educacional igualitário.

Com base em fatores extralingüísticos¹², que influem na maneira de falar – acrescenta-se aqui o escrever –, a Sociolingüística buscou compreender os fenômenos lingüísticos, a partir de distinções geográficas, históricas, econômicas, políticas, sociológicas, estéticas, donde a variação lingüística seria observada através das dimensões territorial, de idade, sexo, geração, raça, profissão, posição social, grau de escolaridade e de função.

Esses procedimentos foram identificados na tradição sociolingüística como correntes de estudos pautadas na Dialetologia Social, de natureza quantitativa, também nomeada de estudo da variação e da mudança lingüísticas, como mostra Bortoni-Ricardo (2005, p. 118).

Pesquisadores, como Goodman e Labov, ocupam, na Sociolingüística, o grupo dos “teóricos da ordem”, que se baseiam em normas e categorias sociais, as quais preexistem e atuam como parâmetros influenciadores dos usos lingüísticos.

Na pós-modernidade, a Etnografia da Comunicação, de natureza interpretativa, qualitativa, tem na Sociolingüística Interacional o mais novo ramo das Ciências Sociais, que faz interface com a Lingüística, a Pragmática, a Antropologia (na subárea de Etnografia) e a Sociologia (nas subáreas de Etnometodologia e de Análise da Conversação). Essa vertente sociolingüística apresenta uma base teórica interdisciplinar e metodológica requintada para a descrição dos fenômenos da interação humana, assim como tem em Gumperz o teórico principal, conforme descreve Bortoni-Ricardo (2005, p. 149).

O seu aparato teórico-metodológico centra-se em três tradições funcionalistas do estudo da linguagem: a Semântica Cognitiva, que se associa à Pragmática dos atos da fala, a Análise da Conversação e a Etnografia da Comunicação, como já se apontou.

Para os sociolingüistas dessa fase, a variação no uso da linguagem é sistemática e acessível ao estudo científico e aquilo que o torna sistemático é sua correlação com variáveis sociais, isto é, a língua varia de acordo com a natureza da relação entre os

¹²Para Beaugrande (1993 apud NEVES, 1997, p. 43), esses elementos como gestos, expressões faciais, manifestações emocionais e outros contribuem para formar a rede de eventos comunicativos do “discurso”. Marcuschi (1991, p. 61) nomeia-os por “recursos não-verbais e supra-segmentais”. Os primeiros, acima exemplificados, têm um papel fundamental, na interação face a face, porque estabelecem, mantêm e regulam o contato dos participantes; os segundos são de natureza lingüística, porém não de caráter verbal, como por exemplo, as pausas e o tom de voz.

participantes em interações, com o tipo de evento social e com os propósitos sociais das pessoas na interação. Ainda de acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 156), “A conversação contextualmente situada associando construtos sociais, sociocognitivos e lingüísticos e concretando-se em estratégias discursivas”, se constitui o seu objeto de estudo.

Dessa forma, o objeto da Sociolingüística Interacional é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. A comunidade lingüística é seu ponto de partida, ponto caracterizado por um conjunto de pessoas que interagem verbalmente, compartilhando, também, um conjunto de normas, as quais dizem respeito aos usos lingüísticos, que orientam um comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras.

Conforme Goffman (2002, p. 20), a interação face a face tem regulamentos, processos e estrutura próprios, e eles não parecem ser de natureza puramente lingüística, embora expressos por um meio lingüístico. Desse modo, a fala se organiza socialmente, em um pequeno sistema de ações face a face, que é ratificada e governada em um encontro social.

Percebe-se que, nessa fala, o autor deixa subentendido a importância dos elementos paralingüísticos, no processo da interação, em que esses cooperam para um jogo comunicativo entre os participantes, em suas condutas sociais.

Para Gumperz (2002, p. 172), os “sinais extralingüísticos” se encontram no “cenário”, bem como no conhecimento dos participantes, os quais têm domínio do que aconteceu, antes da interação, através de pressuposições sociais que são importantes para a interpretação da mensagem.

No tocante à fala e à escrita, como modalidades comunicativas de um mesmo sistema lingüístico, a Sociolingüística Interacional – ou Sociointeracionista – trata-as em uma perspectiva dialógica.

Recorre-se, aqui, à visão de Marcuschi (2001, p. 32), para se verificar a contribuição dessa vertente nessa relação entre essas duas modalidades. Segundo esse autor, fala e escrita se apresentam com base nas seguintes características: dialogicidade, usos estratégicos, funções interacionais, envolvimento, negociação, situacionalidade, coerência e dinamicidade. A partir desse modelo, fica mais evidente a língua como fenômeno interativo e dinâmico, situada em contextos sócio-históricos e que vem ocorrer em atividades de negociação e processos de produção de sentido entre os participantes da

comunicação. As categorias lingüísticas são construídas interativamente e sensíveis aos fatos culturais.

Desse modo, a visão sócio-interacionista vem alargar os caminhos da pesquisa científica, atribuindo mais valor à fala, mas também avaliando que tanto a língua falada quanto a língua escrita devam ser analisadas, a partir das práticas sociais, colocando-as em pé de igualdade. A partir dessa concepção da Sociolingüística Interacional, os dados serão analisados, focando o texto-corpus enquanto prática social interativa e que traz em sua estrutura gráfica a prática lingüística oral/escrita de um uso social.

1.1.2.1 Reflexões sobre oralidade e variação lingüística

Busca-se, nesta seção, fazer uma discussão acerca de dois fenômenos lingüísticos, de certo modo polêmicos: a oralidade e a variação lingüística. O primeiro tem sido foco de estudo da linguagem em várias vertentes, em específico pela Lingüística Textual; já o segundo, tem na Sociolingüística o seu maior campo de estudo, que busca compreender a relação entre língua e sociedade, tendo como foco a diversidade lingüística, fruto do contexto sociocultural. Para os sociolingüistas, “(...) a variação faz parte do sistema lingüístico, participa do seu funcionamento e interfere nos processos de mudança que se operam no seu interior”, conforme acentua Lucchesi (1996, p. 74).

1.1.2.1.1 A oralidade

Os estudos da oralidade, no âmbito da fala, ganharam ênfase no Brasil, a partir dos trabalhos realizados pelo Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (NURC)¹³, que, na década de 1970, avançou consideravelmente no estudo sobre a língua portuguesa culta, falada em áreas urbanas. As pesquisas relacionadas às análises da fala enfocaram e

¹³ O projeto NURC, inspirado no *Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*, foi implantado no Brasil a partir de 1969, com o objetivo de descrever a norma lingüística do português falado por pessoas de escolaridade de nível superior, em cinco cidades brasileiras (MOTA; ROLLEMBERG, 1994, p. 11-12).

enfocam assuntos nos aspectos sintáticos, com trabalhos acerca da concordância, regência, topicalização dos elementos da sentença; nos aspectos textuais, com pesquisas sobre marcadores conversacionais ou discursivos, os dêiticos, as descontinuidades no fluxo de informação (inserção com suspensão temporária de tópico, repetição com hesitação, correção etc.), o processamento textual (anáfora, catáfora, repetição) e o processamento textual, também estudando os conhecimentos lingüísticos, enciclopédicos ou de mundo e o interacional, dentre outros.

A partir de Marcuschi (1995)¹⁴, conceitua-se como oralidade a prática social interativa, que se funda na realidade sonora, e apresenta-se sob variadas formas ou gêneros textuais falados, desde o mais informal ao mais formal e monitorado, nos mais diversos contextos de uso, tendo por finalidade a comunicação. Ou seja, segundo Stubbs (1986 apud MARCUSCHI, 2005, p. 33), o termo “oralidade” é usado para se “referir a habilidades na língua falada”, compreendendo-se tanto a produção (a fala como tal) quanto a audição (a compreensão da fala ouvida).

A oralidade se caracteriza desde uma realização mais informal, como um bate-papo familiar e casual, normalmente, através de um diálogo simétrico ou espontâneo, donde os falantes dispõem de condições semelhantes para negociar livremente o assunto e controlar os turnos, até a mais formal, como exposição em conferência, nos mais diversos contextos de uso, predominando um diálogo assimétrico no qual um interlocutor tem ascendência sobre o outro, introduz e muda o assunto, distribui os turnos (CASTILHO, 1998, p. 14). É prudente que se lembre que mesmo a conversa mais informal segue um plano de formulação e planejamento muito bem claro, assim como um plano lingüístico, uma vez que segue regras, como já comprovaram as pesquisas desde os anos oitenta do século XX. Para Preti (2003, p. 51), o sujeito que principia uma conversação tem, pelo menos, um tema, idéias organizadas, com o objetivo de despertar interesse no interlocutor. E mais, no decorrer do diálogo, com a alteração normal dos tópicos e subtópicos, pode-se necessitar de novos argumentos, que implicam um replanejamento do discurso.

Tomando-se de uma visão geral para uma visão particular, no ponto de vista da oralidade, a fala estará como uma forma de produção textual-discursiva, para fins comunicativos na modalidade oral, utilizada por uma tecnologia simples, inerente à disposição do ser humano.

¹⁴ Essa data corresponde ao trabalho mimeografado feito pelo autor, mas na referência desta pesquisa se registra a publicação de 2005.

Assim, quando se referir à oralidade, está-se falando da forma mais primária dela se apresentar, enquanto uma prática social: a fala. Embora ela se realize através do meio fônico e que essa é uma condição necessária a sua produção, não se deve confundir com oralização que se trata de uma situação híbrida, tal como as notícias nos rádios e nos telejornais, ou seja, uma produção textual, em sua gênese escrita, mas que é transmitida a partir de um evento oral; entretanto, não se legitima como fala, como adverte Marcuschi (2005, p. 71).

1.1.2.1.1.1 Elementos intrínsecos à oralidade

Por ser considerado um dos principais meios de interação entre os seres humanos, a oralidade vai acontecer de forma substantiva, por meio de diálogo. Esse terá como resultado um texto falado, em que, em uma situação face a face ou com outros recursos, os interlocutores se utilizam de elementos construtores dessa interação, como a hesitação, repetição, interrupção, marcadores discursivos e muitos outros, com o propósito de manter um intercâmbio comunicativo. Koch (2006, p. 47) considera a hesitação e a interrupção como descontinuidades na progressão textual, específicas da oralidade, porque elas se manifestam em todos os gêneros de textos falados, como atividades de processamento do texto, ligadas a sua emissão. A seguir, são focalizadas, apenas, a hesitação e a interrupção.

Conforme essa autora, as hesitações têm a função de ganhar tempo para o planejamento/ verbalização do texto, enquanto a interrupção tem diferentes finalidades, porque cortes sintáticos ou lexicais são efetuados pelos interlocutores com o objetivo de introduzir, na progressão do texto, reformulações ou inserções necessárias à compreensão do que está sendo dito. No entanto, essas funções não são excludentes, uma vez que os locutores podem interromper “um segmento textual em processamento e simultaneamente hesitar”, enquanto replanejam a próxima fala. Logo, elas podem ocorrer, simultaneamente, no mesmo ponto do desenrolar do texto falado. Marcuschi (1991, p. 27) afirma que a hesitação (ou pausas preenchidas) é um dos organizadores locais para a transição de um turno a outro, ou, até mesmo, um convite à tomada de turno, possibilitando ao ouvinte a conclusão do turno do falante, em um processo de co-autoria de texto. Além dessa função,

em geral, a hesitação e a interrupção servem como momentos não só de organizar, mas também de planejar internamente o turno, dando ao falante tempo de se preparar.

São abordadas, a seguir, breves considerações acerca da hesitação e interrupção, enquanto fenômenos intrínsecos à oralidade.

Hesitação

A hesitação é um objeto de investigação, no contexto da gramática do português falado, como fenômeno lingüístico típico da oralidade (MARCUSCHI, 2006, p. 48). Em uma concepção de língua enquanto entidade que existe em si e por si, a hesitação faz parte do uso e não do sistema formal da língua. Sendo o uso a forma de realização da língua, a hesitação é “intrínseca à competência comunicativa em contextos interativos de natureza oral”, como também é uma atividade textual discursiva que atua no plano do processamento textual, seja no nível supra-segmental (pela prosódia: pausas, alongamentos vocálicos), seja no nível segmental (com elementos formais da língua).

A característica básica da hesitação é o fato de constituir rupturas da fala, na linearidade material, em pontos sintáticos e prosodicamente desmotivados, porém não são aleatórios. O fato de haver ruptura não a caracteriza sem fluência, uma vez que há uma continuidade da atividade comunicativa.

Segundo Marcuschi (2006, p. 50), materialmente, a hesitação ocorre por meio de determinados fenômenos, como os fenômenos prosódicos (pausas, alongamentos vocálicos), as expressões hesitativas (éh, ah, mm), os itens funcionais (artigos, preposições, conjunções, pronomes, verbos de ligação), os itens lexicais (substantivos, advérbios, adjetivos, verbos), os marcadores discursivos acumulados (sei lá; quer dizer; sabe; então; né; ah etc.), os fragmentos lexicais (palavras iniciadas e não concluídas), conforme se identificam nos registros feitos pelo Projeto NURC, aqui exemplificados apenas os fenômenos de alongamentos vocálicos (1) e os itens funcionais (2)¹⁵:

(1)

1 Doc. – quais os cuidados que: ... você deve ter?

2 Inf. – com o cavalo? Um: um ... fricote danado ... bom ... cavalo come ... capim

¹⁵ Utilizam-se neste trabalho os mesmos inquéritos utilizados por Marcuschi (2006), acima citado, como exemplificação desses dois elementos específicos da oralidade.

... mas

- 3 deve comer também ... éh: *vitami::nas raçõ::es* essas coisas ... e se eu não me
 4 engano sal também ... pelo menos com o boi ... come sal ... e tem que escovar ...
 5 todo dia tem que escovar pra um lado pro outro pra um lado pro outro com uma
 6 escovinha especial ... tem que ter cuidado com:: *parasi:tas* ... tem que ter
 7 cuidado com *inse::tos carrapa::to* essas ... coisas que dá pêlo de::lê tem que
 8 sair pra *passsea::r*tem que *exercita::r* fazer *exerci::cio* ...

(DID REC 150: 144-50)

(2)

- 1 Inf. – tinha o vidro pra ...*pra ...pra ... pra ...* iluminação *do ... do ... do ...*
 2 do recinto ... não é? Muitas vezes vidros coloridos ... que dava
 3 um ar assim *de ... de ...* de cafonice altamente simpática ... né ...
 4 lá ... o sol batia ali ... tinha um vidro colorido ... não é? ((riso)) e
 5 essa casa era assim ... no fundo da casa tinha *um ...* um galinheiro ...

(DID RJ 233: 79-85)

No exemplo (1), os alongamentos vocálicos (nas palavras em itálico), geralmente, operam como ênfase, vindo principalmente em final de palavra monossilábica ou em sílaba final átona, como, no exemplo (1), **que** (L 1), **um** (L 2), **com** (L 6); no exemplo (2), os itens funcionais são elementos reduplicados, como **pra** e **do** (L 1), em sua grande maioria monossilábicos, situados em posições sintáticas, ou seja, no instante em que se quer construir um sintagma.

Por fim, Marcuschi (2006, p. 70) questiona se a hesitação se constitui, em verdade, uma propriedade da língua ou do falante, uma vez que as pausas são irregulares entre os indivíduos; donde se leva à discussão para se distinguir entre o que cabe ao falante e aquilo que cabe ao processo de enunciação. Entretanto, esse autor reconhece a importância da função desempenhada pela hesitação no intercâmbio comunicativo:

Na realidade, dadas as funções que a hesitação desempenha no intercâmbio comunicativo, não é pacífica a idéia de que a hesitação seja uma simples descontinuidade da fala. Pois o texto falado em sua materialidade, pode ser visto como uma pista relevante para a observação tanto das estratégias de formulação como das atividades verbais nos aspectos formais, interacionais e cognitivos.

Interrupção

Também como atividade de processamento do texto (SOUZA e SILVA; CRESCITELLI, 2006, p. 71), a interrupção é designada como inacabamento, buraco ou vazio, de acordo com as perspectivas de análise de diversos lingüistas. Igualmente à hesitação, a interrupção é um fenômeno intrínseco à oralidade e que tem sido visto na relação do locutor/ enunciado próprio (auto-interrupção) ou enunciado/ interferência direta do interlocutor (herointerrupção). Para essas autoras, a distinção entre esses dois tipos é difícil de se estabelecer, exigindo muita atenção dos foneticistas, porque o critério para explicar o estatuto da interrupção não tem sido satisfatório, a partir do pressuposto de que é um conceito partilhado entre os estudiosos e considerado sob o viés da escrita.

A interrupção por auto-interrupção (COSTE 1986 apud SOUZA e SILVA; CRESCITELLI, 2006, p. 72) se caracteriza não só pelo inacabamento, mas também por ruptura no desenvolvimento do enunciado, provocada por repetições com pequenas palavras, como conjunções, artigos e preposições. Essas retomadas podem ter como objetivo fazer modificações ou, até mesmo, reaparecer de modo idêntico, como mostram os trechos de fala do Projeto NURC:

(3)¹⁶

Loc. – é ... a lagosta de lá é muito gostosa ... e ... e no // em Fortaleza nós comemos também muita coisa ligada a mar e peixes assim muito gostosos ... eles fazem muito preparado ... assim ...

(DID RJ 328: 197-99)

(4)

Inf. – ou apresentações relamente em cinemas ... da da Capital foi apenas uma:://

Uma realização nossa pra:: mais pra diversão ...

(DID SP 161: 59-61)

No trecho (3), a interrupção do enunciado vai ocorrer no término da primeira sentença, quando o locutor quer replanejar a sua fala, não mais continuando com a contração prepositiva “no”, mas usando a preposição “em”, que se adequa melhor ao constituinte frasal seguinte “Fortaleza”; já no trecho (4), há uma retomada de forma

¹⁶ Utiliza-se, nesta seção, os mesmos exemplos apresentados pelas autoras, advertindo que as interrupções estão marcadas, como na transcrição, por duas barras e o vocábulo retomado de forma sublinhada.

idêntica com o artigo “uma”; donde se verifica, nesses trechos, não só o incabamento da sentença, mas também a retomada de forma objetiva.

Quanto à materialização da interrupção, Souza e Silva e Crescitelli (2006, p. 73) consideram, empiricamente, no nível sintático, o maior consenso, porque é nele que se evidencia a construção de enunciados para o qual a norma padrão tende a rotular como errado, uma vez que faltam constituintes formalmente anunciados pelo corte ou pela repetição, conforme se verificou acima. Assim, o corte e a retomada serão as materializações da interrupção, estando o primeiro caracterizado pela ausência imediata de constituintes, sejam eles sintáticos ou lexical; e, o segundo, nos níveis sintático e lexical (repetição da estrutura e do item lexical) e semântico.

Segundo Souza e Silva e Crescitelli (2006, p. 76), corte e retomada “são fundamentais para a análise interpretativa e a caracterização adequada da interrupção como elemento constante e sistemático na língua falada”. A partir da importância desses elementos, a interrupção com retomada, por ter a função de indicar a ocorrência imediata de diferentes estratégias constitutivas do texto falado, como a correção, a repetição, os parênteses e a paráfrase, tem por objetivo atuar como instanciadora dessas estratégias, na proporção em que um falante se interrompe ou é interrompido pelo interlocutor, com o propósito de corrigir, reiterar ou reformular algo já posto no discurso. Nesse sentido, a retomada constitui uma marca do processamento *on-line*, específico da fala, que é ativada por ter uma finalidade, uma razão. Já a interrupção sem retomada vai apresentar uma menor ocorrência, conforme as autoras, nas estratégias de construção do texto falado; assim como a de correção no conjunto das interrupções, sinalizando, possivelmente, uma “tendência dos falantes de fazer a retomada todas as vezes em que lançam mão dessas estratégias” (SOUZA e SILVA; CRESCITELLI, 2006, p. 76).

Para Souza e Silva e Crescitelli (2006, p. 86), embora o ponto de vista tradicional considere os enunciados interrompidos como “desvios, indicadores de falhas de desempenho, indesejáveis”, esses fenômenos são o pano de fundo do texto falado e não imperfeições, visto que podem ser considerados como uma marca de elaboração da própria oralidade, sinalizadores do caráter reflexivo da linguagem, na medida em que ela olha para si mesma, retomando o já dito ou antecipando o que será proferido.

Assim, ao tratar da oralidade, recorreu-se aos estudos propostos pela análise da gramática da língua falada e, para compreender, a variação lingüística, buscaram-se nos

pressupostos teóricos da Sociolinguística subsídios para tecer comentários acerca desse segundo tema.

1.1.2.1.2 A variação lingüística

Quanto ao segundo elemento de estudo desta seção, a variação lingüística, procura-se compreender a língua como um sistema que apresenta variações, devido a fatores lingüísticos ou extralingüísticos. Os variacionistas, que introduziram um modelo teórico metodológico denominado Teoria da Variação, buscam identificar a representação de duas ou mais formas alternativas de dizer a mesma coisa no mesmo contexto. Eles procuram descobrir padrões de uso, ou regularidades, que dizem respeito à frequência de ocorrência de estruturas da língua em uso. O principal objeto de descrição dos variacionistas é a fala mais espontânea dos indivíduos, como membros de uma comunidade lingüística, adotando técnicas quantitativas que, normalmente, se associam a fatores extralingüísticos, como idade, sexo, posição social, etnia etc.

Delimita-se, nesse trabalho, a variação ou modos alternativos de utilização de formas, para representar o mesmo elemento lingüístico nas variantes fônicas, em textos escritos, dando enfoque aos processos fonológicos.

Assim, analisando textos de alunos do Ensino Fundamental de 4^a e 8^a séries, material do *corpus* deste trabalho, encontram-se, como amostra de variação fônica, os seguintes casos:

1) Síncope do [P]:

poblema (8.1, L 4)¹⁷ - “problema”

2) Assimilação do fonema [x]:

saberdoria, martador, martaram (8.6, L 13)-“sabedoria”, “matador”, “mataram”

¹⁷ A numeração colocada após os exemplos tem a seguinte descrição: 8 e 4 representam 8^a e 4^a séries; e o número seguinte, a ordem dada aos textos selecionados.

3) Apócope do [x]:

o problema então é entende... (8.7) – “o problema então é entender...”

quando chega as minhas ferias vai sê (4.1) -

-“quando chegarem as minhas férias, vai ser...”

O Brasil precisa mudar abri mais fabricas, jerá mais empregos (8.17) -

“O Brasil precisa mudar, abrir mais fábricas, gerar mais empregos...”

4) Rotacismo da lateral [l] pela vibrante [r]:

TV grobinho (4.2) – “TV globinho”

Inicialmente, ratifica-se a visão da Sociolinguística, quando se admite que existam formas de uso diferentes na língua e que não se constituem “erro”, visto que só se qualifica como tal aquilo que comprometa a comunicação entre os interlocutores.

Considerando que as variações linguísticas se manifestam nos usos do sistema e que representam formas diferentes de se dizer a mesma coisa, passa-se, com base nesse pressuposto, a explicar os exemplos acima.

Em (1), há um processo fonológico de supressão, caracterizando a síncope ou supressão do fonema /P/ no interior da palavra. Esse fenômeno vem se caracterizando em falantes tanto da zona urbana quanto da rural e com grande frequência, ou seja, há uma probabilidade do desaparecimento desse fenômeno linguístico. Em (2), o fenômeno se inverte com uma adição por assimilação, uma vez que ocorre o surgimento de um fonema no interior da palavra por um processo fonológico de transformação por assimilação, ou seja, na ação assimilatória de um fonema sobre o outro, nesse caso, presente em sílaba subsequente. Em (3), há uma queda do /x/ no final do vocábulo, ou seja, do fonema que marca a desinência do infinitivo, caracterizando a apócope. As pesquisas sociolinguísticas têm mostrado que esse fenômeno se constitui em uma das marcas do português no Brasil. Em (4), a marca da fala em texto escrito registra exatamente a pronúncia, que ora ocorre como “broco”, indicando, hipoteticamente, que na gramática da língua desse falante não existe encontro consonantal com [l], ou seja, reside aí o fenômeno do rotacismo, pelo qual o [l] é substituído por /r/. Esse fenômeno é muito tradicional e vem sendo mostrado pelas pesquisas como um fato remoto da passagem do latim vulgar para o português, presente ainda nos dias atuais.

Se se considera o fonema como segmento mínimo da fonação e que se distingue uma forma mínima de outra pela individualidade significativa (CAMARA JR., 1986, p. 118), percebe-se, em alguns desses exemplos, que, apesar de não se identificar a formação de outro vocábulo a partir de uma nova significação, há uma variação na formação da palavra. Na troca de /l/ por /r/ em “grobinho”, fica muito bem nítida a mudança de consoantes, pois as suas pronúncias ocupam posições articulatórias distintas. Para Cagliari (1989, p. 65), o aluno que escreve *grobinho* em vez de “globinho”, possivelmente, troca o l pelo r, porque na fala diz [gro'bĩɲu] e não [glo'bĩyu]; fenômeno esse, segundo Faraco (2000, p. 13), caracterizado como variedade rural do português brasileiro, mas que hoje também está presente em contexto urbano, trazido pelos migrantes. É que, normalmente, a depender do dialeto, em final de palavras, é muito comum o ensurdecimento da consoante, como no caso do infinitivo; por isso, ele não é marcado, fato esse, no caso deste *corpus*, que repercute também na escrita.

Conclui-se que neste estudo se considerou variação lingüística os aspectos fonéticos diferentes para se falar a mesma coisa, em especial, na estrutura da palavra escrita com a utilização, principalmente, do uso das consoantes; e a oralidade enquanto prática social que se realiza em um diálogo face a face ou por outros meios, utilizando-se recursos necessários ao favorecimento da produção, transmissão e recepção de uma mensagem interativa. Esses variados recursos se materializam em seus aspectos verbal e supra-segmental, como as expressões corporais, gestuais etc., em um jogo de interação compartilhada entre os interlocutores (falante e ouvinte). Quanto à primeira, torna-se evidente a troca de um fonema consonantal mais nitidamente pelo outro, ocasionando, às vezes, a possível mudança de significado do vocábulo na fala e na escrita. No caso desta pesquisa, o fenômeno vai aparecer na escrita, logo ocorrendo mais discriminação por parte dos usuários da língua; já a segunda, os elementos construtores do diálogo acentuam a necessidade de recursos outros, como a interrupção, a correção, a hesitação etc., para se realizar uma comunicação a contento. Não se nega aqui que a oralidade e a variação lingüística estejam em âmbitos distintos da comunicação humana, uma vez que ambas se realizam na língua falada, utilizando-se de um mesmo sistema lingüístico. Os estudos da variação lingüística primam mais pelos aspectos físicos, materiais da estrutura lingüística em uso, na língua falada, recorrendo a fatores extra-lingüísticos, como idade, sexo, classe social etc., com o intuito de se explicar determinados usos lingüísticos; e os estudos da oralidade vão além dos aspectos materiais, quando analisam esses aspectos, em seu cunho

verbal, e os aspectos supra-segmentais, utilizados pelos interlocutores, para que a comunicação seja primada pela clareza, precisão e, principalmente, não fique dúvida quanto aquilo que se quer dizer.

Também, não se pode negar que as pesquisas referentes à variação lingüística e à oralidade tenham tido abrangências, em termo de público alvo, bastante distintas. É pertinente observar que a variação foi foco de estudos em populações da zona rural e da zona urbana, em uma dimensão de variação dialetal, com ênfase na dimensão territorial, geográfica ou regional (TRAVAGLIA, 2000, p. 42), observando-se as influências regionais na formação lingüística do falante daquelas populações. O estudo da oralidade, realizado pelo Projeto NURC (CASTILHO, 2006, p. 8)¹⁸, restringiu à pesquisa uma população alvo somente da zona urbana de capitais, como Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, organizado pelas universidades localizadas naquelas cidades como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), respectivamente; tentando documentar, descrever e refletir acerca da norma culta do português falado no Brasil, a partir de informantes com nível de escolaridade superior.

A partir desses dados, não se deve confundir as variações lingüísticas ou socioletais com língua falada, de sorte que as formas “poblema”, “grobinho” e outras são variedades de usos da língua, e não fatos da oralidade, conforme se mostrou.

Assegura Marcuschi (2005, p. 72) que:

Ou, pior ainda, confundir como fatos da oralidade os *regionalismos*, os *idiomatismos* e a *gíria*, quando isso é uma questão de estilo, variação, registro, etc., e não uma marca da oralidade como querem os livros didáticos e algumas gramáticas normativas. A confusão é compreensível porque essas formas lingüísticas são mais usadas na oralidade. O fato é que elas não são partes da norma escrita. Mas isso não as credencia como características da oralidade.

Portanto, é pertinente salientar que focalizar os temas oralidade e variação lingüística, neste trabalho, são tão somente por entender que eles se realizam, de uma forma ou de outra, através da língua falada, ou seja, todo e qualquer elemento de variação

¹⁸ Na apresentação dessa obra, Castilho faz um apanhado histórico das pesquisas realizadas acerca da língua falada e os vários resultados que elas trouxeram, para se caracterizar o português falado no Brasil.

da língua se realiza na fala. Entretanto, é sabido que esses estudos da língua têm objetos de estudo distintos.

1.3 REFLEXÕES SOBRE A FONÉTICA E A FONOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo fazer algumas considerações acerca de dois ramos da ciência lingüística: a Fonética e a Fonologia. Dizem-se considerações, porque se buscarão, em seus arcabouços teóricos, explicações para compreender alguns dos seus fenômenos, em especial determinadas regras fonológicas que interferem na escrita padrão, estabelecendo, conseqüentemente, uma imbricação entre fala e escrita. Para tanto, serão observados os sons da fala e os sons da língua, respectivamente, o fone, no âmbito da Fonética, e o fonema, no âmbito da Fonologia, verificando, a partir desse último, o sistema fonológico do português brasileiro, com foco nos seus segmentos vocálicos. De forma breve, ver-se-á também uma descrição das sílabas em padrões silábicos tradicionais e em padrões silábicos, de acordo com a Fonologia Não-linear.

1.3.1 A Fonética

Segundo Heine (2006, p. 1), nos primórdios do século XIX, a Fonética começa a constituir um domínio, no seio da ciência da linguagem, buscando desvencilhar-se da relação biunívoca entre som da fala e letra, embora ainda com um pendor para uma pesquisa nos moldes do alfabeto greco-latino. O termo “fonética”, ainda nesse período, abarcava, em sua subjacência, o conceito de fonologia, ou seja, as noções de fonética e fonologia se intercambiavam entre si, embora Baudouin de Courtenay, em fim do referido século, já admitia uma distinção entre os sons propriamente emitidos e os que os falantes acreditavam fazê-los e os ouvintes julgavam ouvir (CÂMARA JR., 1979, p. 162). Em outras palavras, são os sons realizados pelo indivíduo e os sons identificados pela comunidade lingüística, em uma proporção de fala individual e um sistema lingüístico.

Ferdinand de Saussure, para Jakobson (1967, p. 16), foi um dos primeiros lingüistas a levantarem a questão do objetivo de enunciação vocal, e seus discípulos e adeptos passaram a considerar o estudo dos sons vocais do ponto de vista da função da linguagem, até então assunto da Psicologia e da Fisiologia Sensorial. A forma sonora de uma língua passou a fazer parte dos estudos da Lingüística, no seu valor significativo e, sobretudo, na sua função de suporte de uma significação.

Consoante Heine (2006, p. 2), só houve a cisão entre a Fonética e a Fonologia a partir do Círculo Lingüístico de Praga, fundado em 1926 pelo tcheco Mathesius e outros participantes, dentre os quais se menciona o russo Jakobson. Foi nesse Círculo que se dissipou, de uma vez, a confusão entre Fonética e Fonologia. Desse modo, Trubetzkoy, outro lingüista russo, conceitua a Fonética como “a ciência da fala material dos sons da linguagem humana” e a Fonologia, “a ciência que preenche uma determinada função na língua” (CARVALHO, 1997, p. 118). Ambas têm, respectivamente, como objeto de estudo o fone, o som realizado, ou seja, o som da *parole*; e o som que preenche uma determinada função na língua, ou seja, o fonema, que é o som da *langue*. Portanto, o objeto teórico da Fonética é o som da fala ou o fone, enquanto o da Fonologia é o fonema.

Enquanto os sons são estudados como entidades físico-articulatórias isoladas pela Fonética; a Fonologia vai estudar os sons do ponto de vista funcional, como elementos específicos de um sistema lingüístico. Desse modo, cabe à primeira descrever e analisar os sons da linguagem, em suas especificidades articulatórias, acústicas e perceptivas; e à segunda, estudar as diferenças fônicas intencionais, distintivas, que se vinculam a diferenças de significação.

Consoante Massini-Cagliari e Cagliari (2005, p. 106), o estudo da Fonética pode ser feito de três pontos de vista: 1) da maneira como os sons são produzidos (ou seja, mostrando que movimentos do aparelho fonador estão envolvidos na produção dos sons da fala) – Fonética Articulatória; 2) do modo como os sons são transmitidos (isto é, a partir das propriedades físicas acústicas dos sons que propagam através do ar) – Fonética Acústica; 3) da maneira como os sons são percebidos pelo ouvinte – Fonética Auditiva.

Para Massini-Cagliari e Cagliari (2005, p. 107), os estudos de Fonética são bastante antigos¹⁹ e, ao longo dos anos, além da preocupação na descrição da função de letras e

¹⁹ Os gramáticos hindus, por exemplo, sob o estímulo do estudo do “certo e errado”, no começo do século XIX, descreveram os sons vocais do sânscrito, chegando a registrar as “mudanças fônicas devidas ao contacto com formas lingüísticas na cadeia da fala em conjunto de regras chamado *Sandhi*” (CÂMARA JR., 1979, p. 63). Consoante Heine (2006, p. 1), com a descoberta de uma gramática, esses estudiosos trouxeram à

sons, buscaram encontrar explicações sobre o funcionamento do aparelho fonador e dos mecanismos de produção da fala.

1.3.1.1 A Fonética Articulatória²⁰

Cavaliere (2005, p. 26) assegura que uma das tarefas da Fonética Articulatória, ocupada com os mecanismos de produção da fala, está em estudar o aparelho fonador, constituído dos denominados órgãos da fala.

O aparelho fonador, do qual fazem parte os pulmões, a traquéia, a laringe, a faringe, a cavidade oral e nasal, é o mecanismo fisiológico específico capaz de produzir as unidades constitutivas do contínuo sonoro. Os pulmões, na produção do som, servem de câmara iniciadora da corrente de ar e a cavidade nasal funciona como câmara de ressonância para a produção da nasalização e da nasalidade das vogais e, também, dos segmentos consonânticos nasais (SILVA, 2002, p. 93). Para Callou e Leite (2000, p. 14), na respiração para a fala, o ar sai pela boca, utilizando-se de órgãos como dentes e língua, na produção dos sons, como articuladores que modificam a corrente de ar egressa dos pulmões.

Consoante às referidas autoras (2000, p. 15), os seres humanos são capazes de produzir uma diversidade de sons vocais. Aqueles utilizados na aplicação da linguagem humana são vibrações com frequências, intensidades e durações características, produzidas por uma coluna de ar em movimento, percorrendo o aparelho fonador. Para a produção de sons com função distintiva, utiliza-se, em geral, a corrente de ar egressiva – expulsão de ar dos pulmões²¹. Essa corrente, interrompida na glote ou na boca, dá origem aos sons ejectives (glotalizados), implosivos e cliques (CALLOU; LEITE, 2000, p. 17-18). Quanto à fonação, os sons poderão ser denominados de surdos ou desvozeados – o ar passa

baila a tese de que as línguas devem ser entendidas como produto de uma árvore genealógica, validando a idéia do parentesco entre as línguas.

²⁰ Além destas propriedades articulatórias primárias, também existem as secundárias que não serão focalizadas neste trabalho, salvo uma menção indireta, a fim de ilustrar melhor.

²¹ Conforme Silva (2002, p. 27), o ar ingressivo é aquele que se dirige de fora para dentro dos pulmões e ocorre em certas línguas da África.

livremente sem que haja vibrações nas cordas vocais –, e de sonoros ou vozeados – o ar força a glote fechada e as cordas vocais unidas para passar, fazendo-as vibrar.

1.3.1.1.1 Os segmentos da fala

Os diferentes modos pelos quais o fluxo de ar é modificado permitem o estabelecimento de dois grandes segmentos de sons: os segmentos das consoantes e os segmentos das vogais. Denominam-se consonânticos, porque “são vibrações aperiódicas ou ruídos ocasionados pela obstrução total ou parcial da corrente de ar devido à ação de dois articuladores; obstrução essa que se traduz numa redução da energia total do espectro acústico”; e vocálicos, porque “são sons que resultam da passagem livre do ar produzindo vibrações periódicas complexas”, classes que serão detalhadas a seguir. Há ainda certos segmentos, que não possuem características fonéticas tão precisas, seja de consoante ou de vogal, denominados, na literatura, de “semivogais”, “semicontóides” ou “glides” (SILVA, 2002, p. 26). Ao segmentar a fala, analisam-se, em pedaços menores, as unidades chamadas segmentos, que são as que definem as vogais e as consoantes. As unidades maiores que os segmentos (MASSINI-CAGLIARI; CAGLIARI, 2005, p. 112) são chamadas de prosódicas, como a sílaba, as moras silábicas, o pé, o grupo tonal, os tons entonacionais, a tessitura e o tempo. Os elementos prosódicos trazem para a fala, portanto, a musicalidade; entre eles estão o acento, o ritmo, a velocidade de fala ou tempo, a entonação, qualidade de voz. Interessa, nesta pesquisa, o acento enquanto elemento que está relacionado à noção de “tonicidade”. Assim, as sílabas são tônicas ou átonas, dependendo do grau de saliência que possam apresentar; saliência essa, em português, proveniente de uma duração maior. Massini-Cagliari e Cagliari (2005, p. 113) afirmam que uma sílaba só é tônica ou átona por comparação com as demais, já que, em termos fonéticos, se ela estiver isolada não é tônica nem átona.

Desse modo, uma transcrição fonética será o recurso utilizado por essa ciência, para tentar registrar, por modo de uma relação biunívoca, os sons da fala. Para tanto, utiliza-se de um alfabeto fonético, ou seja, registro lingüístico por meio de grafia, que implica a existência de um sistema de signos, os quais simbolizam os sons da linguagem (DUBOIS *et al.*, 1978, s.v. *alfabeto fonético*). Então, se se pretende representar a maior parte dos

matizes fônicos, mesmo os que não têm função lingüística, a transcrição será apresentada entre colchetes [...], mas se a representação for apenas de traços fônicos, dotados de função lingüística, a transcrição se fará entre barras oblíquas /.../. Assim, as unidades básicas deverão estar transcritas entre colchetes, a exemplo [s], [o], [e].

1.3.1.1.1.1 Os segmentos consonantais

Conforme Massini-Cagliari e Cagliari (2005, p. 121), as consoantes são sons, que apresentam constrictões, no aparelho fonador, facilmente analisáveis, especialmente pela repetição da articulação, em se comparando gestos semelhantes e próximos. A partir de traços primários, consoante Silva (2002, p. 32), esses segmentos da fala são classificados em termo de modo e ponto de articulação do estado da glote.

Quanto ao modo de articulação, os segmentos consonantais podem ser: 1) oclusivas, que ocorrem quando os articuladores produzem uma obstrução completa da passagem da corrente de ar através da boca. As consoantes oclusivas do português são: “pato”, “gado”, “cabo”; 2) nasais, quando os articuladores ocasionam também uma obstrução completa da corrente de ar através da boca. Com o abaixamento do véu palatino, o ar vindo dos pulmões se dirige às cavidades nasal e oral. São consoantes nasais em português: “mapa”, “sono”, “sonho”; 3) fricativas, a partir da proximidade dos articuladores, há uma fricção quando ocorre a passagem central da corrente de ar. Entretanto, essa proximidade não ocasiona uma obstrução completa, mas sim parcial, causando a fricção. As consoantes fricativas do português são: “faca”, “yaca”, “saca”, “zíper”, “chá”, “jaca”, “rata” (o /x/ de “rata” pode ocorrer como fricativo em alguns dialetos, como o do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, bem como na região soteropolitana de Salvador); 4) africadas²², quando, no início da produção, os articuladores produzem obstrução completa da passagem do ar por meio da boca e o véu palatino encontra-se levantado e, na fase final da obstrução, ocorre uma fricção proveniente da passagem central da corrente de ar. Ou seja, para a produção das africadas, a oclusão e a fricção são

²² Consoante Dubois *et al.* (1978, s.v. *africada*), a consoante africada é aquela que combina muito estreitamente oclusão e fricção. Embora a oclusão seja mais importante no início da africada, e a fricção, no fim, tais articulações são simultâneas e não sucessivas, conforme se pensou por muito tempo. “Na historia das línguas, parece que as africadas têm tendência a perder seu caráter oclusivo para se tornarem fricativas”.

as formadoras dessas consoantes, que devem ter o mesmo lugar de articulação. Essas consoantes, que ocorrem em algumas variedades do português brasileiro, são: “tia”, “dia”, pronunciadas, por exemplo, como “tchia” [‘tʃi] e “djia” [‘dʒi]; 5) tepe, também chamada de vibrante simples, quando o articulador ativo toca rapidamente o passivo, ocasionando uma rápida obstrução da passagem da corrente de ar através da boca, como nas palavras “cara”, “brava”; 6) vibrantes (múltipla), quando o articulador passivo é tocado algumas vezes pelo articulador ativo, causando vibração. Essa variante ocorre, em alguns dialetos do português, em palavras como “marra”; 7) retroflexa, quando a produção ocorre com o levantamento e curvamento da ponta da língua, se dirigindo ao palato duro. Nesse tipo, o palato duro funciona como articulador passivo e a ponta da língua como ativo. Esse tipo de consoante ocorre no dialeto “caipira” do português, como nas palavras “mar”, “carta”; 8) laterais, com o toque do articulador ativo no passivo, a corrente de ar é obstruída na linha central do trato vocal. Esse ar é expelido por ambos os lados dessa obstrução ou apenas por um lado. As consoantes laterais do português são encontradas nas seguintes palavras: “vela” e “velha”.

Quanto aos pontos de articulação, um segmento consonântico pode ser: bilabial, isto é, o som resultante do encontro dos lábios superior e inferior num fechamento total, impedindo assim a saída da corrente de ar (pato, mapa, boa); labiodental, ou seja, produção de som oriundo do contato do lábio inferior com os dentes superiores (faca, vaca); dental, que é o som produzido a partir do contato da ponta da língua com a região intermediária entre alvéolos e dentes superiores (tábua, nada, lata); alveolar, isto é, a produção de som com a parte da frente da língua em direção aos alvéolos dos dentes incisivos superiores (livro, sapo); alveopalatal, ou seja, o som produzido através da região anterior da língua e da região medial do palato duro (chá, já); palatal, que é a produção de som que ocorre na parte central da língua contra a parte central da abóbada palatina, chegando ao final do palato duro (malha, banha); velar, som produzido pelo dorso da língua contra o palato mole (gato, casa, rata); uvular²³, sendo o som produzido com o dorso da língua contra o fundo da cavidade oral; faringal, isto é, a produção de som ocasionado pela raiz da língua, formando uma constrição contra a parede da cavidade faringal; e glotal, ou seja, som produzido pela articulação das cordas vocais.

²³ As consoantes uvulares não são encontradas no português brasileiro, salvo realizações idiossincráticas e/ou dialetais, motivo pelo qual não se apresenta exemplos neste trabalho.

1.3.1.1.1.2 Os segmentos vocálicos

Por serem caracterizadas pela ausência de obstrução à passagem do ar pela boca (LYONS, 1981 p. 82), as vogais não possuem um ponto de articulação como o das consoantes, configurando, assim, toda a cavidade oral. Para esse autor, há uma variedade de vogais a partir de três dimensões foneticamente relevantes: fechadas/abertas, anteriores/posteriores, arredondadas/não-arredondadas.

Conforme Câmara Jr. (1986, s.v. *vogal*), a forma da cavidade bucal depende de três movimentos articulatórios conjugados, considerados os traços distintivos das vogais: 1) avanço ou recuo da língua, caracterizando-se a vogal como anterior (também dita palatal), central e posterior (também dita velar); 2) elevação gradual da língua, o que leva à distinção entre baixa, média e alta; 3) arredondamento ou distensão dos lábios, que faz a vogal arredondada (também dita labial) e não-arredondada (também chamada de não-labial).

Para Massini-Cagliari e Cagliari (2005, p. 129), na língua portuguesa do Brasil, há sete (7) vogais em posição tônica, como se verifica no QUADRO 2.

QUADRO 2: Classificação das vogais tônicas do português brasileiro

	Regiões Articulatórias					
	Anterior		Central		Posterior	
Altura:	i					u
Fechada						
Meio-fechada	e					o
Meio-aberta	E					ɔ
Baixa			a			
	não-arredondada	arredondada	não-arredondada	arredondada	não-arredondada	arredondada
	Labialização					

Conforme o quadro supracitado, observa-se: /i/, anterior, fechada ou alta, não-arredondada – ex.: “abacaxi”; /e/, anterior, meio-fechada ou meio-alta, não-arredondada –

ex.: “beleza”; /ɛ/, anterior, meio-aberta ou médio-baixa, não-arredondada – ex.: “belo”; /a/, central, baixa, não-arredondada – ex.: “bar”; / /, posterior, meio-aberta, arredondada – ex.: “bola”; /o/, posterior, meio-fechada, arredondada – ex.: “bolo”; /u/, posterior, fechada, arredondada – ex.: “urubu”. Elas estão distribuídas conforme as regiões articatórias, como se verifica no QUADRO 2.

Ainda, no que se refere aos segmentos vocálicos, registram-se os ditongos. Para Massini-Cagliari e Cagliari (2005, p. 130), do ponto de vista fonético, “os ditongos são vogais que mudam de qualidade durante sua produção”. A articulação, no caso dos ditongos, parte de um ponto dentro da área vocálica e se dirige a outro; assim, nesse movimento, há uma variação na vogal, “assumindo a qualidade vocálica dos lugares por onde passa”. Consoante esses autores, o ouvido humano ouve mais nitidamente “as qualidades vocálicas do início e do final” desse movimento e, por isso, os ditongos são transcritos foneticamente por dígrafos e os tritongos por trígrafos, com os símbolos com valores mais salientes dessas articulações. Em português, existe uma possibilidade da formação de ditongos e tritongos, “cujas margens são ocupadas por vogais outras que não /i/ e /u/, no nível fonético”, porém costumam ser interpretadas pelo falante/ ouvinte como se fossem essas vogais, no nível fonológico.

A partir desses dados, refletindo um pouco acerca da correspondência entre a ortografia e os sons do português, se conclui que essa relação não é simples e são numerosos os casos de ambigüidade, porque não há uma correspondência biunívoca entre o fonema e sua representação gráfemica. Por isso, uma mesma grafia pode corresponder a mais do que um som. O grafema o corresponde a dois sons vocálicos distintos, a saber: Cora [ˈk P] e corra [ˈkox]. Inversamente, um mesmo som pode ter representações gráficas distintas, como, por exemplo, a vogal nasal [ã] em lã e canto.

Conforme Mori (2005, p. 150), o fato é que os sistemas de escrita não acompanham a dinamicidade da língua oral, daí essa defasagem entre a fala e sua representação gráfica, resultando em problemas ortográficos no momento de se escrever.

1.3.2 A Fonologia

Consoante Mori (2005, p. 149), a Fonologia²⁴ é uma ciência que estuda as diferenças fônicas correlacionadas com as diferenças de significado (ex.: pato [ˈpatu] e gato [ˈgatu]), ou seja, estuda o som da língua, que é vista segundo a função que ele cumpre num sistema lingüístico específico, observando as diferenças de significado, que ele comumente determina e a sua inter-relação significativa para formar sílabas, morfemas e palavras. Além disso, ela se relaciona com a parte da teoria geral da linguagem humana, em observação das propriedades universais do sistema fônico das línguas naturais, isto é, concernente aos sons que podem ocorrer nas línguas.

A Fonologia, de acordo com Cagliari (2002, p. 18), se ocupa de estudar os sons da língua, fazendo uma interpretação dos resultados apresentados pela Fonética, a partir dos sistemas de sons das línguas e dos modelos teóricos existentes para descrevê-los. Ela se utiliza de análise que se baseia no valor dos sons dentro de uma língua, ou seja, na função lingüística que eles desempenham nos sistemas de sons das línguas. Enquanto a Fonética descreve o que acontece com a fala do usuário da língua, a Fonologia objetiva a descrição interpretativa da organização sistemática global dos sons da língua desse falante. Logo, a Fonética investiga os sons lingüísticos, enquanto produção individual da fala, e a Fonologia estuda o som, enquanto sistema de uma língua.

Mori (2005, p. 149) destaca alguns pontos de importância da Fonologia: 1) preocupar com o desenvolvimento de ortografias, ou seja, o emprego de um alfabeto na representação da escrita de uma língua; 2) envolver com o estudo de línguas desconhecidas, línguas sem tradição de escrita; 3) ajudar no conhecimento do sistema fonológico da língua materna, estabelecendo a relação entre os fonemas da língua e os símbolos gráficos; 4) auxiliar na aprendizagem de uma língua estrangeira; 5) analisar as desordens fônicas presentes na fala de pessoas com distúrbios da linguagem.

²⁴ Câmara Jr. (1986, s.v. *fonologia*) registra que o termo “fonologia” é usado em sentidos diversos e até contraditórios: 1) como a descrição dos sons de determinada língua, que foi critério de Sievers (1897), enquanto a fonética passa a ser a ciência geral da fonação; 2) como ciência geral sob o seu aspecto descritivo, critério usado por Saussure (1922), denominando-se fonética apenas a fonética histórica; 3) como a ciência do valor dos sons da fala, foi o critério da Escola Lingüística de Praga (1949), dando enfoque ao estudo do fonema e chamou-a de fonologia; 4) a Escola Lingüística Norte-americana chamou fonêmica, ao lado da fonética e ao contrário dela, focalizando o fonema, sem se preocupar com a realidade física integral do som da fala. Para esse autor, nos dias atuais, há uma tendência universal para considerar: a) a Fonêmica, o estudo da apreensão e levantamento dos fonemas; b) a Fonologia, o estudo dos fonemas em suas variantes posicionais, combinações e condições prosódicas.

1.3.2.1 O fonema

Partindo do princípio de que o som da língua, estudado pela Fonologia, é o fonema, Courtenay, no século XIX, (CÂMARA JR. 1979, p. 163) já o via como “a idéia de um som vocal”, advogando uma análise psicológica, com o propósito de se chegar a ele, desde o nível da fonética e seus sons, ou seja, atribuía o som vocal à física e o fonema à psicologia.

A partir de 1930, com os trabalhos do Círculo Lingüístico de Praga, foi formulado um conceito mais preciso para o fonema, compreendido como uma unidade da língua em oposição aos sons ou fones que são unidades da fala. Com base nessa concepção, Jakobson (1967, p. 21) observa que “o fonema, como todo instrumento de comunicação, é necessariamente um meio de atuação coletivo”, não encontrando no fonema algo de individual e particular. Jakobson (1967, p. 22) assim o descreve: “O fonema, ou, em outros termos, o conjunto dos traços distintivos de um som vocal, se pauta sem dúvida pela norma lingüística superindividual, mas não deixa menos por isso de estar contido no som de uma atividade vocal individual”.

O fonema recebe, a partir desse autor, novos cognomes, como “conjunto de traços distintivos” ou “feixe de traços distintivos”. Mas, segundo Callou e Leite (2000, p. 36), quem deu um tratamento mais profundo ao conceito foi o pesquisador russo Trubetzkoy, pois passou a dar ao fonema²⁵ uma conceituação funcional abstrata, entendendo-o como uma unidade mínima distintiva do sistema de som. E foi a partir da Escola de Praga que o fonema passou a ser visto como “a soma das particularidades fonologicamente pertinentes que uma unidade fônica comporta” (CALLOU; LEITE, 2000, p. 36). É importante observar que cada língua dispõe de um número determinado de unidades fônicas, com a função de determinar a diferença de significado de uma palavra em relação a uma outra.

Em princípio, ao verificar a língua enquanto um sistema de identidades e diferenças, o fonema atua como um som que, dentro de um sistema fônico determinado,

²⁵ Para alguns pesquisadores (CALLOU; LEITE, 2000, p. 38; CAVALIERE, 2005, p. 38-40; LYONS, 1981, p. 91), em Fonologia, traços distintivos são unidades mínimas, contrastivas, e aqueles que irão distinguir entre si os elementos lexicais. Por exemplo, em pala e bala, o /b/ e o /p/ se distinguem, em face de apenas um desses elementos, visto que são eles dois fonemas oclusivos, com articulação labial; entretanto, o primeiro é sonoro e o segundo é surdo. Ou seja, o que os diferencia é somente o aspecto sonoro.

tem um valor diferenciador entre dois vocábulos. Para Callou e Leite (2000, p. 37), a Fonologia se interessa pela oposição dos sons, dentro do contexto de uma língua dada, com o propósito de observar os traços distintivos apresentados pelos fonemas, que, por convenção, são representados entre barras inclinadas, como por exemplo, /s/, /o/, /e/. Quando um fonema se reveza com outro em um mesmo ambiente na cadeia fônica, gerando um novo significado, surgem, conforme os pesquisadores, os pares mínimos, ou seja, um par de palavras que tem sentido diferente e que apresenta a mesma forma, exceto num único ponto (TRASK, 2004, s.v. *par mínimo*). Assim, em duas seqüências fônicas como “mato” e “mago”, elas se distinguem por apenas um fonema.

Consoante Callou e Leite (2000, p. 37), além da função opositiva, diferenciadora de vocábulos, outra contribuição de Trubetzkoy foi indicar que há uma outra função, “delimitativa ou demarcativa”, que o fonema pode ter dentro da cadeia fônica. Assim, a debilidade máxima da sílaba átona final e a mínima da sílaba átona inicial concorrem para a delimitação de um vocábulo. No português, essa delimitação, em relação às sílabas átonas, dentro da cadeia fônica, pode ser apreendida conforme graus variáveis de atonicidade e da posição no sintagma: pretônica (inicial de vocábulo ou não), postônica (final ou não-final). Para Câmara Jr. (1977, p. 47), no português brasileiro, em vocábulos de acento tônico na penúltima sílaba, as sílabas finais átonas são as mais débeis; as pretônicas, com muito menos debilidade, principalmente as iniciadas por consoantes, mas as iniciadas por vogal deslocam a atonicidade mínima para a sílaba seguinte, resultando em um semi-apagamento das vogais átonas iniciais. Em síntese, observa Câmara Jr. (1977, p. 48) três graus de atonicidade nas paroxítonas: 1) atonicidade máxima, nas sílabas átonas finais; 2) atonicidade média, nas pretônicas iniciais ou não-iniciais por vogal; 3) atonicidade mínima, nas pretônicas iniciais começadas por consoante. No que se refere às proparoxítonas, as duas postônicas são igualmente débeis, com um grau de atonicidade máxima.

Retomando a questão dos traços distintivos, observa-se que cada fonema se caracteriza por algumas de suas particularidades fônicas em oposição a outro; logo serão esses traços que qualificarão os fonemas, enquanto entidade autônoma significativa, e que se distinguirão de outro dentro do mesmo sistema fonológico. Quando há uma supressão das oposições entre dois ou mais fonemas, em determinados contextos, ou seja, quando uma oposição é anulada, há o fenômeno da neutralização. Para Cavaliere (2005, p. 50), a neutralização se caracteriza por, em determinado contexto, os fonemas perderem a

distinção entre si. Por exemplo, a pronúncia das palavras “ônibus” e “rede”, nas diferentes áreas geolinguísticas brasileiras, variam muito devido à consoante e vogal final: [ˈonIbU], [ˈonIbUz], [ˈônibus], [ˈonIbUz}; [ˈxede], [ˈxedZi]. Verifica-se que as consoantes /j/, /ʒ/, /z/ e /s/, em travamento de sílaba, seja essa inicial, interna ou final, e as vogais átonas, em sílaba final, com alternância entre /e/ e /i/, sofrem neutralização de traços distintivos. No caso das consoantes, não houve importância se sonora ou surda, se palatal ou alveolar, mantendo-se o único traço distintivo, que é o da modalidade fricativa; e, no caso das vogais, elas são efetivamente fonemas do português, que, presentes em sílaba átona final, sofrem neutralização de traços distintivos, quer dizer, suas diferenças articulatórias não se revelaram importantes nessa posição da cadeia fônica vocabular. A partir de Trubetzkoy e companheiros do Círculo Linguístico de Praga (CALLOU; LEITE, 2000, p. 43), o termo “neutralização”, bem como “arquifonema” (‘conjunto das particularidades distintivas comuns a dois fonemas, cuja oposição é neutralizável’ (DUBOIS *et al.*, 1978, s.v. *arquifonema*)), aparecem, observando que a realização acústica já não corresponde a um dos fonemas intercambiáveis, mas a um arquifonema que corresponde a ambos. Assim, em um ambiente fonológico determinado, quando os traços distintivos perdem a sua função, ocorre uma neutralização, que, em uma transcrição fonológica, é representada pelo arquifonema. Esse símbolo é representado por uma letra maiúscula, como, por exemplo, na transcrição fonética [ˈfõmI] “fome”, em que o fonema é neutralizado na sílaba átona final, que cede lugar à vogal alta anterior /i/, sendo o resultado dessa neutralização um arquifonema [I].

Os fonemas, portanto, podem ser organizados em sistemas maiores, tais como, um sistema de fonemas vocálicos e um sistema de fonemas consonânticos. Segundo Câmara Jr. (1988, p. 33), essa divisão resulta de um processo psíquico da parte de quem fala e quem ouve.

1.3.2.2 Sistema fonológico do português: aspectos gerais

Um dos objetivos da Fonologia é estabelecer os sistemas fonológicos das línguas, ou seja, o conjunto de elementos abstratos, relacionados entre si, que o falante utiliza para discriminar e delimitar as unidades significativas de sua língua. A teoria fonológica

identifica o conjunto de traços necessários à descrição de sons de qualquer língua para, desse modo, compreender melhor as fonologias das línguas faladas no mundo (MORI, 2005, p. 161). Ela (2005) busca generalizações na explicação dos processos fonológicos que ocorrem em uma língua. Por exemplo, os fonemas do espanhol /b/, /d/ e /g/, quando estão entre vogais, se atualizam foneticamente como alofones fricativos [β], [ð], [g̞]. Pela tradição da análise fonológica, têm-se fonemas plosivos bilabial, dental, velar sonoros; entretanto, pela regra da generalização, as três consoantes plosivas sonoras realizam-se como fricativas, em posição intervocálica, independente de seus pontos de articulação, isto é, se são bilabiais, dentais ou velares.

Anteriormente, neste estudo, se identificou o fonema a partir de alguns critérios, como o da oposição, conceituação e breve histórico dos conceitos antigos e atuais. Ver-se-ão, a seguir, esses fonemas agrupados, dando-se ênfase aos fonemas realizados na língua portuguesa do Brasil.

1.3.2.2.1 As consoantes

Conforme já se verificou antes, nesta pesquisa, os segmentos consonânticos são sons, que resultam da obstrução total ou parcial da passagem do ar nas cavidades faríngea ou bucal. Como a consoante não possui um som definido e bem nítido, embora seja um som lingüístico, ela precisa do apoio de uma vogal para se realizar. Por esse motivo, de acordo com Cavaliere (2005, p. 103), por muito tempo foi considerada como mera modificadora articulatória da vogal. Então, coube a Maximiano Maciel, nos meios brasileiros, reconhecer a autonomia dos segmentos consonânticos, tendo em vista que são ruídos plosivos ou fricativos, desprovidos de voz. Entretanto, esses dois segmentos podem ser reconhecidos, na atualidade, pelos traços fonológicos que os distinguem. No sistema fonológico do português do Brasil, o papel desempenhado pela consoante é de natureza assilábica, ou seja, o som consonantal não pode constituir sílaba sozinho, apenas ocorrendo em pontos periféricos, porque a vogal atua sempre como base silábica.

Câmara Jr. (1986, p. 83)²⁶ afirma que todas as consoantes portuguesas podem ser “pré-vocálicas e que as pós-vocálicas só podem ser a rigor as constrictivas ditas sibilantes (/s/, /z/, ou /s’/, /z’/) e as líquidas (/l/, /r/), além da nasal que, como um resíduo consonântico, trava a sílaba de vogal dita nasal”, como ocorre nas palavras “cama”, “janela” (pré-vocálicas); “aliás”, “rapaz” (pós-vocálicas); “calda”, “cantador” (líquidas); “anterior”, “campo” (nasal).

Desse modo, as consoantes, conforme a proposta de Câmara Jr. (1988, p. 49)²⁷, podem ser classificadas, a partir de três aspectos: ponto de articulação (localização articulatória), modo de articulação (impedimento criado na boca) e atuação das cordas vocais. Para Silva (2002, p. 29-34), o lugar de articulação (ponto de articulação) é definido a partir da relação entre os articuladores ativos (lábio inferior, língua, véu palatino, cordas vocais) e os passivos (lábio superior, dentes superiores, céu da boca (alvéolos, palato duro, véu palatino ou palato mole, úvula). Os articuladores ativos têm a propriedade de se movimentar (em direção ao articulador passivo), modificando a configuração do trato vocal. O articulador ativo assume uma posição de estreitamento em relação ao articulador passivo, indicando como e em que grau a passagem da corrente de ar, por meio do aparelho fonador, é limitada nesse ponto, advindo desse processo o modo de articulação. Quanto a esse último, Câmara Jr. (1988, p. 49) propõe uma classificação das consoantes em oclusivas, fricativas, líquidas (laterais e vibrantes) e nasais; e, no que tange ao ponto de articulação, ele faz uma divisão tríade da cavidade bucal, distinguindo as consoantes articuladas na região dos lábios (bilabiais, labiodentais), na região anterior (divisão dos dentes e alvéolos) e na região posterior (palato até o fundo da boca). Assim, em posição intervocálica, a Língua Portuguesa possui dezenove (19) segmentos consonantais, conforme se verifica no QUADRO 3.

²⁶ É importante ressaltar que no verbete consoante, esse autor traz essa descrição para as consoantes “ditas sibilantes”. No entanto, ao caracterizá-las no verbete constrictiva, ele diz que são sibilantes apenas /s/ - /z/, provenientes de um efeito acústico de sibilo, e denomina de chiantes, efeito acústico de chiado, /s’/ - /z’/, traçando uma oposição entre surdas /s/, /s’/ e as sonoras /z/, /z’/.

²⁷ Esta classificação proposta por Câmara se encontra em Cavaliere (2005, p. 111); entretanto os quadros com esta classificação estão em Heine (2006, p. 1-3).

QUADRO 3: Consoantes do português brasileiro

	Bilabial		Lábio-dental		Dento-alveolar		Palato-alveolar		Velar	
	surda	sonora	surda	Sonora	surda	Sonora	surda	sonora	Surda	sonora
Oclusivas	p	b			t	d			k	g
Fricativas			f	v	s	z	ʃ	ʒ	x	
Nasais		m				n		ɲ		
Laterais						l		ʎ		
Vibrantes						ʀ				

A partir dessas informações gerais do QUADRO 3, pode-se observar os segmentos consonânticos do português do Brasil, distribuídos conforme os modos de articulação, anteriormente apresentados, e os pontos da cavidade bucal, em que se realizam, nos quadros que se seguem:

QUADRO 4: Segmentos oclusivos

SEGMENTOS OCLUSIVOS		
Bilabiais	Dentais	Velares
/p/, /b/	/t/, /d/	/k/, /g/
Exs.: <u>p</u> apa / <u>b</u> arba	Exs.: co <u>t</u> a / <u>d</u> edo	Exs.: <u>c</u> asa / <u>g</u> ata

No QUADRO 4, quanto ao modo de articulação oclusivo, as consoantes estão distribuídas de acordo com o ponto em que elas ocorrem na cavidade bucal. Assim, realizam-se duas consoantes para cada ponto de articulação: bilabiais /p/ e /b/, dentais /t/ e /d/, velares /k/ e /g/, sendo, conforme a sonoridade, surdas e sonoras, respectivamente. Obtém-se, no grupo das oclusivas, um total de seis (6) consoantes, que se realizam em palavras como “papa”, “barba”, “cota”, “dedo”, “casa”, “gata”.

QUADRO 5: Segmentos fricativos

SEGMENTOS FRICATIVOS			
Labiais (labiodentais)	Dentais (alveolares)	Palatais	Velares
/f/, /v/	/s/, /z/	/ʃ/, /ʒ/	/x/
Exs.: <u>f</u> ome / <u>v</u> estido	Exs.: a <u>s</u> so / a <u>z</u> a	Exs.: quei <u>ʃ</u> a / quei <u>ʒ</u> o	Exs.: ca <u>r</u> ro, ra <u>x</u> o

No QUADRO 5, o modo de articulação fricativo apresenta as consoantes labiais /f/ e /v/, dentais /s/ e /z/, palatais /ʃ/ e /ʒ/ e a velar /x/, consoante o ponto em que elas ocorrem na cavidade bucal. Assim, realizam-se duas consoantes para cada ponto de articulação, estando, quanto à sonoridade, classificadas em surdas e sonoras, respectivamente. Dessa forma, realiza-se, no modo fricativo, um total de sete (7) consoantes, em palavras como “fome”, “vestido”, “asso”, “asa”, “queixa”, “queijo”, “carro”, “rato”.

QUADRO 6: Segmentos nasais

SEGMENTOS NASAIS		
Bilabiais	Dentais	Palatais
/m/	/n/	/ɲ/
Exs.: <u>m</u> amão	Exs.: Ja <u>n</u> ela	Exs.: Mi <u>nh</u> a

Quanto ao modo de articulação nasal, no QUADRO 6, as consoantes estão organizadas de acordo com os pontos em que venham ocorrer na cavidade bucal. Desse modo, realiza-se, no português brasileiro, um total de três (3) consoantes, assim distribuídas: bilabial /m/, dental /n/ e a palatal /ɲ/, em palavras como “mamão”, “janela”,

“minha”. Para Noveline ([1989?], p. 114), o termo nasal só deve ser aplicado às consoantes nasais.

QUADRO 7: Segmentos laterais

SEGMENTOS LATERAIS	
Alveolares	Palatais
/l/	/ʎ/
Exs.: Ma <u>l</u> a	Exs.: Mi <u>l</u> ha

No QUADRO 7, quanto ao modo lateral, os segmentos consonânticos se realizam usando apenas dois pontos articulatorios na cavidade bucal: a região dos alvéolos, obtendo a consoante alveolar /l/; e a região do palato, ocorrendo a consoante palatal /ʎ/. Esse modo e esses pontos serão realizados quando o falante do português brasileiro pronunciar palavras como “mala” e “milha”.

QUADRO 8: Segmentos vibrantes

SEGMENTOS VIBRANTES
Alveolares
/P/
Exs.: ar <u>a</u> ra, ve <u>r</u> a, cou <u>r</u> o

O modo articulatorio vibrante, QUADRO 8, traz o único segmento consonantal que ocorre nele. Ele ocupa o ponto articulatorio dos alvéolos, donde se classifica a consoante alveolar, também denominada de tepe, /P/. Essa consoante vai se realizar quando o falante utilizar palavras como “arara”, “vera” e “couro”, em sua comunicação.

QUADRO 9: Segmentos semivocálicos

SEGMENTOS SEMIVOCÁLICOS									
Bilabial		Lábio-Dental		Dento-alveolar		Palato-alveolar		Velar	
Surda	sonora	Surda	sonora	surda	sonora	surda	sonora	surda	sonora
							y		w

Por último, encontram-se, no QUADRO 9, os dois (2) segmentos semivocálicos (ou semiconsoantes²⁸), que ocorrem nos ditongos, seja ele crescente ou seja decrescente. Quanto ao ponto de articulação, segundo Massini-Cagliari e Cagliari (2005, p. 130), no caso dos ditongos, a vogal vai assumindo a qualidade vocálica dos lugares por onde passa. Então, a articulação parte de um ponto, dentro da área vocálica, e se dirige a outro, mudando de qualidade durante a articulação. Os ditongos são representados por um dígrafo e não por duas vogais. Desse modo, /y/ será nomeado palato-alveolar e /w/ será nomeado velar. Assim, em palavras como “pai” e “pau” vão ocorrer os ditongos decrescentes, representados por elementos fonológicos /y/ e /w/ em transcrições como [ˈpay], [ˈpaw].

1.3.2.2.2 As vogais

O sistema vocálico do português está dividido em dois grupos: as vogais orais e as vogais nasais²⁹. No primeiro caso, o ar sai pela cavidade bucal, motivo pelo qual o som recebe a denominação de oral, produzindo-se, assim, sete vogais orais: /i/, /ɛ/, /e/, /a/, / /, /o/, /u/; no segundo caso, a saída é pelas fossas nasais, originando o som nasal e sendo produzidas cinco vogais nasais: /ĩ/, /ẽ/, /ã/, /õ/, /ũ/. Porém, nesse último, os sons percorrem os dois caminhos (fossas nasais e cavidade oral), pois, conforme Cavaliere (2005, p. 31), a posição do véu palatino atua de modo a estabelecer vários graus de nasalidade. Assim, dar-se-á ênfase às vogais orais, visto que elas têm relevância para esta pesquisa.

²⁸ Câmara Jr. (1986, s.v. *semiconsoante*) usa o termo “semiconsoante” para se referir ao “elemento assilábico do ditongo crescente, em contraste com semivogal reservada a esse elemento no ditongo decrescente”.

²⁹ Apenas alguns pesquisadores vêem as vogais como nasais no português brasileiro.

Segundo Câmara Jr. (1988, p. 40), os critérios do “acento”, juntamente com uma ligeira elevação de voz, se constituem a posição ótima para caracterizar as vogais portuguesas. Dessa forma, as vogais receberão a classificação, conforme esses critérios, em tônicas, pretônicas e postônicas mediais e finais³⁰, como mostra o QUADRO 10, a seguir:

QUADRO 10: Vogais orais do português brasileiro

VOGAIS ORAIS				
TÔNICAS	PRETÔNICAS		POSTÔNICAS	
	FECHADA	ABERTA	MÉDIAS	FINAIS

Nessa perspectiva, a classificação das vogais, enquanto fonemas que trazem traços distintivos, parte da posição tônica, uma vez que é essa posição que dá, em sua plenitude, maior nitidez à possibilidade de identificar os traços distintivos vocálicos. No QUADRO 11, a seguir, as vogais orais estarão distribuídas através de um sistema vocálico triangular, conforme observara Trubestzkoy (1929 apud CÂMARA JR., 1988, p. 41):

QUADRO 11: Vogais tônicas orais

	ANTERIORES	CENTRAL	POSTERIORES
	arred. não-arred.	arred. não-arred.	arred. não-arred.
ALTAS	i		u
MÉDIAS FECHADAS	e		o
MÉDIAS ABERTAS	ɛ		
BAIXA		a	

Desse modo, há sete vogais, partindo da posição tônica, que se realizam no português brasileiro, distribuídas em vogal anterior alta /i/, vogal posterior alta /u/; vogal anterior média fechada /e/, vogal posterior média fechada /o/; vogal anterior média aberta /ɛ/, vogal posterior média aberta / /; e a vogal central baixa /a/.

Conforme Silva (2002, p. 79), essa distribuição das vogais tônicas orais ocorre, de forma homogênea, em todas as variedades do português do Brasil e são essas vogais que

³⁰ Silva (2002, p. 72) descreve as vogais, além desses recursos, com a característica de arredondamento ou não dos lábios, chamadas de vogais arredondadas (arred.) e vogais não-arredondadas (não-arred.).

carregam o acento primário, realizado em exemplos como: “aqui”, “ipê”, “café”, “cá”, “cipó”, “alô”, “caju”.

Na posição pretônica, o português brasileiro reduz o número de sete vogais para cinco, porque a oposição aberto/fechado das vogais médias é anulada, ocorrendo uma neutralização, que resultou no desaparecimento da oposição. Para Heine (2005, p. 2), essa neutralização é representada por um arquifonema, que objetiva reunir em uma só entidade fonemática todos os traços de um conjunto de fones, originando, pois, os arquifonemas /E/ e /O/, como resultado articulatorio. Câmara Jr. (1977, p. 58) assegura que essa perda de oposição distintiva é proveniente da ausência de tonicidade, fato esse gerador da neutralização, como se verifica no QUADRO 12.

QUADRO 12: Vogais pretônicas orais

	ANTERIORES Arred. não-arred.	CENTRAL arred. não-arred.	POSTERIORES arred. não-arred.
ALTAS	i		u
MÉDIAS FECHADAS	e		o
MÉDIAS ABERTAS	(ɛ)	(ə)	()
BAIXA		a	

No QUADRO 12, há uma redução no número das vogais, porque se anulou a distinção em /ɛ/ e /e/, mantendo-se apenas /e/ e /i/ na série das vogais anteriores; em paralelo, anulou-se igualmente a oposição em / / e /o/, com a redução para /o/ e /u/, na série das vogais posteriores. É importante registrar que se realiza também, na posição pretônica, no português brasileiro, a vogal pretônica nasal /ẽ/, que, em alguns contextos, conforme Cavaliere (2005, p. 78), concorre com a vogal alta correspondente, em palavras como “ensino”, “enxada”, “encontro” por [ẽsinu] ou [ĩsinu], [ẽΣada] ou [ĩΣada].

Além do fenômeno da neutralização, podem ocorrer ainda, na posição pretônica, dois outros fenômenos: a harmonização vocálica e o debordamento.

Para Cavaliere (2005, p. 52), um outro fato que evolui as vogais pretônicas, similar à neutralização, é a harmonização vocálica, também conhecida por processo de

assimilação. Esse fenômeno, processo fonológico³¹ tradicional no português brasileiro, ocorre quando uma vogal média pretônica cede lugar à correspondente alta da mesma zona articulatória³², influenciada por uma vogal tônica também alta, como, por exemplo, em “pedido” e “comprido”, que se pronunciam [pi’dΣidu] e [kũ’pridu], em muitas regiões do país.

Cavaliere (2005, p. 53) assevera que a distinção entre neutralização e harmonização está no fato de que a primeira é mais sistemática do que a segunda, visto que /e/ e /i/ átonos finais se neutralizam, pois sempre que se tem /e/ pode ocorrer /i/ e vice-versa; igualmente com a vogal /o/ átona final, que pode ocorrer sua neutralização com /u/. Por outro lado, a harmonização vocálica só ocorre na condição de a vogal tônica da palavra ser alta. Ou seja, no primeiro fenômeno, o fato independe da vizinhança fonêmica; já no segundo fenômeno, a dependência está relacionada a um fato fonético necessariamente decorrente de outro.

Para Câmara Jr. (1977, p. 60), um fenômeno semelhante à harmonia vocálica é o que ocorre com /e/ e /o/ pretônico, em hiato com /a/ tônico, como nos infinitivos “voar” e “passar” etc. O /i/ tende a substituir o /e/, dando a pronúncia /pasiar`/, e o /u/ a ocupar o lugar do /o/, sendo pronunciado /vuar`/. Segundo Câmara Jr. (1977, p. 60), as vogais altas debordam ou invadem num e noutro caso as vogais médias correspondentes, ou seja, houve uma “flutuação dentro do sistema que atrofia ou hipertrofia elementos dele”. Assim, a

³¹ Para Heine (2006, p. 1), os processos fonológicos são modificações sofridas pelos segmentos da fala em função do contexto em que se realizam. Essas modificações sofridas pelos segmentos podem alterar ou acrescentar traços, eliminar ou inserir segmentos. No primeiro caso, o mais produtivo é o da assimilação (aquisição de características de sons que estão próximos), ou seja, o segmento da fala recebe acréscimo de traços que ele não possuía anteriormente. A assimilação pode ocorrer por meio de nasalização (vogal tônica precede uma consoante nasal, como, por exemplo, “cama” [‘kãm]; vogal pretônica nasalizada ou não, conforme o usuário, como em “panela” [pã’nEla ou pa’nEla]); ensurdecimento ou afonação (perda de sonoridade das vogais, quando posterior a segmentos consonânticos, por exemplo, em “casa” [‘kaz]; harmonia vocálica (assimilação da vogal tônica sobre a pretônica, como em “menino” [mi’ninu]; palatização (segmento consonântico não-palatal em palatal, como em “quilo” [‘kθilu], com uma consoante velar); labialização (arredondamento de segmento por influência de uma vogal arredondada, como em “pulo” [‘pulu]); sonorização (segmento surdo, diante de vozeado, se sonoriza, como em “pasma” [‘pazmu]. No segundo caso, nos processos de inserção de segmentos, como na ditongação (com inserção de semivogal, a vogal acentuada é seguida de uma fricativa alveolar em final de palavra, como em “rapaz” [xa’pays], nós [noys]) e na epêntese (ocorrência de uma vogal “epentética” nos grupos consonantais intra-silábicos pré-vocálicos (CAVALIERE, 2005, p. 119), frequentemente manifestada pelo alofone [I], como em pneu [pl’new]), bem como na supressão de segmentos pelos processos de aférese (apagamento de um ou mais fonemas iniciais, como em “estar” por [‘ta]), de síncope (supressão de fonema no interior da palavra, como em “xícara” por [‘xik P]), de apócope (queda de fonema final, como em “falar” por [fa’la]).

³² Cavaliere (2005) faz nessa definição uma abordagem que difere da visão de Câmara Jr. (1986, s.v. *zona articulatória*). Enquanto o primeiro menciona a necessidade do alteamento da vogal que esteja na mesma zona articulatória, Câmara Jr. aponta como pré-requisito para a harmonização o timbre da vogal tônica, “independentemente da correspondência ou divergência entre elas na posição articulatória anterior ou posterior arredondada”.

vogal média pretônica não se distingue da alta correspondente, dando origem ao debordamento. Para esse autor, não se deve confundir debordamento com neutralização, porque, no primeiro caso, “a oposição se recria para fim de clareza comunicativa” e, por interferência do plano morfológico, a vogal média pretônica mantém-se em vocábulos derivados.

Contrário a essa posição, Cavaliere (2005, p. 54) assinala que, na verdade, a distinção entre o fenômeno da neutralização e do debordamento é que, nesse último, não há efetiva perda de traço distintivo entre as vogais médias e altas, mas a “possibilidade de essas ocuparem o espaço original daquelas”, conforme concorrem na fala do falante brasileiro as formas: semear, [e] ou [i]; destoar, [o] ou [u]; rezear [e] ou [i].

Tanto Silva (2002, p. 84) quanto Cavaliere (2005, p. 53) afirmam que os estudos das vogais pretônicas, no português brasileiro, ainda requerem uma investigação mais detalhada, uma vez que a pretônica média /e/ neutraliza-se fortuitamente com a vogal alta /i/, sem que se atribua ao fato uma causa fonológica inequívoca, como, por exemplo, diz-se semente - [se`mẽtI] ou [si`mẽtI]; como também as vogais /i, e, a, o, u/ podem apresentar em posição postônica.

Com a finalidade de fazer uma revisão literária em torno das vogais pretônicas, encontra-se em Gianni Fontis Celia (2004) uma síntese dos principais trabalhos que tiveram como base a realização dessas vogais, em fala de moradores de algumas cidades brasileiras, conforme se verifica a seguir:

1 Mota (1979 apud CELIA, 2004) descreve o comportamento das vogais médias, em posição pretônica, na fala de analfabetos da zona rural de Ribeirópolis, Sergipe. A autora identifica os ambientes que interferem na realização das variantes, tais como, os ambientes morfológicos e sua relação com a variação das médias pretônicas, que se realizam como altas, médias ou baixas; e os contextos favoráveis à variante, do ponto de vista fonético. Quanto ao ambiente morfológico, a autora conclui que alguns sufixos específicos (-inho e -mente) se comportam distintamente, em relação à realização das médias pretônicas, e que a maioria dos outros sufixos não impõe comportamento especial; no segundo caso, isto é, o fonético, um processo de harmonia vocálica foi identificado, como determinante na “superficialização” de [i, u] , [e, o] e [↔, ↵]³³. A vogal tônica alta, imediata ou não, foi o fator desencadeador da referida harmonia. No que se refere à vogal tônica não imediata,

³³ Símbolos usados por Mota (1979) para representar [E,].

como favorecedora da assimilação, observou-se que se pode localizar entre a pretônica alta e a tônica do vocábulo uma outra pretônica da mesma altura, como em *negocia* [nigu`sia], *revolvida* [xivu`vida]. Mota (1979), em outros fenômenos, buscou considerar a tipologia do segmento consonantal adjacente, em outros fenômenos, como alteamento e abaixamento da pretônica, visto que a vogal tônica alta ou baixa não trazia justificativa. Assim, consoantes precedentes [+ anterior], como em *semente* – *s[i]mente*, favorecem a ocorrência de [i], enquanto as de traço [- anterior] favorecem a ocorrência de [u], como também as precedentes [+ anterior, - coronal], [p, b, f, v, m], pelo caráter labial da articulação favorecem a ocorrência de [u].

2 Bisol (1981; 1988 apud CELIA, 2004), em sua Tese intitulada “Harmonização vocálica: uma regra variável”, descreve e analisa o comportamento das vogais médias em posição pretônica, na fala de moradores gaúchos. A autora identificou, nesse dialeto, que o processo de harmonia vocálica é desencadeado por uma vogal alta da sílaba seguinte, independentemente da sua tonicidade, e que pode atingir uma, algumas ou todas as vogais médias do contexto, como em *adormeceria* – *adormec[i]ria*, *adorm[i]c[i]ria* e *ad[u]rm[i]c[i]ria*.

Desse modo, fatos resultantes na análise de Bisol:

1) Quanto às vogais:

- a vogal alta anterior /i/ atua na elevação de /e/ e /o/ com a mesma intensidade;
- a vogal alta posterior /u/ favorece apenas a elevação de /o/ (ac[u]stuma);
- a vogal alta tônica ou não, em sílaba não imediata à pretônica, não tem força para desencadear a harmonia vocálica;
- as vogais não altas inibem o processo (p[e]lava, l[e]gal);
- a vogal anterior média pretônica /e/, quando nasaliza, tende a preservar a média posterior (contido).

2) Quanto às consoantes precedentes e subseqüentes:

- a consoante oclusiva revela tanto precedente quanto subseqüente (qu[i]rido, p[i]queno), tende a favorecer o alteamento de /e/, bem como a consoante palatal seguinte (m[i]lhor);

- as consoantes oclusivas: velar precedente /k/ (c[u]stela); palatal seguinte // (c[u]nheço); e a labial precedente e seguinte /b/ e /m/ (b[u]neca, t[u]mate) atuam favoravelmente ao alteamento de /o/.

3 Viegas (1987; 1995 apud CELIA, 2004) analisou os ambientes estruturais e não-estruturais, que favorecem à elevação das vogais pretônicas, na fala de residentes da região metropolitana de Belo Horizonte - MG.

A autora identificou três ambientes favoráveis à elevação da vogal /e/:

- /e/ em início de palavra ([i]ntão, [i]ngamado);
- /e/ seguido de sílaba com vogal alta acentuada (s[i]rviço, m[i]nino);
- /e/ em sílaba inicial DE ou DES (d[i]mais, d[i]sligado).

Por outro lado, os ambientes que tendem a impedir a elevação são:

- /e/ seguido de sílaba com vogal baixa acentuada (negócio);
- /e/ seguido de sílaba com /e/ (segredo);
- /e/ seguido de sílaba com /a/ acentuado (pedaços);
- /e/ não inicial, em sílaba travada (verdura);
- /e/ alternando-se com uma realização tônica com timbre aberto (divertir - diverte, integrar - integra);
- /e/ em sílaba CCV³⁴ (probleminha).

Para variável /o/, Viegas (1987; 1995 apud CELIA, 2004) encontra, na amostra, ambientes favoráveis e desfavoráveis ao alçamento, sendo para esse último os mesmos ambientes de /e/, entretanto, em diferentes proporções. Ocorre favorecimento em:

- /o/ seguido de vogal alta acentuada (b[u]níto, c[u]stume);
- /o/ seguido de nasal (c[u]nhecer, b[u]neca).

Concernente às consoantes, Viegas (1987, 1995 apud CELIA, 2004) observa-as quanto ao ponto de articulação anterior e posterior, como também o modo de articulação das consoantes adjacentes (soante e obstruinte).

Em suas considerações finais, Viegas (1987, 1995 apud CELIA, 2004) ressalta que a harmonia vocálica parece aplicar-se mais aos casos de alteamento de /e/, enquanto que o

³⁴ CCV é a sigla correspondente à descrição silábica de Consoante, Consoante e Vogal, que será estudada posteriormente.

alteamento de /o/ parece estar mais relacionado com as consoantes adjacentes do que com a vogal seguinte.

4. Silva (1989, 1991 apud CELIA, 2004), em sua Tese sobre as médias pretônicas, analisa o dialeto falado culto na cidade de Salvador. Silva identifica duas variáveis dependentes tripartidas para o dialeto soteropolitano:

- para /e/ as variantes [i, e, ↔] (esp[i]cial, esp[e]cial, esp[↔]cial);
- para /o/ as variantes [u, o, ↵] (pr[u]fessor, pr[o]fessor, pr[↵]fessor).

O contexto vocálico subsequente, acentuado ou não, foi identificado pela autora como o principal fator envolvido na variação das médias pretônicas. Como resultado, percebeu-se:

- em contexto de vogal alta [i, u] subsequente, as variantes altas apresentam índices mais elevados (esqu[i]c̃i, d[u]m̃ingo);
- as variantes baixas [↔, ↵], no mesmo contexto anterior, não apresentam grandes diferenças (en[↔]rg̃ia, esp[↵]rt̃ivo);
- em contexto de médias [-baixo] [e, o] não nasais, o maior número é de variantes da mesma altura (p[e]rcebo, g[o]stoso);
- em todos os outros contextos (vogais com traço [+baixo] [↔, a, ↵] ou [õ, ê] ou [- alto, + nasal] – d[↵]mestico, m[↔]renda), predominam as médias [↔] e [↵] nas sílabas pretônicas.

Por esses dados de Silva (1991 apud CELIA, 2004), nota-se que o contexto de vogal média-alta [e, o] inibe muito mais a ocorrência de pretônica média-baixa [↔, ↵], do que o contexto de vogal alta [i, u].

Quanto aos ambientes, a autora observou que:

- os ambientes vocálicos [ẽ, ↔, a, ↵, õ] favorecem as variantes baixas, mas desfavorecem as altas;
- os ambientes [e, o] favorecem as médias-altas, porém desfavorecem as baixas.

Outros fatores favoráveis ao alteamento de /e/ são as consoantes precedentes labial /v/ (trav[i]sseiro), velar /k/ (aqu[i]cido), “alveolar não-lateral” /s/ (s[i]mestre); e as subseqüentes palatal /x/ (sem[i]lhante) e velar /g/ (s[i]guro). Já o alteamento de /o/ tem como favorecedores as consoantes precedentes velar /k/ (c[u]stela), palatal /ʃ/ (ch[u]calho) e labial /b/ (b[u]tão); assim como as consoantes seguintes palatal /x/ (t[u]lhidas), labial /m/ (d[u]mingo) e alveolar /r/ (diret[u]ria).

A atonicidade da sílaba, a que pertence a pretônica, foi um outro fator favorecedor do alteamento, observado por Silva (1991 apud CELIA, 2004), uma vez que a vogal átona casual média (cabeleira) e a casual variável (diversão) favorecem a realização alteada de /e/; a vogal átona casual variável (cobertor) e a átona permanente (colégio) favorecem o alteamento de /o/.

Observa-se, portanto, que as médias pretônicas do dialeto dos moradores de Salvador parecem estar sujeitas a uma regra variável de harmonia vocálica, em que a vogal pretônica tende a assimilar o traço de altura da vogal da sílaba subseqüente.

5. Bortoni *et al.* (1991 apud CELIA, 2004), em seu trabalho sobre /e/ pretônico, analisa duas variedades do português brasileiro: falantes nascidos e criados em Brasília; e falantes de Alagoas e os que emigraram para Brasília. O objetivo da autora é o de verificar a hipótese de que a variedade que vem se formando em Brasília é comum às falas brasileiras.

Bortoni (1991 apud CELIA, 2004) considera como fatores, em sua análise, a vogal seguinte, consoante precedente e seguinte, nasalidade da vogal pretônica, tonicidade subjacente. A partir desses fatores, ela observou que, para os brasilienses, as vogais seguintes, favoráveis à elevação, são as altas, orais e nasais ([i, ĩ, u, ũ] – acredito, menino, veludo, nenhuma) e a anterior média-alta nasal ([ẽ] – pequeno); já para os alagoanos, os ambientes mais favoráveis ao alteamento são as vogais altas nasais [ĩ, ũ] e a alta anterior oral [i]. Além disso, para os alagoanos, as vogais seguintes [ẽ, ↔, a, ã, ↵, õ, u] são desfavoráveis à elevação e favoráveis ao abaixamento. A partir desses resultados, Bortoni (1991) conclui que na variedade alagoana, em que o abaixamento se faz presente, o abaixamento e a elevação das pretônicas são regras variáveis concorrentes, porque os ambientes que favorecem uma das regras, desfavorecem a outra. Entretanto, para os alagoanos migrantes, há uma maior incidência de elevação e menor de abaixamento, embora também não tenham assimilado a variedade de Brasília. No que se refere às

consoantes, as precedentes e as subseqüentes como também a tonicidade subjacente foram fatores relevantes para o alteamento de /e/. Desse modo, na fala dos brasilienses, uma palatal precedente (conheci) e uma labial seguinte (futebol) favorecem a elevação, bem como as vogais de sílabas que são por natureza átonas (seguro > segurança > segurar); e, na fala dos alagoanos, apenas uma velar posterior (pequena) contribui para o alteamento juntamente com vogais de sílabas átonas permanentes e de formas verbais (vestir > visto > vestido). Concernente ao abaixamento da fala dos alagoanos, as consoantes velares, labiais e palatais precedentes (rercente, movido, gelado) e a palatal seguinte (projeto) são favorecedoras; assim como as vogais de sílabas cuja tonicidade é eventual (mora > moraria).

6. Yacovence (1993 apud CELIA, 2004), em sua Dissertação, aborda sobre as vogais médias pretônicas, levando em conta a fala culta do dialeto carioca e os fatores lingüísticos morfológicos (grau de parentesco e tipo de sufixo da palavra) e fonológicos (tipo de vogal pretônica, distância, vogal tônica, vogal átona seguinte, atonicidade, modo e ponto de articulação da consoante anterior e seguinte).

Conforme a autora, a realização das pretônicas médias [e, o] prevalece sobre a alta [i, u], levando a considerar as médias como padrão na fala dos cariocas.

Quanto aos ambientes descritos por Yacovence (1993 apud CELIA, 2004), o favorável ao alteamento é o ambiente ocupado pela vogal tônica, que recebe destaque, porque tanto a alta homorgânica quanto a não homorgânica [i, u] favorecem ao alteamento de /e/; já no alteamento de /o/, a vogal tônica não homorgânica /i/ é a favorecedora. Proveniente desse resultado, a autora considera que uma regra de harmonização vocálica atua de modo diferente sobre a vogal média anterior /e/ e sobre a vogal média posterior /o/. Quanto aos demais ambientes lingüísticos, o ponto e o modo de articulação das consoantes precedentes e seguintes e a atonicidade são interferentes na realização das vogais médias pretônicas da fala carioca. Entre as consoantes³⁵, a velar é a principal favorecedora do alteamento de /e/, bem como o modo de articulação lateral precedente e as nasais e as oclusivas seguintes; já no alteamento de /o/, a velar precedente, a labial precedente e seguinte e uma africada seguinte são as favorecedoras, bem como os modos oclusivo precedente e africado, nasal, fricativo e vibrante. No que diz respeito à atonicidade, as átonas permanentes são favoráveis ao alteamento de /e/ e de /o/ e as átonas casuais médias

³⁵ Não serão apresentados exemplos para o dialeto carioca, porque o trabalho original não apresentava.

também favorecem a elevação de /o/. Quanto aos fatores morfológicos, a autora identificou que os vocábulos com sufixos verbais favorecem o alteamento de /e/ e de /o/.

Yacovence (1993 apud CELIA, 2004) pôde concluir que, além das vogais médias de timbre fechado, ocorre na fala do carioca a realização de vogais médias pretônicas de timbre aberto [\leftrightarrow , \leftarrow], embora o percentual dessas fosse muito baixo; e, por fim, há indícios de que um fenômeno de harmonia vocálica, assim como ocorre para o alteamento, seria a interpretação mais propícia para o abaixamento identificado no Rio de Janeiro.

Além das posições tônica e pretônica, existem também as vogais em posição postônica.

Conforme já se verificou, os pesquisadores vêem as vogais que se agrupam na posição postônica como as que recebem menos força, as mais débeis, principalmente, as finais. Dizem-se finais, porque elas estão agrupadas em vogais postônicas finais e vogais postônicas mediais. Essas, segundo Câmara Jr. (1988, p. 44), ocorrem entre a vogal tônica e a vogal átona final, em vocábulos proparoxítonos ou vogais penúltimas átonas, visto que “as oposições entre /o/ e /u/, de um lado, e /e/ e /i/ do outro ficam prejudicadas pela tendência a harmonizar a altura da vogal pretônica com a vogal tônica quando esta é átona”.

Teixeira (2005, p. 31) afirma que as postônicas médias estão em um quadro similar ao das vogais pretônicas, ou seja, cinco vogais [i, e, a, o, u], pelo fato de não existir oposição entre as vogais médias, como mostra Câmara Jr. (1988, p. 44).

No que se refere a essa posição, Cavaliere (2005, p. 80-82) aponta alguns “fatos notáveis” que ocorrem com as postônicas orais “internas”:

1. as vogais altas, nessa posição, manifestam-se predominante pelos alofones [I] e [U], como, por exemplo, em hábito [`abItU] e cédula [`sedUla];
2. as vogais médias /e/ e /o/ entram em neutralização, respectivamente com as altas /i/ e /u/, como nas palavras número [`numiPU] e pérola [`pePula] ou, até mesmo as formas [`numePU] e [`pePola], atestando a presença dos arquifonemas vocálicos /E/ e /O/;
3. nessa posição, não há registro de vogais médias /ε/ e / / no português do Brasil.

Pesquisas mais recentes vêm apontando outros fatos ocorrentes com a vogal postônica medial, como mostra Bisol (2003, p. 7):

(...) na pauta da postônica não final, a elevação de ambas as vogais vem ocorrendo, semelhantemente ao que ocorre na átona final, embora ainda não se tenha manifestado como regra geral em nenhuma variedade do português brasileiro, diferentemente do que ocorre com a pauta final.

Pode-se inferir da observação de Bisol (2003) que, como em final de vocábulos, a neutralização é um fenômeno que também pode ocorrer em vogais postônicas mediais, não sendo somente a vogal final com tal possibilidade. Ou seja, é pertinente considerar a tese da neutralização entre postônicas orais médias e altas.

Com isso, de acordo com Cavaliere (2005, p. 82), do ponto de vista fonológico, concebe-se um quadro de vogais postônicas orais internas, no português do Brasil, com a presença de uma vogal baixa e dois arquifonemas vocálicos provenientes da neutralização entre as médias e altas correspondentes, no QUADRO 13:

QUADRO 13: Vogais postônicas orais médias

ALTAS	/I/		/U/
BAIXA		/a/	
	ANTERIOR	CENTRAL	POSTERIOR
	não-arred.		arred.

Concernente às vogais postônicas orais finais, Câmara Jr. (2002, p. 23) assegura que a pronúncia mais generalizada ocorre com a “redução drástica do quadro das vogais”, porque há uma supressão das oposições /ε/, /e/, /i/ de um lado, e / /, /o/, /u/ de outro lado, com o “aparecimento de um débil /i/ e um débil /u/”, contrastando entre si e um outro com /a/. Por isso, o quadro vocálico se reduz a três unidades, que ocupam as extremidades do triângulo: uma vogal anterior alta /i/, vogal central baixa /a/, vogal posterior alta /u/, realizadas pelos alofones [I], [U], fonologicamente , e [ə] foneticamente.

QUADRO 14: Vogais postônicas orais finais

ALTAS	/I/		/U/
BAIXA		/a/	
	ANTERIOR	CENTRAL	POSTERIOR
	não-arred.		arred.

Para Cavaliere (2005, p. 83), ortograficamente, o português admite palavras com sílaba final terminada em *a* “mala”, *e* “cole”, *o* “livro”, *i* “júri” e *u(s)* “ônibus”. Já a análise fonológica delas revela que as letras *e* e *i* representam uma única vogal anterior alta, que se manifesta pelo alofone [I]: cole [ˈk II] e júri [ˈZuPI]; ao mesmo tempo que *u* e *o* se manifestam pelo alofone [U].

Do ponto de vista fonológico, por serem vogais débeis, tem-se a condição propícia à neutralização entre a vogal alta e a média, em posição átona final, com claro proveito da alta, do que decorrem os arquifonemas /I/ e /U/ (CÂMARA JR., 1977, p. 57-60). Para este autor, “o sistema vocálico só sofre neutralização nas oposições de abrimento, e a neutralização é uma conseqüência exclusiva da posição átona” (CÂMARA JR., 1977, p. 82).

Além dessas sete vogais orais em posição tônica, que se examinou, há no idioma português do Brasil cinco vogais nasais, fonologicamente falando, que podem ser assim classificadas:

QUADRO 15: Vogais tônicas nasais

Altas	/ĩ/		/ũ/
Médias	/ẽ/		/õ/
Baixa		/ã/	
	Anteriores	Central	Posteriores

Como se verifica no QUADRO 15 acima, as vogais nasais se distribuem em vogais altas /ĩ/ e /ũ/, realizadas em palavras como “pinta” e “bumba”; vogais médias /ẽ/ e /õ/, que se realizam em palavras como “penta” e “ponta”; e, em vogal central, o /ã/ em “canta”.

Conforme Heine (2005, p. 5), o som vocálico nasal perde a liberdade de origem, realizando-se de modo abafado e travado. Cavaliere (2005, p. 87) observa que a vogal /ẽ/ não se “manifesta em sílaba final”, havendo uma predominância de pronúncia ditongada [ẽy]: também, alguém.

O estudo das vogais nasais se coloca entre os mais complexos do sistema fonológico do português brasileiro, uma vez que alguns pesquisadores admitem existir esse tipo de vogal e outros não. Câmara Jr. (1977, p. 67) inicia uma seção intitulada “As vogais **ditas** nasais”³⁶, admitindo que, ao lado das vogais orais, há as que se “acompanham de ressonância nasal”. Para ele (1977), “a nasalidade já pode ser considerada em si mesma um fonema consonântico, desde que estabeleça o travamento da sílaba nos moldes de vogal mais consoante”. O referido autor (1977, p. 67) busca resolver o problema, postulando para as consoantes nasais a condição de arqui fonema nasal, para o qual o traço distintivo é “a nasalidade e o esforço consonantal para o desimpedimento”; como por exemplo, as palavras “campo”, “ponta” e “tango” seriam transcritas fonologicamente como: /kâNpU/, /pôNtə/, /tãNgU/. Para Heine (2005, p. 5), coube a Câmara Jr. fazer a diferença entre a vogal nasal não-distintiva (camisa, panela etc.) e a vogal com o traço nasal distintivo (campo, lã, cão etc.). No primeiro caso, ocorre a nasalidade, ao passo que, no segundo, há nasalização ou nasalização.

Adverso ao pensamento de Câmara Jr., Antônio de Moraes Silva (apud CAVALIERE, 2005, p. 84), já no século XIX, defendia a hipótese de que não se pode admitir a presença de consoantes nasais em seqüências como am, om, mas verdadeiras vogais nasais, visto que a nasalidade se ouve sobre as vogais; Gonçalves Viana (1973 apud CAVALIERE, 2005, p. 84), observando o português lusitano, assevera que há “as vogais orais e as vogais nasaes”; Cunha e Cintra (1985), descrevendo o português no Brasil, asseguram que existem, no português brasileiro, cinco vogais nasais, como, por exemplo, nas palavras “rim”, “senda”, “canta”, “lã”, “bomba”, “atum”.

1.3.2.2.3 A estrutura da sílaba

³⁶ Grifo de Câmara Jr. (1977, p. 67).

Para Jakobson (1967, p. 133), a sílaba é a estrutura fonêmica elementar, que é observada entre as diversas línguas, através da forma CV (consoante + vogal), como o único modelo silábico verdadeiramente universal. Assim, os fonemas (vogais e consoantes) funcionam combinados, na enunciação lingüística, em uma unidade superior, que é tradicionalmente conhecida pelo nome grego de *syllabē*.

Entretanto, há muita dificuldade entre os pesquisadores para definir a sílaba, motivo pelo qual se multiplicam as teorias que buscam esse objetivo. Por essa razão, Câmara Jr. (1988, p. 53), do ponto de vista fonético, chega a se referir a quatro vias possíveis de conceituação: 1) a sílaba sonora, pautada no efeito auditivo; 2) a sílaba dinâmica, referente à forma expiratória; 3) a sílaba articulatória, retirada da produção dos sons vocais; 4) a sílaba intensiva, abstraída da tensão muscular que ocorre no ato articulatório.

Contudo, não há dúvida de que a sílaba é a menor unidade fonética da fala, no sentido de que os fonemas só existem dentro dela. Isso ocorre mesmo que seja um único fonema, o qual funcionará com verdadeira entidade silábica. A partir dessa premissa, Cavaliere (2005, p. 121) assegura que não é possível conceber a sílaba sem os fonemas que a constituem, bem como não se admite a pronúncia de fonemas fora da sílaba.

Na concepção de Silva (2002, p. 76):

(...) os movimentos de contração e relaxamento dos músculos respiratórios expõem sucessivamente pequenos jatos de ar. Cada contração e cada jato de ar expelido dos pulmões constitui a base de uma sílaba. A sílaba é então interpretada como um movimento de força muscular que se intensifica atingindo um limite máximo, após o qual ocorrerá a redução progressiva desta força.

De acordo com Câmara Jr. (1988, p. 53), há na sílaba um ápice de sonoridade, ocupado pela vogal (V), que se limita por um declive anterior e outro posterior, aos quais constituem as suas “margens ou encostas”, local que se situam as consoantes (C) e as semivogais (SV), ou seja, elementos assilábicos. Sendo assim, têm-se quatro estruturas fundamentais da sílaba: V, para sílaba simples; CV, para a sílaba complexa, mas “aberta” ou “livre”, porque termina no silábico; e VC, para a sílaba “fechada” ou “travada”; CVC, para sílaba completa, com aclive e declive (CÂMARA JR., 2002, p. 26). Por essa descrição, cabe às sílabas a distinção de sílabas travadas, cujo último elemento tem natureza consonantal, e sílabas abertas, as que têm o último elemento de natureza vocálica.

1.3.2.2.3.1 Os padrões silábicos do português: visão tradicional

Conforme se verificou, a vogal é o elemento essencial da sílaba no português e está situada no centro, núcleo. De um lado, está a vogal, que é o ápice da sílaba, e do outro, estão os elementos periféricos, isto é, as consoantes e as semivogais. Assim, chega-se aos seguintes padrões estruturais básicos da sílaba portuguesa, no QUADRO 16:

QUADRO 16: Padrões silábicos do português

Padrões silábicos	Exemplos	Tipos de sílaba
1. Padrão V	ato, saí	sílaba aberta
2. Padrão CV	casa, mala	sílaba aberta
3. Padrão VC	ás, arte	sílaba fechada
4. Padrão CVC	torta, pasta, oral	sílaba fechada
5. Padrão CCV	prego, placa	sílaba aberta
6. Padrão VCC ³⁷	austero	sílaba fechada
7. Padrão CCVC	crystal, avestruz	sílaba fechada
8. Padrão CVCC	perspicaz	sílaba fechada
9. Padrão CCVCC	claustro	sílaba fechada

(CAVALIERE, 2005, p. 123)

Cavaliere (2005, p. 123) ainda observa que, quanto à presença de consoantes, há uma série de restrições em determinadas posições silábicas. A estrutura CV admite quase todas as consoantes, excetuando-se /P/, que se neutraliza com /R/ nessa posição; em estrutura CCV, “a segunda posição assilábica só pode ser ocupada por /l/ e /P/”, formando os encontros consonantais cl, cr e outros. Já na estrutura silábica VC, em que a consoante funciona como travamento da sílaba, as possibilidades se reduzem para as fricativas não labiais /s/, /z/, /Σ/, /Z/, neutralizadas, ocasionando o uso do arquifonema /S/; a lateral /l/ velar, realizada nos alofones [l] e [L] e vocalizada em /w/, como em “mal”, “farol”; o /R/ velar, como em “mar” e “falar”.

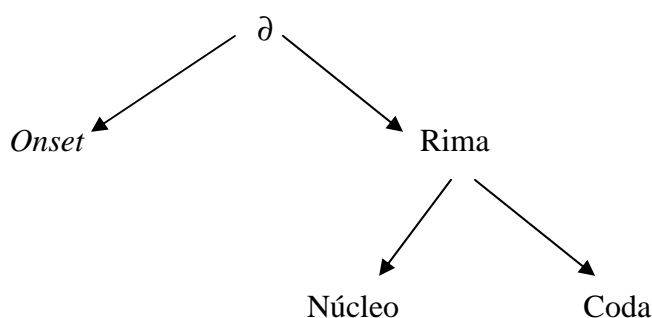
³⁷ Os padrões silábicos do português têm a vogal como ápice da sílaba, representada por V; já os elementos periféricos, tais como consoantes e semivogais, são representados por C, como se verifica nos itens 6 e 9 desse quadro.

As propostas acerca da sílaba, até aqui expostas, representam os pontos de vista considerados tradicionais, uma vez que a analisam em uma visão linear, segundo a linha do tempo e definem, conforme Cagliari (2002, p. 118), fonemas ou matrizes de propriedades distintivas.

Na atualidade, a Fonologia tem uma visão não-linear, buscando, em seus trabalhos, ir além dos liames do fonema e das matrizes de propriedades. Os vários rumos tomados pela Fonologia produziram estudos, em áreas internas, como a Fonologia Auto-segmental, a Fonologia Lexical, a Fonologia Métrica, a Fonologia Prosódica. Essas ramificações têm por “objetivo preencher as lacunas deixadas pelas vertentes fonético-fonológico formais, cuja pesquisa se limita apenas a definir os fonemas, tendo como parâmetro precípuo os seus aspectos segmentais” (HEINE, 2006, p. 5).

1.3.2.2.3.2 Fonologia não-linear: a interpretação da sílaba

No final dos anos 70 e nos anos 80 (CAGLIARI, 2002, p. 118), surge a Fonologia Métrica, com a preocupação principal de explicar os fenômenos da fonotática (regras de combinação dos fonemas para combinar palavras), em específico os sistemas acentuais em uso, nas línguas naturais, e a sílaba. Conforme esse autor, a sílaba, nessa visão, se apresenta em forma de árvore, tendo como símbolo representativo a letra grega sigma (σ). A estrutura da sílaba segue o seguinte esquema:



Nesse esquema, os elementos constitutivos da sílaba são: *onset*, também denominado de ataque; e rima, que, por sua vez, se ramifica em núcleo e *coda*. O *onset* refere-se à consoante em posição inicial de sílaba; segundo Heine (2006, p. 5), esse

elemento da estrutura corresponde ao aclave da abordagem tradicional, entretanto, dele se distanciando, pois não permite a ocorrência de segmentos semivocálicos. O núcleo da rima é o lugar por excelência da vogal, com caracterização próxima ao ápice; contudo, se distingue do mesmo pelo fato de apresentar uma nova interpretação para a ocorrência das semivogais, vista no modelo tradicional como “vogal pela metade”. Assim, nessa proposta, a semivogal deve, ao lado da vogal, constituir o núcleo da rima, conforme se verifica em palavras como “ouro”, “aquarela” e “Paraguai”. Em “ouro”, o núcleo da rima será ocupado pelo /o/, seguido na sílaba pelo outro núcleo /w/; em “aquarela”, a sílaba [qua] será distribuída em uma parte com o *onset*, ou seja, o fonema /k/; e a rima será ocupada com os núcleos /w/ e /a/, estando esse último como elemento principal da sílaba; em Paraguai, a sílaba formada por [guai] recebe a seguinte distribuição: /g/ como *onset*, /w/, /a/ e /y/ como núcleos da rima.

De acordo com Cagliari (2002, p. 119), há estruturas mais complexas ou mais simples, que podem ser formadas a partir desse padrão. O constituinte coda representa a posição de travamento da sílaba, local de realização dos arquifonemas do português, a saber: /R, S, L, N/, por exemplo, em “carta” /[^]kaRta/, “mostra” /[^]moStxa/, “oral” /o`raL/, “canto” /[^]kaNtu/. Para Heine (2006, p. 7), esse último arquifonema só deve ser considerado, se se aceita a proposta de Câmara Jr., relacionada às vogais nasais.

A partir dessa proposta, obter-se-ão os padrões silábicos hodiernos, conforme QUADRO 17:

QUADRO 17: Padrões silábicos conforme a fonologia não-linear³⁸

Padrões silábicos hodiernos	Exemplos
1. Padrão V	<u>ato</u> , sa <u>í</u>
2. Padrão CV	<u>ca</u> sa, <u>ma</u> la
3. Padrão VV	<u>au</u> la
4. Padrão CVV	á <u>gua</u> , <u>lei</u>
5. Padrão CCV	<u>pre</u> go, <u>plac</u> a
6. Padrão VVC	<u>au</u> stero
7. Padrão CCVV	<u>gr</u> au

³⁸ Os padrões silábicos hodiernos foram extraídos de Collischonn (2001 apud HEINE, 2006, p. 8).

8. Padrão CVCC	<u>perspicaz</u> , <u>fórceps</u>
9. Padrão CCVVC	<u>clau</u> stro

Conforme visto no quadro anterior, na visão da Fonologia não-linear, a sílaba se constitui a partir do *onset* e da rima. Como já foi observado, o *onset* é o elemento que se refere à consoante e o núcleo da rima é ocupado pela vogal ou pela vogal e semivogal (no caso do ditongo). Esse fato difere da visão tradicional, quando dá à semivogal a condição de constituir a sílaba, juntamente com a vogal, essa sendo o núcleo por excelência. Sendo assim, no QUADRO 17, verificam-se nove (9) possibilidades de construção silábica, das quais os de números um (1), dois (2), cinco (5) e oito (8) correspondem às estruturas iguais à visão padrão: sílaba formada por vogal ou por consoante e vogal. Já as possibilidades de números três (3), quatro (4), seis (6), sete (7) e nove (9) trazem uma nova estrutura, quando dá à semivogal a condição de constituinte de sílaba. Logo, no terceiro caso, a palavra “aula” tem na sílaba inicial a vogal /a/ e a semivogal /w/, ou seja, o núcleo da rima é constituído pela vogal que está acompanhada por uma semivogal; no sexto caso, em “austero”, a vogal, semivogal e consoante vão formar a sílaba, a qual está travada pela condição de coda da consoante, em final da sílaba, diferente dos itens quatro (4), sete (7) e nove (9), em que se tem o *onset*, a(s) consoante(s) inicia(m) a sílaba. Assim, o grande ganho dessa visão é ver a semivogal também como núcleo de sílaba.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, almeja-se apresentar o *corpus* desta pesquisa, especificando os critérios e procedimentos a serem usados na Análise dos dados.

2.1 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O universo desta pesquisa tem como *corpus* textos dos tipos narrativo e dissertativo, escritos no período letivo de 2003. Eles foram produzidos por alunos de quarta (com a narração) e oitava (com a dissertação) séries do Ensino Fundamental, de escolas das redes Estadual e Municipal.

Delimitam-se essas séries, por serem elas que fecham os ciclos do Ensino Fundamental e que poderão trazer dados pertinentes ao objeto deste estudo. Isso não significa que, em outras séries, os fenômenos não estejam ocorrendo, mas, nas séries pesquisadas, podem-se traçar melhor as duas pontas do ciclo. A quarta série finaliza a primeira parte desse ensino e a oitava série fecha o Ensino Fundamental, proporcionando ao educando a entrada do ciclo final: Ensino Médio, período que antecede o Nível Universitário.

2.1.1 As escolas

Os dados em estudo foram coletados nas escolas Colégio Estadual Padre Henrique Alves Borges e Colégio Municipal Antônio Brandão de Souza, localizadas no distrito de Humildes, Feira de Santana – Bahia. Elas estão situadas a 20 Km da sede, na área leste do município, entre Feira – Salvador, a 5 Km da BR 324. A primeira fica à Rua Cônego Olímpio, S/N, e a segunda à Rua Bambu, S/N.

A escolha dessas escolas ocorreu por dois motivos: inicialmente, por ser a primeira o ambiente de trabalho da pesquisadora naquele período, sendo a aquisição dos textos escritos mais acessível; e, por último, por essas escolas possuírem esse nível de ensino.

2.1.2 O material do *corpus*

A pesquisa foi realizada a partir de textos de estudantes do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, antes citado. Esses alunos nasceram e residem nessa área; estavam, naquele período, em uma faixa etária média entre dez e quinze anos; eram filhos de pais originários da zona rural, analfabetos ou que tiveram instruções escolares até o antigo ginásio.

Os textos foram selecionados em um universo inicial de 87 (oitenta e sete) unidades. Dentre esses, foi necessária uma seleção, uma vez que 30 (trinta) foram desprezados, porque, por serem grafados com grafite, tornaram-se ilegíveis; 17 (dezesete) deles não traziam o fenômeno em estudo; e, apenas, 40 (quarenta) textos contemplavam a proposta desta pesquisa. Dessa forma, os textos eleitos para o estudo foram escritos por alunos de 4ª (quarta) e 8ª (oitava) séries, sendo 22 (vinte e dois) do primeiro grupo e 18 (dezoito) do segundo grupo.

Os textos tanto do tipo narrativo quanto dissertativo foram produzidos com base em propostas feitas pelos professores, a partir das seguintes temáticas: “as férias”, para a quarta série, visto que estavam no mês de novembro, próximo às férias escolares; e “A violência no Brasil: como mudar as regras desse jogo?”, para a oitava série, a mesma temática da prova do vestibular da UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana – 2003.2.

É bom ressaltar que os alunos não sabiam que esses textos seriam utilizados como material de análise nesta pesquisa.

2.1.3 O fenômeno em estudo

Compreendem-se por fenômenos desta pesquisa os aspectos vocálicos fonético/fonológicos da neutralização das vogais médias, anterior e posterior, respectivamente /e/ ~ /i/ e /o/ ~ /u/; a harmonização vocálica, tendência de assimilação no português, em que uma vogal média pretônica cede espaço à correspondente alta; e o debordamento vocálico, em que /e/ e /o/ pretônicos em hiatos com a vogal baixa /a/ flutuam ora para uma vogal média, ora para uma vogal alta, conforme se confere em exemplo, “grav[i]”, “Porto s[i]guro”; e das posteriores alta e média /u/ e /o/, por exemplo, “na visão do mundo que n[u]s é transmitida”.

Esses fatos são analisados a partir do aparato teórico da Lingüística Textual (LT) e da Sociolingüística Interacional (SI). A LT constitui um novo ramo da Lingüística, que começou a se desenvolver na Europa no final dos anos 60 e, mais especificamente, entre os anglo-germânicos. Ela tem se dedicado a estudar o texto, por ser ele a forma específica de manifestação da linguagem, conforme Fávero e Koch (2002, p. 11). Já a Sociolingüística

Interacional, em linhas gerais, coloca o conhecimento lingüístico sócio-cultural, que se constrói e se expressa nas interações face a face como foco central de análise.

A base teórica dos aspectos fonético/ fonológicos é utilizada nesta pesquisa, com o objetivo de, no primeiro, analisar os aspectos físicos da fala e as bases fisiológicas, relacionadas com a produção nos textos escritos, uma vez que esse ramo de estudo da linguagem preocupa-se com os fones; e, no segundo, por estudar os fones e sua inter-relação significativa para formar sílabas. É preciso ressaltar que toda a análise voltada para o aspecto fonético da língua, nesta pesquisa, tem tão somente a intenção de mostrar que a língua falada, em sua forma mais primária, no sentido de primeira, está sendo transposta para o texto na modalidade escrita. Assim, está-se enfatizando o texto enquanto produção, mas, principalmente, a intercessão com imbricação entre as duas modalidades.

O *corpus* foi estudado da seguinte forma:

1) Seleção de textos compatíveis com os fenômenos eleitos na pesquisa e com os objetivos elencados, a seguir: analisar os recursos lingüísticos utilizados na construção textual escrita, observando as variações ocorrentes nessa modalidade; identificar se está ocorrendo a utilização de fones³⁹ em lugar de grafemas⁴⁰; verificar se esse procedimento do discente vem mostrar que a dicotomia entre fala e escrita não existe, mas demonstrar que se trata de uma variação de um mesmo sistema lingüístico; e, por fim, contribuir com a pesquisa científica, no que diz respeito à compreensão entre a oralidade e a variação lingüística e o ensino da língua materna, concernente à produção textual, bem como contribuir, mostrando de modo sistemático a imbricação da língua falada, em seu aspecto fonético/ fonológico, em texto escrito.

2) Observam-se nos textos somente os vocábulos⁴¹, e não sentenças ou outros ambientes, como os grupos de força⁴² ou juntura em vocábulos fonológicos.

³⁹ Mori (2005, p. 148) define o termo “fone” como sinônimo de som. Nesse sentido, fone quer dizer a realização concreta, material de um segmento.

⁴⁰ Trask (2004, s.v. *grafema*) conceitua os grafemas como “cada um dos caracteres de um sistema escrita reconhecido como tal”, permitindo entender as palavras na língua escrita.

⁴¹ Usa-se o termo vocábulos, nesta pesquisa, para denominar palavras que apresentam significado lexical ou não. Consoante Monteiro (2002, p. 12), há vocábulos considerados palavras, como existem aqueles que não o são. Vocábulo palavras são os que trazem significado, ou seja, substantivos, adjetivos e advérbios; e o

3) São analisados somente aqueles que apresentam os fenômenos em foco.

4) Embora os textos sejam elaborados por crianças (estudantes da quarta série) e adolescentes (alunos da oitava série), conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente⁴³, essa variável não foi considerada, uma vez que não é vista como pertinente à questão em análise.

5) O nível de produção textual de quarta e oitava séries é analisado, a fim de se observarem as condições de letramento escrito nesses períodos e a ascensão nesse ínterim.

6) Os fones analisados estão entre colchetes, caracterizando produção oral do usuário da língua.

2.2 TRATAMENTO PRELIMINAR DOS DADOS

O material de análise foi definido através dos pressupostos a seguir:

1) Mapeamento dos dados coletados no *corpus*, compatíveis com os objetivos deste trabalho;

segundo tipo, são aqueles que não funcionam isoladamente em um enunciado, como as preposições e as conjunções.

⁴² Câmara Jr. (1986, s.v. *grupo de força*) considera grupo de força um sintagma de dois ou mais vocábulos, constituindo numa frase um conjunto fonético significativo, enunciado sem pausa intercorrente e subordinado a um acento tônico predominante.

⁴³ Esse documento considera criança, para os efeitos da Lei nº 8.069 de 13.07.1990, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela que está entre doze e dezoito anos de idade.

2) Os nomes (substantivo, adjetivo, advérbio) e verbos são as classes gramaticais em que se analisa o fenômeno proposto para o estudo;

3) Classificação dos dados conforme o ambiente fonético/ fonológico em que o fenômeno ocorre, como os casos seguintes: “acab[i]”, “r[i]gistro” “apr[u]veitar”, “...e meu irmã[u] vaou tambem”;

4) Os textos do *corpus* são assim descritos: 4 e 8 são os números cardinais atribuídos às 4ª e 8ª séries; a ordem de seleção está logo em seguida, como, por exemplo, 4.4, 8.13. As linhas (L) do texto recebem numeração, para facilitar a identificação da localização dos fenômenos no texto;

5) Seleção quantitativa dos dados encontrados, com o objetivo de pontuar apenas os dados de forma concreta;

6) Análise propriamente dita de ocorrências fonéticas, presentes em textos escritos, segundo os pressupostos da Linguística Textual e da Sociolinguística Interacional.

2.3 CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Neste trabalho, a relação entre fala e escrita é vista a partir de sua possível interferência em texto escrito, na fase de transferência da modalidade oral para a modalidade escrita. Os elementos fonético/ fonológicos, aqui pontuados como interferências da fala em texto escrito, são analisados, de acordo com os seguintes critérios: 1) aspectos fonológicos; 2) aspecto morfológico; 3) aspecto pragmático.

Percorrem-se, para esse intento, os seguintes caminhos:

1) Aspectos fonológicos: os critérios fonológicos, estritamente ligados ao co-texto, compreendem dois contextos: (1) contexto fonológico precedente relacionado à identificação do fone que antecede o objeto em estudo; (2) contexto fonológico subsequente que será visto em igual valor. Além desses ambientes, os critérios fonológicos, também estritamente ligados ao co-texto, compreendem igualmente mais dois contextos: (1) contexto fonológico correspondente ao processo fonológico da neutralização das vogais anterior média [e] e da posterior média [o], ocorrendo alternância para a vogal anterior alta [i] e a posterior alta [u]; (2) contexto fonológico da estrutura silábica como elemento funcional, quanto à sua constituição e localização perante as vogais selecionadas, enquanto material de estudo, bem como a ocorrência da tonicidade da sílaba, seja ela pretônica, tônica e postônica.

2) Aspecto morfológico: os critérios morfológicos, igualmente ligados ao co-texto, representam as classes de palavras em que o fenômeno ocorre mais frequentemente.

3) Aspecto pragmático: o critério pragmático diz respeito à interferência da modalidade de uso de língua falada em um evento específico de uso da modalidade de língua escrita.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta a descrição e a análise, realizadas em quarenta textos, escritos por alunos de 4^a e 8^a séries do Ensino Fundamental, do Colégio Estadual Padre Henrique Alves Borges e do Colégio Municipal Antônio Brandão de Souza, localizados no distrito de Humildes, Feira de Santana – Bahia. Nesses textos, são focalizados os seguintes aspectos fonético/fonológicos: a neutralização das vogais médias anterior e posterior, respectivamente /e/ ~ /i/ e /o/ ~ /u/; a harmonia vocálica, tendência de assimilação no

português, em que uma vogal média pretônica cede espaço à correspondente alta da mesma zona de articulação, por influência da vogal tônica alta, e o debordamento vocálico em que /e/ e /o/ pretônicos em hiatos com vogal /a/ tônica passam também às suas correspondentes altas /i/ e /u/. Estes fenômenos serão analisados a partir da sua ocorrência nos itens lexicais, pondo em foco os ambientes fonológicos e os morfológicos, em que tais fenômenos aparecem. Volta-se também para critérios pragmáticos que, no caso particular deste trabalho, dizem respeito à integração entre a língua falada e a língua escrita. É pertinente observar, tal como já foi registrado anteriormente, quer na Introdução deste trabalho, quer no seu capítulo metodológico, que, apesar de tais ocorrências não se constituírem traços da oralidade, e sim variação lingüística do usuário da língua e de alguns aspectos do processo fonológico do português brasileiro, elas se realizam também na escrita. Esse fato evidencia a imbricação da fala na escrita – objetivo precípua desta Dissertação.

Como já se sabe, o *corpus* em estudo está dividido em duas amostras de textos escritos: uma produzida por alunos de 4ª série e outra por alunos de 8ª série. A escolha dos referidos fenômenos ocorreu por conta de se observar a transposição de aspectos fônicos para alguns gêneros textuais da língua escrita, como, por exemplo, as redações feitas por discentes do Ensino Fundamental. Assim, processa-se uma interface entre oralidade e escrita, que provoca, em função do contexto lingüístico, uma neutralização de determinados fonemas vocálicos, como é o caso dos que constituem foco desta análise, ou seja, dos fonemas do português brasileiro /e/ e /o/, que se neutralizam, respectivamente em /i/ e /u/. Essa neutralização é representada por um arquifonema, que visa a reunir numa só entidade fonemática todos os traços de um conjunto de fones. Dessa forma, o traço distintivo, tão inerente à concepção de fonemas, é eliminado, ocorrência, aliás, prevista pelo sistema fonológico do português brasileiro que, no caso dos referidos segmentos, realiza-se costumeiramente em sílabas pretônicas e postônicas, determinando, conseqüentemente, a redução do seu sistema vocálico. Portanto, como se verifica, há contextos lingüísticos propensos à neutralização, gerando a não distinção entre fonemas. No que diz respeito às vogais, quanto maior for o grau de atonicidade, principalmente a atonicidade máxima (em final de vocábulo), aumenta a possibilidade de ocorrer neutralização. As sílabas átonas, portanto, são candidatas “inatas” à neutralização, em oposição às tônicas, que, segundo Silva (2002, p. 79) e Câmara Jr. (1988, p. 63), tendem a manter os seus traços opositivos. Há, contudo, outros aspectos que corroboram também

para a ocorrência da neutralização, em determinados segmentos da língua. Como ilustração, menciona-se o processo fonológico, comumente denominado de harmonia vocálica, que registra uma assimilação da vogal tônica alta sobre a pretônica.

O conceito de neutralização foi introduzido e desenvolvido, na década de 1930, pelos lingüistas do leste europeu, ligados à Escola de Praga, especialmente o lingüista russo Trubetzkoy (apud TRASK, 2004, s.v. *neutralização*), e ocorre em três componentes lingüísticos, quais sejam: no fonológico, no gramatical⁴⁴ e no léxico. Trata-se, na verdade, da perda da oposição – uma das qualidades fundamentais da noção de fonema (CAVALIERE, 2005, p. 50), explicada, a seguir segundo Câmara Jr. (1986, s.v. *oposição*):

Princípio fundamental da estrutura lingüística, de que resultam os fatos da língua. Cada elemento não existe senão como oposição a outro elemento, ou, em outros termos, só existe lingüisticamente porque existe outro elemento com que ele entra em oposição. Assim, em português, temos um feminino por causa da oposição com o masculino, ou a vogal /e/ de timbre aberto por causa da oposição com a vogal /e/ de timbre fechado.

Na Fonologia, a neutralização caracteriza-se por eliminar, em função de um determinado ambiente fonológico, o traço distintivo de dois ou mais fonemas. Por outras palavras, dois sons que se distinguem em certas posições não se distinguem em outras (GALISSON; COSTE, 1983, s.v. *neutralização*). No caso das vogais, pautada sobretudo nas contribuições de Câmara Jr. (1977, p. 50), a descrição das mesmas deve, necessariamente, estar vinculada à sua posição em sílabas tônicas, pretônicas e postônicas, pelo fato de elas terem ocorrências distintas, em função exatamente do referido contexto. Sobre essa questão, considere-se o texto abaixo:

Para as vogais portuguesas, a presença do que se chama “acento”, ou particular força expiratória (intensidade), associada secundariamente a uma ligeira elevação de voz (tom), é que constitui a posição ótima para caracterizá-las. A posição tônica dá em sua plenitude e maior nitidez (desde que se trate de registro culto formal) os traços distintivos vocálicos. (CÂMARA JR., 1988, p. 40-41)

Assim, tem-se, por exemplo, em português, sete vogais orais /i, e, ε, a, , o, u/, mas apenas quando realizadas em sílabas tônicas. Nas demais posições, há redução do quadro

⁴⁴ Segundo Galisson e Coste (1983, s.v. *neutralização*), a título de exemplificação, a neutralização pode estar no nível gramatical quanto ao gênero das palavras eles/ elas.

vocálico, provocada pela neutralização de determinados segmentos vocálicos, a exemplo do /e/ → /i/; /o/ → /u/, como se verifica em *dedal* → [de'daw], [di'daw] ou *piso* → ['pizo], ['pizu], em que a permuta entre os segmentos /e/ → /i/ não gerou um par mínimo. Esse fenômeno representa um dos procedimentos mais produtivos usados pela Fonologia para se descobrir o *status* fonológico do som, ou seja, se se trata de fonemas ou alofones. Dessa forma, a sílaba átona parece ser considerada um dos elementos propulsores do processo de neutralização, o que não acontece com a sílaba tônica.

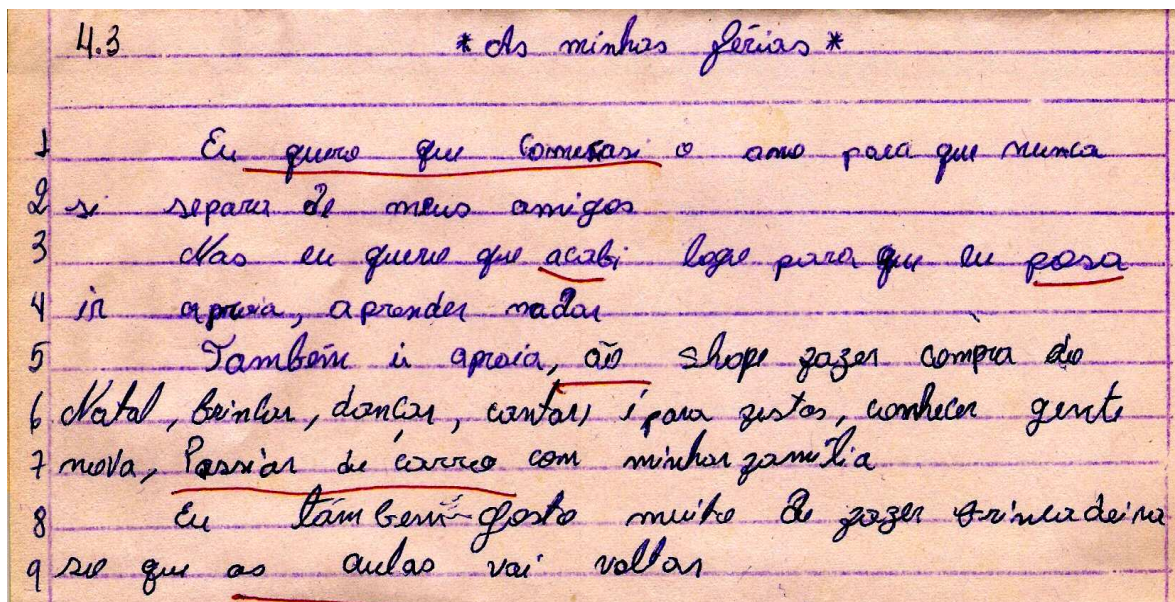
Os dados, a seguir, são observados, quanto ao contexto fonológico e morfológico, a partir das seguintes seções: uma primeira (3.1.1), em que se faz uma análise do fenômeno da neutralização da vogal média anterior /e/ que se alterna para /i/ e da vogal média posterior /o/ sendo alternada para /u/, quanto ao contexto fonológico, assim como um breve estudo sobre debordamento, envolvendo as mesmas vogais, visto que esse fenômeno é resultante de uma neutralização; observam-se essas mesmas vogais no fenômeno da harmonia vocálica, dando-se ênfase aos fonemas precedentes e subseqüentes; bem como essas mesmas ocorrências em itens lexicais (nomes e verbos); e uma segunda (3.1.2), em que se realiza uma análise pragmática desses fatos. Essas mesmas ocorrências das subseções 3.1.1 e 3.1.2 são demonstradas a partir de tabelas com comentários. Conforme se mencionou no capítulo metodológico, as tabelas trazem os dados estatísticos tão somente com o intuito de pontuar de forma mais concreta os fenômenos em estudo.

3.1 ASPECTOS FONÉTICO/FONOLÓGICOS E MORFOLÓGICO

3.1.1 A neutralização das vogais /e/ ~ /i/ e /o/ ~ /u/

Sabendo que a neutralização é a perda de oposição entre fonemas, quando, em um determinado ambiente fonológico, dois ou mais fonemas perdem a distinção entre si,

observam-se os vocábulos existentes nos textos 4.3, 8.13, 8.17, que, embora tragam exemplos do mesmo fenômeno, apresentam análises distintas nas séries.



(Figura 1 – texto 4.3)

No texto 4.3, os vocábulos “começas[i]” (L 1) e “acab[i]” (L 3) trazem uma estrutura gráfica mista: em sua maior parte, o escrevente se utiliza de letra para representar os fonemas da língua em uso e um elemento lingüístico está grafado, conforme ocorreu na boca do falante. Ou seja, ao invés de grafar a letra e, elemento gráfico que seria escrito no final do vocábulo, o escrevente se utiliza do grafema i para representar a forma fônica emitido em sua voz [i].

Fonologicamente, o contexto é propício a essa pronúncia, uma vez que o fenômeno ocorre em um vocábulo, cujo acento tônico está na penúltima sílaba, estando a sílaba final, ambiente em que ocorreu a perda de oposição do fonema, com atonicidade máxima (CÂMARA JR., 1977, p. 47). Desse modo, a sílaba átona está débil, sem força, ocasionando uma neutralização da vogal /e/ para a vogal /i/, logo a vogal média postônica cede lugar a uma vogal alta.

Quanto ao ambiente fonológico, no vocábulo “começas[i]”, o fone [i] tem como vizinhança precedente a consoante fricativa dento-alveolar surda /s/; enquanto em “acab[i]”, a precedência vai estar com a consoante oclusiva bilabial sonora /b/. Em ambos os casos, a estrutura silábica predominante é a complexa livre CV (consoante + vogal). Essas mesmas consoantes precedentes foram vistas como ambientes favorecedores do

alteamento da vogal /e/ para /i/, como se confere à pesquisa de Silva (1989; 1991 apud CELIA, 2004), que buscou analisar o fenômeno da neutralização, a partir dos postulados da Sociolinguística. Portanto, essas ocorrências não devem ser vistas como traço da oralidade, mas sim registros de variações linguísticas.

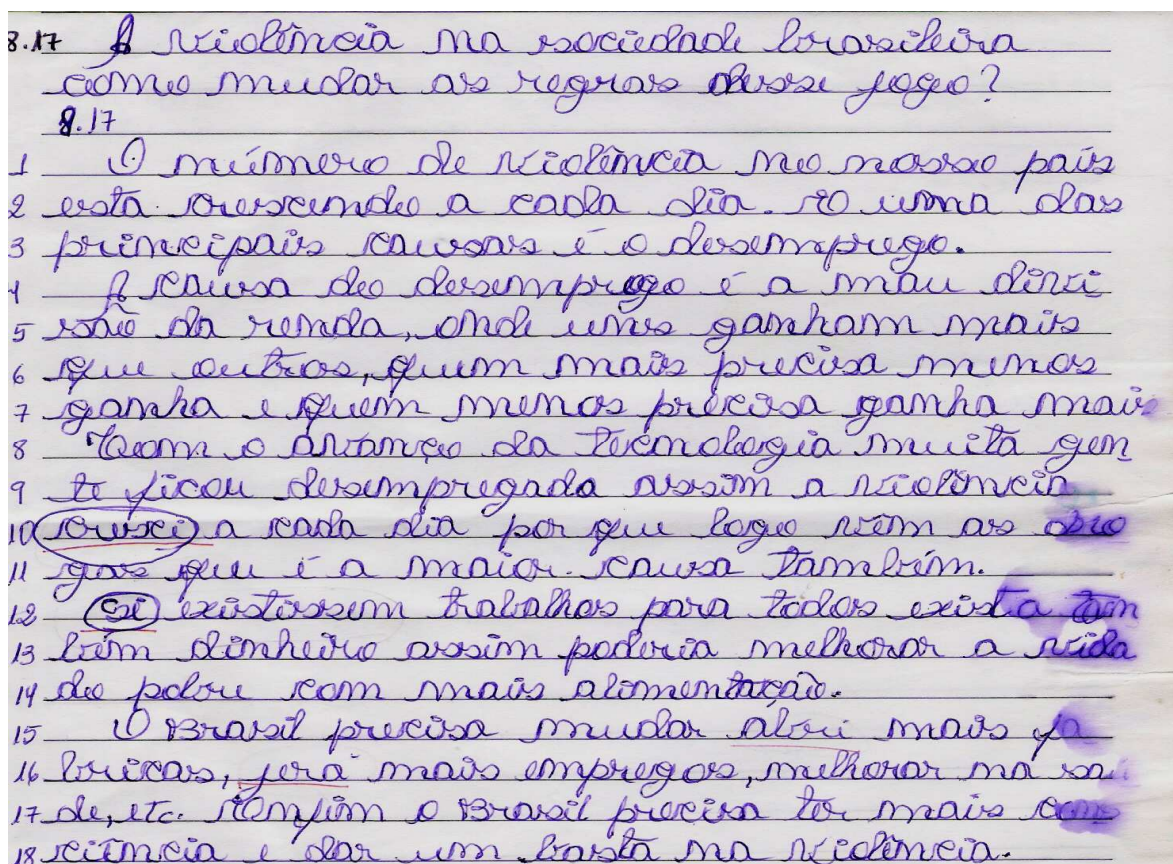
8.13

1 Violência brasileira continua cada vez mais forte
 2 em todos os lugares do mundo, principalmente em
 3 humildes. No dia 27/03/03 aconteceu um grave
 4 terror que abalou o mundo, mataram mãe e
 5 filha de João quando estava em casa com os
 6 ~~seus~~ filhas e ninguém sabe quem foi esse
 7 mestre.
 8 Assim vai almentando cada vez mais. No
 9 dia 11/06/03 mataram o homem que estava no
 10 jogo de dominó quando aconteceu esse grave ter-
 11 nor, o mortador estava de mente vertida tanto
 12 de preto em quanto mortou o homem que não sei
 13 mentia em compusão.
 14 Violência está almentando 100%. No dia
 15 11/09/03 terri liratois com patricios e domidas
 16 muitos perigosos que puragiram do Brasilis Regis-
 17 mal de Peira de Santana. mais já foram recop
 18 curados.

(Figura 2 – texto 8.13)

Em 8.13, identifica-se, nos vocábulos “grav[i]” (L 3) e “tev[i]” (L 15), o mesmo fenômeno acima estudado: há uma perda de oposição entre as vogais /e/ e /i/, em que /e/ alça para /i/ na sílaba final. Como se trata de uma sílaba átona, a tendência da vogal /e/, na oralidade da língua, é a perda da força fônica ao ser pronunciada, propiciando a ocupação do ambiente pela vogal anterior alta /i/ em seu lugar.

O que difere esses vocábulos daqueles analisados no texto 4.3 é a consoante que precede o fone [i]. Em “grav[i]” e “tev[i]”, há a consoante fricativa lábio-dental sonora /v/ no ambiente precedente à vogal final, em uma estrutura silábica padrão do português CV (consoante + vogal). Os referidos exemplos, embora muito semelhantes com os da Figura 1, apresentam-se, contudo, com aspectos a eles inerentes.

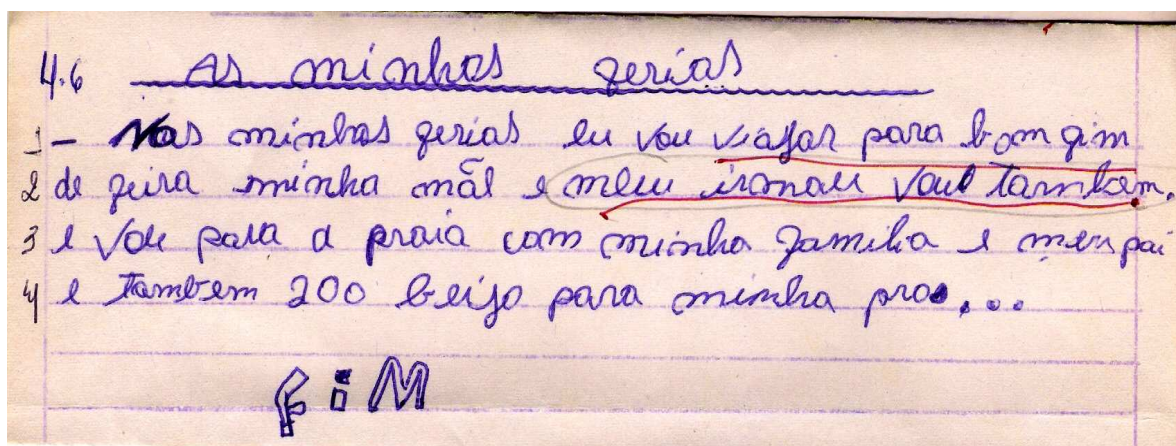


(Figura 3 – texto 8.17)

O vocábulo “cresc[i]” (8.17, L 10) traz o mesmo fenômeno analisado nos vocábulos anteriores: o traço que ocorre em vogal final da sílaba átona, débil, com estrutura silábica CV; a sílaba tônica é a precedente, ou seja, o ambiente fonológico da neutralização é o postônico. Assim, a classificação da consoante /s/, o segmento fricativo dento-alveolar surdo, em ambiente precedente à vogal alta, é a mesma vista nos vocábulos em 4.3. Contudo, a análise na figura se justifica, por se tratar de produção textual de um aluno da 8ª série do Ensino Fundamental. Nos dois casos, há a ocorrência de segmentos consonantais fricativos lábio-dentais, que são processados por alunos da 8ª série do Ensino Fundamental. Em tese, esse aluno não devia estar com essa construção textual, com

mesclagem de modalidades do sistema lingüístico. Observando-o do ponto de vista de sua estrutura morfológica, esse verbo tem como vogal temática o e, vogal correspondente à 2ª conjugação, na classificação verbal. No tempo verbal em que ele se encontra, presente do indicativo, em sua formação estrutural, tem-se na 3ª pessoa do singular desse tempo a forma verbal “cresce”. No entanto, o escrevente desconsiderou essa forma e levou em consideração a produção na emissão do vocábulo em sua fala, transportando-o para a escrita o mesmo som por ele produzido.

Semelhante à vogal média anterior /e/, a vogal média posterior /o/ sofre a perda de oposição, cedendo lugar à vogal alta /u/, em determinados ambientes fonológicos. Em outros termos, pode-se afirmar que o sistema fonológico do português permite a ocorrência de /o/ e de /u/ em sílaba átona final, fonemas esses que, em tal caso, sofrem os efeitos da neutralização. Assim, em final de sílaba átona, as suas diferenças articulatórias não se revelam pertinentes nessa posição da cadeia fônica e o falante pronuncia ora a vogal média /o/, ora a vogal alta /u/. A partir dessa flexibilidade sonora, foi possível identificar, em textos da 4ª série, a transposição da forma sonora, realizada pelo falante, em seu texto escrito, como se confere nos textos 4.6 (a seguir) e 4.19 (citado o vocábulo para efeito de ilustração).



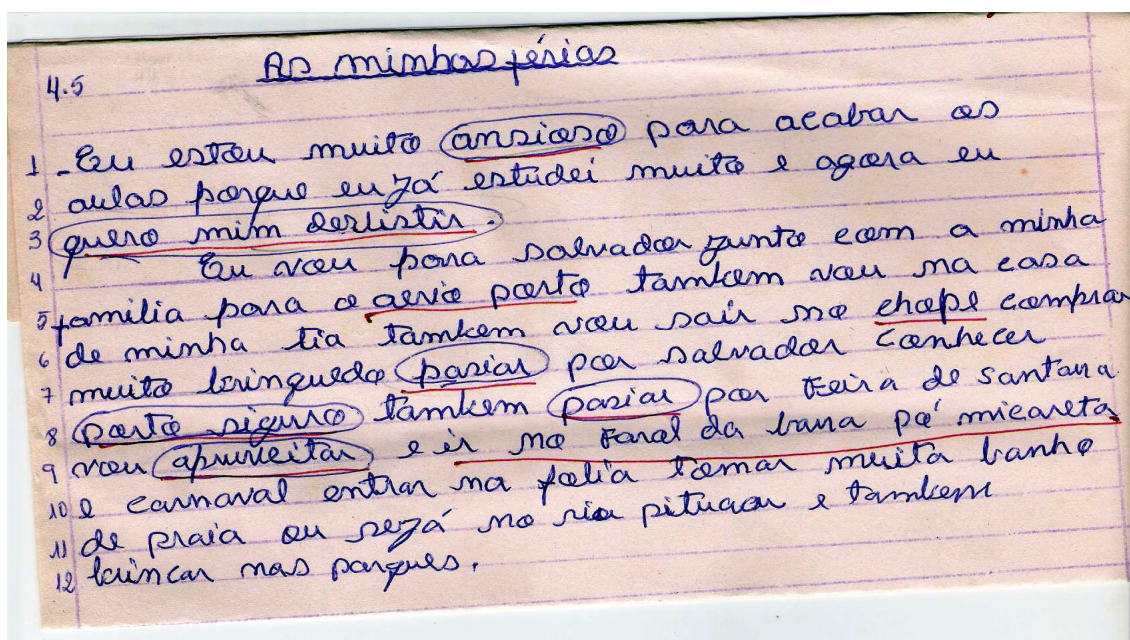
(Figura 4 - texto 4.6)

Do texto 4.6, destacam-se os vocábulos “irmã[u]” (4.6, L 2) e “gutinh[u]s” (4.19, L 8)⁴⁵. A debilidade do fonema /o/ em sílaba final proporcionou ao falante a possibilidade da realização do elemento sonoro [u], em substituição à vogal média posterior.

⁴⁵ Embora os ambientes em que os fenômenos se realizam sejam distintos (“irmã[u]” em um ditongo e “gutinh[u]s” após uma consoante palatal), a neutralização do fone em final de sílaba procedeu de igual modo.

Quanto à representação fônica e gráfica desencadeadora da neutralização, pode-se verificar que em “irmã[u]” parece ser possível a elevação da vogal posterior /o/ para /u/, tendo em vista o seu ambiente precedente, constituído pelo segmento nasal bilabial /m/; já no vocábulo “gutinh[u]s”, a perda de oposição na sílaba final, de forma similar ao exemplo anterior, tem igualmente um ambiente precedente por um segmento nasal, formado pela consoante palatal /j/ (BORTONI-RICARDO, 1991 apud CELIA, 2004).

O fenômeno de neutralização, visto até aqui, mostra uma perda de oposição de fonemas em ambiente final de vocábulo, em posição postônica. No entanto, no português do Brasil, esse fenômeno pode ocorrer em sílaba pretônica, conforme mostra Câmara Jr. (1988, p. 45) e se verifica no vocábulo “apr[u]veitar” (4.5, L 9).



(Figura 5 – texto 4.5)

Conforme se verifica, no vocábulo “apr[u]veitar, a perda de distinção entre as vogais /o/ ~ /u/ ocorre em uma posição não categórica, ou seja, em sílaba pretônica. A vogal posterior /o/ cede lugar ao fone [u], estando como desencadeador o fenômeno seguinte.

Analisando os dados de forma quantitativa, pode-se verificar que há um número reduzido de casos. Entretanto, merece uma observação, uma vez que são esses números e percentuais que caracterizam a influência da oralidade em um texto escrito, bem como mostram qual item lexical tem a maior ocorrência.

Tabela 1: Neutralização /e/ ~ /i/ e /o/ ~ /u/

Itens lexicais	Série		Total	%	
	4 ^a	8 ^a		4 ^a	8 ^a
Nomes	2	2	4	50	50
Verbos	3	2	5	60	40
Total	5	4	9	55,55	44,45

Estudando a Tabela 1⁴⁶, observa-se um total geral de nove (9) casos para as duas séries, no que diz respeito à representação gráfica do alçamento das vogais médias postônicas /e/ e /o/, que perdem as suas posições para as vogais altas /i/ e /u/. A frequência de dados na 8^a série corresponde a quatro (4) ocorrências, enquanto na 4^a série obteve um total de cinco (5) casos, com um percentual de 44,45% e 55,55 %, respectivamente.

De acordo com o que se observa nessa tabela, a neutralização da vogal média anterior /e/ e posterior /o/, com alteamento para a vogal /i/ e /u/, concorre na fala do usuário da língua, com transposição para a realização no texto escrito, em um total de cinco (5) vocábulos, encontrados em textos da 4^a série. Esse número se subdivide em três (3) casos nas formas nominais e dois (2) casos em formas nominais. Sendo assim, ao que parece, o fenômeno da neutralização se acentua mais nas estruturas verbais do que nas estruturas nominais, como também na série final do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, 4^a série, que está com uma produção textual, possivelmente, mais próxima daquilo que se usa na modalidade da fala do que na modalidade da escrita. Esses números na 8^a série estão equilibrados: dois (2) vocábulos nominais e dois (2) verbais.

Como se pode observar nesses dados, a vogal média anterior /e/ e a posterior /o/, de um modo geral, enquanto sistema oral da língua, apresentam-se na produção escrita do sujeito escrevente. Quanto à tonicidade da sílaba, a postônica final, por estar em um ambiente de debilidade silábica, evidenciou um dos desencadeadores da neutralização,

⁴⁶ Conforme foi dito na metodologia desse trabalho (p. 93, item 5), o objetivo do estudo numérico tem como propósito a pontuação dos dados de modo mais concreto, sem a intenção de um cálculo em termo quantitativo, mas sim buscar fazer uma análise interpretativa dos fenômenos de imbricação da fala em texto escrito, ocorrentes no *corpus*.

apesar da sua ocorrência em um único vocábulo no ambiente pretônico. De acordo com Câmara Jr. (2002, p. 24), no Brasil, a oposição entre /e/ e /i/, pretônicos, é funcionalmente pobre, pois a vogal alta é substituída pela vogal média correspondente, na pronúncia usual, para a maior parte dos vocábulos que têm a vogal alta na sílaba tônica. Quanto à estrutura da sílaba, o modelo padrão CV predominou em todos os casos. Em outras palavras, tem-se a interferência parcial entre oralidade e escrita, na medida em que o aluno transfere para a escrita alguns aspectos da oralidade, aí caracterizada pela co-referência direta entre fone e letra.

Como se pontuou, a substituição da vogal média posterior /o/ pela vogal alta /u/ é pouco produtiva, nos textos em estudo, bem como se verifica a ausência do debordamento nesses textos. Referente à primeira, identificou-se o fenômeno apenas em a forma verbal “vou aproveitar”, em específico em sílaba medial da forma infinitiva “aproveitar”.

Um outro tipo de neutralização é o fenômeno do debordamento⁴⁷. Compreende-se por debordamento o fenômeno de substituição de um fonema de uma forma lingüística por outro fonema que constitui com ele um par opositivo (CÂMARA JR., 1988, p. 45). Em vocábulos com hiato, a vogal média pretônica não se distingue da vogal alta, quando se tem em seguida a vogal baixa /a/. Sendo assim, o falante do português brasileiro cria uma flutuação na escolha de um ou outro fonema da oposição.

No *corpus* em estudo, encontrou-se o exemplo, clássico para esse fenômeno, ou seja, o verbo “passear”, grafado nos textos 4.5, acima, 4.3 e 4.8 com as formas “passiar, passiar, passia”, respectivamente. Então, na sentença, “... passiar de carro com minhar família” (4.3, L 7 - acima), a vogal média pretônica /e/ cede lugar a vogal alta /i/, estando essa última sendo favorecida pela vogal baixa /a/, elemento desencadeador do fenômeno lingüístico do debordamento. Assim, a vogal média pretônica /e/ e a vogal alta /i/ concorrem na boca do falante brasileiro, motivo pelo qual se ouve a pronúncia [pasi'ax], transportada com a mesma estrutura sonora para a escrita.

Quanto ao aspecto morfológico, o verbo “passear” foi o único caso, encontrado nesse *corpus*, que vai caracterizar a perda de oposição entre a vogal média /e/ e a vogal alta /i/. Conforme se verificou em estudos feitos por Câmara Jr. (1977), esse também é um fenômeno corrente na pronúncia do usuário da língua que, no caso do *corpus* em estudo,

⁴⁷ O fenômeno do debordamento é observado pelos pesquisadores ora como resultante de neutralização (CÂMARA JR. 1986, p. 89) ora com outra visão. No debordamento (CAVALIERE, 2005, p. 54) não há efetivamente uma perda de traço distintivo entre as vogais médias e altas, mas somente a possibilidade de essas ocuparem o espaço original.

transita com a mesma “flutuação” de uma modalidade comunicativa (a fala) para outra (a escrita). Ou seja, a vogal média pretônica /e/ não se difere da vogal alta correspondente /i/, tanto na produção textual na fala quanto na produção textual na escrita.

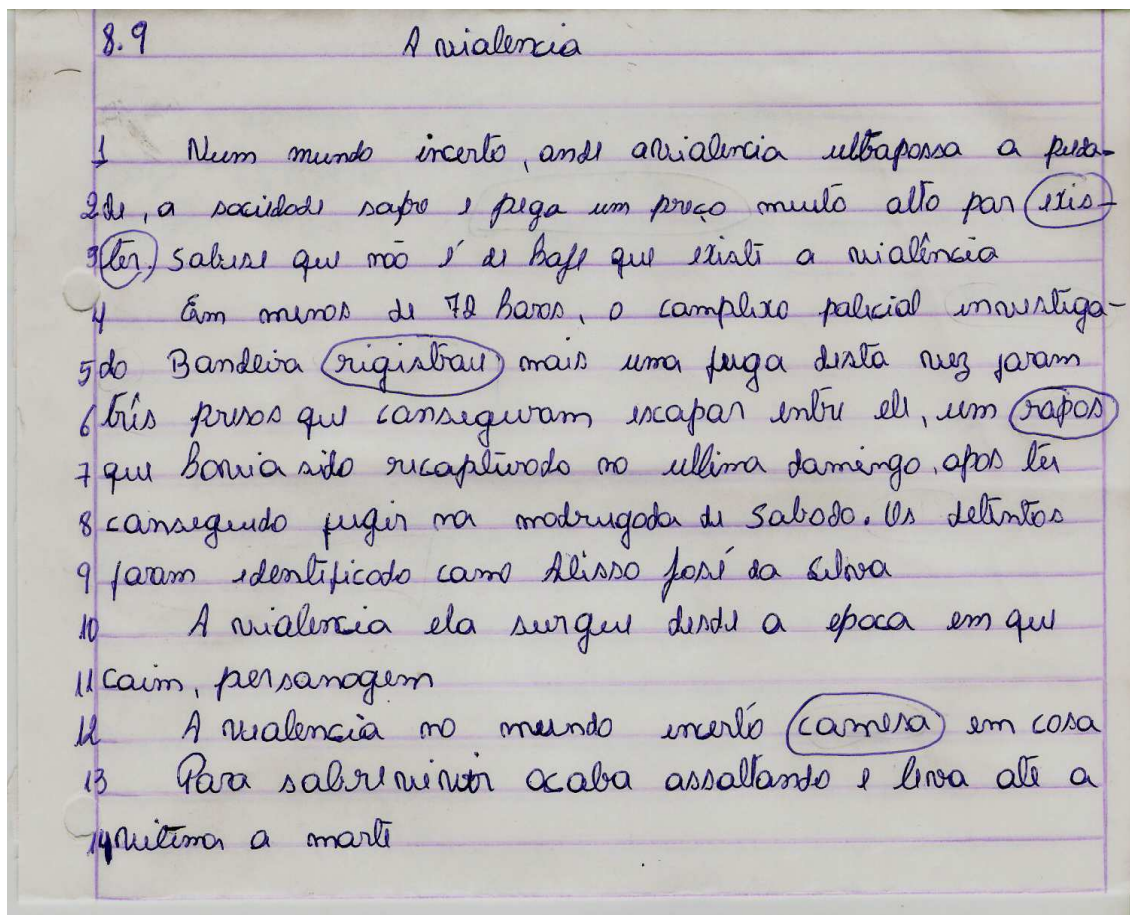
Quanto aos aspectos morfológicos desta análise, no que diz respeito à forma estrutural da língua e no que tange às classes gramaticais utilizadas pelos escreventes na imbricação da fala com a escrita, na Tabela 1, os alunos da 4ª e 8ª séries recorrem a vocábulos nominais e verbais, com a intenção de colocar a língua em uso. Embora seja uma quantidade pequena, mas significativa na medida em que comprova que na estrutura formal da escrita, há vestígios da língua realizada na fala, no fenômeno da neutralização de /e/ e /o/ alçado para /i/ e /u/ em posição final de sílaba. No tocante às formas verbais, a 4ª série traz um total de três (3) formas verbais e a 8ª série apresenta um valor menor, dois (2) casos, na realização da perda de oposição dessas vogais. Assim, encontra-se no *corpus* do texto dos alunos: dado numérico do imbricamento da fala na escrita com igual predominância nas formas verbais e nas formas nominais.

3.1.2 A harmonia vocálica entre as vogais /e/ ~ /i/ e /o/ ~ /u/

A harmonia vocálica é um fenômeno lingüístico, próprio da fala, que se caracteriza por ocorrer com as vogais médias pretônicas. Essas vogais cedem o seu lugar à vogal alta da mesma zona de articulação, tendo por influência uma vogal tônica alta. Nos textos 4.5, 8.9 e 8.18, destacam-se os vocábulos os vocábulos “Porto s[i]guro”, “r[i]gistro”, “d[i]struição”, respectivamente.

Em “Porto s[i]guro” (4.5, L 8 - acima) e “d[i]struição” (8.18, L 22), a vogal média pretônica /e/ cede lugar à vogal alta /i/. O alteamento da vogal /i/ ocorre (CÂMARA JR., 1988, p. 134) independentemente da correspondência entre elas na posição articulatória anterior ou posterior arredondada. Assim, a influência da vogal tônica prevalece em um processo de assimilação dessas vogais envolvidas. A perda de oposição entre essas vogais caracteriza, também, uma espécie de neutralização. Contudo, o ponto desencadeador do fenômeno da harmonia vocálica é a vogal tônica, propiciando o alteamento da vogal pretônica, que passa a assimilar propriedades fonéticas da vogal da sílaba tônica. Quanto ao ambiente fonológico, no vocábulo “Porto s[i]guro”, a vogal /i/ tem como consoante

precedente a fricativa dento-alveolar surda /s/ e, na posição subsequente, a consoante oclusiva velar sonora /g/; em “d[i]struição”, a precedência fica por conta da consoante oclusiva dento-alveolar sonora /d/ e da subsequente consoante fricativa dento-alveolar surda /s/.



(Figura 6 - texto 8.9)

No vocábulo “r[i]gistrou”⁴⁸ (8.9, L 5), a vogal da sílaba pretônica “ri-” sofreu um processo de assimilação da vogal tônica /o/, presente em sílaba seguinte. A vogal média pretônica /e/ cede o espaço para a vogal alta da mesma zona articulatória /i/. A vogal / /, vogal tônica da palavra, pertence à zona articulatória oposta à vogal /e/, pois se trata de vogal média posterior e não anterior. Em verdade, o que se pode observar é que o fator desencadeador da harmonia foi a vogal tônica alta, imediata ou não, independentemente da sua zona de articulação. O contexto referente aos segmentos consonantais antecedente e subsequente favorece também a ocorrência do alteamento de /e/ para a vogal /i/. Um outro

⁴⁸ Conforme a Fonologia Métrica, a vogal e a semivogal da sílaba “-trou”, do vocábulo registrou, se constituem núcleos de rima, estando a primeira como elemento principal da sílaba.

fator que ainda pode ser considerado favorecedor é a constituição da estrutura silábica, na visão da Fonologia não-linear. Essa nova concepção vê os segmentos da vogal e semivogal enquanto núcleos da estrutura silábica (CAGLIARI, 2002, p. 118). A partir dessa visão, a construção da sílaba “-trou” do vocábulo “r[i]gistrou” assimila da semivogal a mesma condição da vogal /o/, favorecendo a harmonização da vogal média /e/, que assimila os traços desse grupo vocálico.

Quanto ao ambiente fonológico, nos segmentos consonantais vizinhos à vogal alçada em “r[i]gistrou”, a posição precedente é ocupada pela consoante fricativa velar surda /x/ e a posição subsequente é realizada pela consoante fricativa palato-alveolar sonora /Z/. Essa consoante tende, em posição subsequente, a favorecer o alteamento de /e/ (BISOL 1981; 1988 apud CELIA, 2004), como se verifica nos vocábulos “r[i]gistrou” e “Porto s[i]guro”. Os tipos de sílaba mais recorrentes, nos casos analisados, foram as estruturas CV (consoante + vogal) e CVC (consoante + vogal + consoante).

Conforme se teorizou, a vogal alta tônica /i/, desencadeadora do fenômeno, propiciou, na estrutura da fala, a elevação de /o/ para /u/; semelhante fato o escrevente fez no texto escrito. Assim, a harmonização vocálica concretizada na boca do falante também se concretiza no texto escrito.

Embora se apresente no *corpus* um número de dados ainda mais reduzido do que a neutralização, vale a pena demonstrar em qual série e itens lexicais eles vão ocorrer no fenômeno da harmonia vocálica em vogal média anterior.

Tabela 2: Harmonia vocálica /e/ ~ /i/ e ~ /o/ ~ /u/ ⁴⁹

Itens lexicais	Série		Total	%	
	4 ^a	8 ^a		4 ^a	8 ^a
Nomes	2	1	3	66,66	33,33
Verbos	1	1	2	50	50

⁴⁹ Por não encontrar ocorrências do alteamento da vogal /o/ para /u/, esses dados correspondem somente ao alçamento da vogal /e/ para /i/.

Total	3	2	5	60	40
-------	---	---	---	----	----

Ao se interpretar a Tabela 2, pode-se verificar que a 4ª série se utiliza da harmonia vocálica um pouco mais do que a 8ª série em seus textos escritos. Enquanto a primeira tem um total de três (3) vocábulos com um percentual de 60%, a segunda apresenta um número um pouco abaixo, dois (2) vocábulos, e uma percentagem de 40%.

Nessa Tabela, o fenômeno da harmonia vocálica da vogal média /e/ com alteamento para vogal alta /i/ concentra a maior realização vocabular na classe dos nomes, com três (3) casos. Enquanto na 4ª série identificaram-se dois (2) casos nas formas nominais (substantivo, advérbio), a 8ª série apresenta um (1) único caso de perda de oposição na realização dessas vogais. No que se refere aos verbos, tanto a 4ª série quanto a 8ª série apresentam apenas um (1) caso para cada série, na interferência existente entre texto escrito e texto falado. Desse modo, no fenômeno da harmonia vocálica de /e/ ~ /i/, a imbricação do texto falado, em atividade de produção da modalidade escrita, traz um total de cinco (5) vocábulos. O uso das formas nominais foi o recurso mais buscado pelo escrevente para mesclar as modalidades comunicativas de fala e escrita.

Conforme ficou pontuado acima, o que parece ser ponto ápice da harmonia vocálica é, como pontua a regra, o traço de altura da vogal pretônica, que se torna alta em função do traço de altura da vogal tônica. Conforme Cavaliere (2005, p. 77), esse fenômeno ocorre, principalmente na Região Nordeste do país, de forma invertida: a pretônica alta invade o espaço da pretônica média, como, por exemplo, a palavra *semente*, que se pronuncia [si'mẽtI], em contraste com a forma [se'mẽtI]⁵⁰, que predomina em outras regiões.

Na Tabela 3, visualizam-se, a partir de um quadro geral dos fenômenos, as ocorrências de interferência da fala na escrita de alunos de 4ª e 8ª séries:

Tabela 3: Neutralização/ debordamento/ harmonia vocálica

Fenômenos	Série		Total	%	
	4ª	8ª		4ª	8ª
Neutralização	5	4	9	55,55	44,45

⁵⁰ O símbolo fonético [I] corresponde ao alofone do fonema /i/, típico de sílabas átonas.

Debordamento	1	-	1	100	-
Harmonia vocálica	3	2	5	60	60
Total	9	6	15	60	40

Desse modo, resumindo as subseções 3.1 e 3.2, observou-se que as vogais médias anterior /e/ e posterior /o/ sofrem os fenômenos lingüísticos da neutralização, harmonia vocálica e do debordamento. No primeiro, há o desaparecimento da perda de oposição entre essas vogais e as vogais altas /i/ e /u/, ocasionada pela ausência de tonicidade, principalmente, na posição postônica; no segundo fenômeno, a vogal média cede lugar à vogal da mesma zona articulatória, pela influência de uma vogal tônica alta, donde, implicitamente, também ocorre uma perda de oposição entre as vogais envolvidas; e, no terceiro fenômeno, ocorre uma invasão das vogais altas /i/ e /u/, em posição pretônica, a ocuparem o lugar das médias /e/ e /o/ pela influência da vogal baixa /a/, em posição tônica, estando, portanto, as vogais médias envolvidas em um processo de perda de oposição. Esses fenômenos estão patentes na boca do falante, que, de certa forma, os usam como uma realização ativa da língua em funcionamento. Entretanto, pode-se verificar que, quanto ao aspecto funcional, os três fenômenos apresentam similaridade: há uma perda de posição de uma vogal em proveito de outra. Ou seja, tanto na neutralização, na harmonia vocálica quanto no debordamento existe uma perda de oposição das vogais médias /e/ e /o/. É importante salientar que, do ponto de vista de funcionamento da língua, essas posições em que esse fenômeno ocorre, ou seja, em sílaba pretônica e postônica, não trazem rechaçamento entre os falantes e ouvintes no português brasileiro, porque essa mudança de som ocorre corriqueiramente na pronúncia, sem nenhum “estranhamento” por parte dos ouvintes. Este não preconceito faz com que o indivíduo escrevente transporte-os livremente para a escrita, já que não foram tachados de “erros”. É a língua em sua funcionalidade plena.

3.2 ASPECTOS PRAGMÁTICOS

Nesta seção, buscam-se tecer comentários acerca dos fatos pragmáticos, enquanto recurso teórico que possa auxiliar a Linguística Textual, com o propósito de refletir acerca do imbricamento da fala e da escrita, presente no *corpus* deste trabalho. Buscando compreender a língua em funcionamento, a Pragmática⁵¹ vai estudar a relação entre a estrutura da linguagem e seu uso (FIORIN, 2003, p. 166), as condições que governam a utilização da linguagem, ou seja, a prática linguística, visto que os elementos constitutivos da língua, como palavras, frases, textos só terão uma interpretação efetiva quando se realizam em uma situação concreta de fala.

O estudo da língua, defendido pela Pragmática, leva em consideração a linguagem, incluindo a língua, a fala em uma produção social (PINTO, 2003, p. 48). Essa visão conduz os estudiosos a analisarem os fenômenos linguísticos, também, mediante os seus elementos criativos, inovadores, que se alteram e interagem durante o processo de uso da linguagem. Assim, essa passa a ser vista a partir da possibilidade de se juntarem grupos de indícios sobre seu funcionamento, tendo como limite possível um recorte convencional, em uma análise linguística, que explica a linguagem em uso, sem descartar nenhum elemento não-convencional, ou seja, tanto os aspectos da estrutura da própria língua quanto os aspectos relacionados aos usuários, são importantes, como se pode conferir no exemplo a seguir “(...) conhecer Porto s[i]guero também pas[i]ar por Feira de Santana vou apr[u]veitar e ir (...)” (4.5, L 8-9).

A partir desse pressuposto, é possível verificar que a produção de texto de alunos da 4ª e 8ª séries representa a língua em funcionamento, no processo comunicativo de interação entre os participantes de um meio social, que se comunicam, em um dado contexto de produção linguística. O texto escrito se torna o meio pelo qual o aluno usa a língua e mostra a habilidade no domínio da produção textual, texto esse que identifica sua competência textual em uma situação sociocomunicativa. É nessa ação que o aluno busca interagir e agir no mundo, mostrar que, ao compreender o tema proposto para a confecção do texto, a função principal da língua estaria sendo colocada em prática: interação entre os participantes de uma comunidade linguística, mesmo sendo somente o professor o seu interlocutor.

Por ser no uso que a língua se concretiza, os escreventes dos textos de 4ª e 8ª séries, já possuidores de uma competência comunicativa bem desenvolvida, vão se valer dos

⁵¹ A Pragmática, neste trabalho, é entendida na relação entre fala / escrita, sem se voltar para outros pontos de suas abordagens.

conhecimentos da oralidade que já detêm para construir as suas produções textuais da escrita. Com um procedimento no processo de operação comunicativa, se evidencia que a relação entre fala e escrita não é óbvia, nem linear, porque “elas refletem um constante dinamismo fundado no *continuum*” (MARCUSCHI, 2001, p. 34). Quando na sentença “Eu queria que comesas[i] o ano para que nunca si separa de meus amigos” (4.3, L 3-4), o escrevente transfere no vocábulo “começas[i]” aspectos de sua competência comunicativa.

Retomando os dados do *corpus* anteriormente analisados, pode-se observar que as redações em estudo indicaram a possibilidade do imbricamento entre fala e escrita, revelando que o uso lingüístico, próprio da oralidade, é também mantido na escrita. Dessa forma, elas se interagem, se completam e se fundem, ratificando a teoria do contínuo tipológico marcuschiano dos gêneros, no contexto da fala e da escrita, que identifica, dentre outros, os gêneros tidos como mistos, tal como se verifica na sentença: “Nas minhas férias eu vou viajar para bomfim de feira minha mãe e meu irmã[u]” (4.6, L 1-2). Nesta ilustração, se observa que a preposição “com” entre as expressões “bonfim de feira” e “minha mãe” não está lexicalizada; bem como a neutralização do /o/ para /u/ em “irmã[u]” que, de igual forma, podem caracterizar aspectos da fala.

Como bem explica Marcuschi (2001, p. 9), essas duas modalidades comunicativas não se opõem, porque as relações entre oralidade e letramento ou entre fala e escrita são mais próximas e estreitas do que parecem, chegando a haver uma “mesclagem, quase uma fusão de ambos, numa sobreposição bastante grande tanto nas estratégias pessoais como nos contextos de realização”.

Em uma concepção interacional da língua, o texto recebe a caracterização de um evento lingüístico, social e cognitivo, que tem por natureza a comunicação, seja falada, seja escrita, com qualquer extensão, organizado conforme os princípios morfológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos e cognitivos das línguas envolvidas (MARCUSCHI, 2003, parte III).

Ao se observarem as construções textuais dos escreventes, a partir dessa concepção de texto, é possível inferir que quer os alunos de 4ª série, quer os alunos de 8ª série têm noção daquilo que se denominou por texto. Enquanto falantes/ ouvintes/ escreventes, participantes ativos do processo de interação e conhecedores do que seja um texto e não um aglomerado de palavras ou sentenças, eles colocaram em funcionamento a língua para cumprir com a proposta do professor: a de se elaborar um texto narrativo (4ª série) e uma

dissertação (8ª série). E, ao produzir aquele evento comunicativo, a competência textual do escrevente deu conta de escrever acerca dos temas propostos.

Ao mencionar a competência textual, pode-se verificar, nas amostras de texto inseridas nesta análise, que o escrevente foi capaz de se comunicar, mediante alguns aspectos: em princípio, ele interpretou coerentemente os temas sugeridos para a produção textual (rememorando as temáticas: 4ª série, “As férias” e, 8ª série, “A violência no Brasil: como mudar as regras desse jogo?”) à medida que discorreu sobre o tema indicado; em seguida, ele reconheceu-se com capacidade e habilidade para confeccionar o texto, e identificá-lo como tal; ainda mais, utilizou-se da língua escrita já apreendida em seu convívio escolar, segundo as normas, como paragrafação, grafia do português escrito e outras nuances próprias dessa modalidade; e, por fim, empregou outros aspectos da linguagem que já fazem parte do seu domínio. Assim, considerando-se essas observações, é possível inferir que o escrevente consegue colocar a língua em funcionamento quando, no uso de seus processos cognitivos, demonstra estar com a sua competência textual ativada. Embora, em alguns textos, faltem elementos lingüísticos da escrita, que marcariam uma significação mais precisa dos fatos abordados, houve coerência entre aquilo que se indicou como tema e o produto resultante dessa proposta, visto que a relação desse texto com o contexto (professor/ aluno/ tema) ocorreu. Ou seja, a coerência do texto foi estabelecida à medida que os participantes do processo se interagiram.

Conforme se pôde perceber, o escrevente transita com seu texto em gêneros textuais da fala e da escrita em um processo contínuo. Diz-se da fala, porque o usuário recorria aos elementos intrínsecos a ela, como os fones, que se mesclam com os grafemas; como os elementos de sua variedade lingüística, próprios de seu dialeto; e outros tantos fatores que não foram foco deste estudo, mas que estão presentes em suas produções textuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do *corpus* formado por redações escolares de 4ª e 8ª séries, do Ensino Fundamental de escolas do distrito de Humildes – Feira de Santana – Bahia, visando

refletir sobre os textos produzidos pelos alunos das referidas séries, procurou-se fazer um estudo dedicado à investigação de determinados elementos lingüísticos da fala, presentes na produção textual do discente.

A realização desta pesquisa proporcionou observar o funcionamento das duas modalidades comunicativas, enquanto práticas sociais, em seu efetivo uso de comunicação. A produção textual escrita, sob foco de análise, permitiu pontuar e definir, sistematicamente, a concepção de mesclagem modal, ou seja, a quase fusão das modalidades fala e escrita, já exposta nas diferentes seções deste trabalho e que é retomada aqui, de forma resumida e objetiva, a fim de fazer um mapeamento geral de resultados e, sobretudo, de se poder refletir acerca de futuras pesquisas.

Registra-se, em princípio, a singularidade da proposta ao sugerir uma reflexão acerca da imbricação entre a fala e a escrita dentro de dois eixos: o eixo formal e o eixo funcional, visto que a análise dos dados revelou, de fato, que uma das possibilidades de integração das duas modalidades efetiva-se através da junção do fone e do grafema em um mesmo ambiente vocabular. Isso é bastante significativo, uma vez que se comprova a proposta de Marcuschi (2001; 2005) e de outros pesquisadores e, sobretudo, porque pode indicar características da língua falada, contribuindo, de modo, com as pesquisas que focalizam a relação fala/ escrita e com futuras atividades pedagógicas.

No que tange às questões relacionadas com a proposta clássica sobre a relação fala e escrita, podem ser feitas as seguintes considerações:

1) Verifica-se a fórmula cristalizada, segundo a qual a fala e a escrita se constituem dois pólos opostos, como se pertencessem a sistemas lingüísticos distintos, tendo a segunda as características voltadas apenas para uma tipologia textual, observado a partir das obras clássicas da escrita. Essa posição clássica, costumeiramente, denominada de dicotomia é questionada pelos pesquisadores da corrente funcionalista, principalmente, os inseridos nas pesquisas voltadas para Lingüística Textual, a Sociolingüística, dentre outras, pois, para eles, tal pressuposto só atende a uma visão bastante restrita da língua enquanto código;

2) Destaca-se aqui a noção de fala e escrita, que, em geral, está ligada a dois conceitos essenciais: i) na primeira, uma noção de língua vista como caótica, por ser não-planejada, redundante, implícita, imprecisa, não-normatizada, assistemática; ii) na segunda, uma noção de língua perfeita, visto que é bem planejada, precisa, condensada, descontextualizada, normatizada, explícita.

Esta pesquisa, contudo, tendo como um dos alicerces teóricos a noção de língua enquanto atividade social, eminentemente heterogênea e opaca, apoiou-se sobremaneira na noção de língua falada e língua escrita, enquanto modelos considerados e/ ou constituídos por um feixe de gêneros textuais, tal como postula Marcuschi (2005). Ele as concebe não como produtos estáticos, mas como processos construídos a partir do uso lingüístico, em um contínuo tipológico, em diversas práticas sociais.

Outro alicerce desta pesquisa são os estudos voltados para a análise de fenômenos fonético/ fonológicos, que possibilitaram o imbricamento textual, subsidiado nos estudos acerca dos processos fonológicos correntes na pronúncia do falante, como a neutralização, o debordamento e a harmonia vocálica, focados nas vogais /e/ ~ /i/ e /o/ ~ /u/ e observados quanto aos percentuais de itens lexicais envolvidos nessa imbricação; outro alicerce diz respeito às reflexões acerca do imbricamento na produção textual escrita.

Quanto aos resultados dos dados, foi possível verificar a efetiva imbricação entre fala e escrita nas redações analisadas. A Tabela 3, por exemplo, sumariza a ocorrência dos fenômenos analisados em relação ao universo pesquisado, a saber: 60% de dados da oralidade para a 4ª série e 40 % para a 8ª. O que se pode observar é que a maior produtividade da interferência da fala, em um texto escrito, incidiu sobre o modo na série que fecha o 1º ciclo do Ensino Fundamental, considerada uma das séries em que os alunos utilizam conhecimentos da oralidade para construir as produções escritas. Entretanto, pode-se ainda constatar que o percentual de ocorrência na 8ª série traz, contudo, um número bastante próximo à outra série, uma vez que é uma série que está aproximadamente há oito (8) anos lidando com a língua escrita na comunidade escolar.

A análise dos dados ainda permitiu responder, dentre outras, às seguintes indagações: (1) o aluno transpõe, para a língua escrita, traços de natureza fonológica oriundos de sua variação lingüística e característica de suas práticas sociais? (2) a transferência da fala para a escrita se processa, sobretudo, em textos dos alunos que estão nas séries do Ensino Fundamental? (3) não há uma relação biunívoca entre a língua falada e a língua escrita no plano fonológico? (4) a imbricação em estudo não deve ser vista como um erro de produção textual, mas como uma possibilidade de realização de um dos gêneros textuais?

A resposta à questão (1) pode ser visualizada na análise da Tabela 3, em que se verifica que, por meio de processos fonológicos ocorrentes da fala, os alunos de 4ª e 8ª séries transpõem para a escrita os fones realizados na fala, com uma ocorrência maior no

processo da neutralização, com 55,55% (4ª) e 44,45% (8ª), ao passo que os dois outros fenômenos, harmonia vocálica e o debordamento, apresentam 40% para as duas séries.

Quanto à questão (2), constata-se, também na mesma tabela, que, em termo de transferência de fala, foi a 4ª série, que trouxe um maior índice de ocorrências e em relação à 8ª série. Salienta-se, entretanto, que esse dado foi encontrado no Ensino Fundamental e, para se chegar a uma conclusão mais precisa, seria necessário confrontá-lo com textos de alunos do Ensino Médio, tema para outra pesquisa. Além disso, independentemente do nível intelectual, a linguagem na internet, sobretudo, nos bate-papos, mostra, com acentuado índice, o hibridismo textual.

Na questão (3), alicerçada nos ensinamentos de Marcuschi (2001, p. 45-46), chegou-se à conclusão que a relação fala/ escrita, de fato, deve ser observada no contínuo dos gêneros textuais, que envolvem essas duas modalidades. Nas palavras do referido lingüista, as relações de semelhanças e diferenças não são estanques, nem dicotômicas, mas pelo menos contínuas ou graduais, conforme se identificou nos textos em análise.

No que se refere à questão (4), ela conduz o pesquisador a uma reflexão sobre o ensino de língua, em especial, o português brasileiro, priorizando atividades de lingüística que se pautem nos gêneros textuais. Por outras palavras, o professor deve estar mais preocupado com as formas de letramento social e com o ensino da escrita no contexto dos usos reais da língua, sem ignorá-los.

No geral, como se pôde observar, através do resultado dos dados, as hipóteses (1) e (4) do projeto desta pesquisa foram confirmadas, na medida em que os percentuais aferidos, nas tabelas correspondentes, ratificam essas ocorrências, a saber:

a) O processo de imbricação da fala, inserida em texto escrito, se efetiva não apenas por meio das relações grafemas e fones, mas também à medida que o aluno usa o recurso do seu meio lingüístico, como se verificou na seção denominada Reflexões sobre oralidade e variação lingüística;

b) O texto produzido pelo escrevente pode apresentar características específicas, formal e funcional, diferentes daquelas apresentadas pela gramática normativa que lhe são impostas.

Em suma, a pesquisa tem grande probabilidade de ser aplicada pedagogicamente, à medida que possa servir de reflexões para desempenho de docentes, no tocante ao ensino de língua, enxergando os chamados “erros” como uma simples diferença entre variedades

lingüísticas. Assim, constata-se que o aluno tende a transportar a sua competência lingüística para o texto.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?** São Paulo: Parábola, 2001.

BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2003.

BEAUGRANDE, Robert de. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey, Ablex Publishing Corporation. Trad. de Maria Inez Matoso Silveira – UFAL, 1997.

BENTES, Anna Cristina. Linguística textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à lingüística: domínios e -fronteiras**, v.1. São Paulo: Cortez, 2005, p.245-285.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: _____. **Problemas de lingüística geral II**. Trad. de Eduardo Guimarães. Campinas. São Paulo: Pontes, 1989, p.81-90.

BISOL, Leda. Neutralização das átonas. **DELTA.**, São Paulo, v. 19, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>. Acesso em: nov. 2006.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Trad. de Desidério Murcho et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. A escrita, irredutível a um código. In: FERREIRO, Emilia (Org.). **Relações de (in)dependência entre oralidade e escrita**. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BOWMAN, Alan K.; WOOLF, Gred. **Cultura escrita e poder no mundo antigo**. Trad. de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1998.

BORGES NETO, José. **Ensaio de filosofia da lingüística**. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?: sociolingüística e educação**. São Paulo: Parábola, 2005.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Em terra de surdos-mudos (um estudo sobre as condições de produção de textos escolares). In: GERALDI, João Wabderley (Org.). **O texto na sala de aula**. João Wanderley Geraldi (Org.). São Paulo: Ática, 2002.

- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 1989.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. A respeito de alguns fatos do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita pelas crianças na alfabetização. In: ROJO, Roxane (Org.). **Alfabetização e letramento: perspectiva lingüística**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1999.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Análise fonológica: introdução à teoria, com especial destaque para o modelo fonêmico**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2002.
- CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. **Iniciação à fonética e à fonologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CAMACHO, Roberto Gomes. O papel do contexto social na teoria lingüística. **Revista Alfa**, São Paulo, v. 38, p. 19-36, 1994.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. **História da lingüística**. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1979.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. **Dicionário de lingüística e gramática: referente à língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. **Problemas de lingüística descritiva**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARVALHO, Castelar de. **Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica**. Rio de Janeiro: Rio, 1984.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1998.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Apresentação. In: KOCH, Ingedore G. Villaça; JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- CAVALIERE, Ricardo Stavola. **Pontos essenciais em fonética e fonologia**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CELIA, Gianni Fontis. **As vogais médias pretônicas na fala culta de ova Venécia – ES**, [s.n]. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2004.

CRYSTAL, David. **Dicionário de lingüística e fonética**. Trad. de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DESBORDES, Françoise. **Concepções sobre a escrita na Roma antiga**. Trad. de Fulvia M.L. Morelto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 1995.

DESBORDES, Françoise. A pretensa confusão entre o escrito e o oral nas teorias da antiguidade. In: CATACH, Nina (Org.). **Para uma teoria da língua escrita**. Trad. de Fulvia M.L. Morelto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 1996.

DILLINGER, Mike. Forma e função na lingüística. **D.E.L.T.A.**, v. 7 n. 1, 1991, p.395-407.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de lingüística**. Trad. de Isaac Nicolau Salum *et al.* São Paulo: Cultrix, 1978.

FARACO, Carlos Alberto. **Escrita e alfabetização**. São Paulo: Contexto, 2000.

FÁVERO, Leonor Lopes *et al.* **Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna**. São Paulo: Cortez, 2002.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. V. **Lingüística textual: uma introdução**. São Paulo: Cortez, 2002.

FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. In: _____ (Org.). **Introdução à lingüística I: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2003.

GALLISSON, R.; COSTE, D. **Dicionário de didática das línguas**. Coimbra – Portugal: Almedina, 1983.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, Branca Telles, GARCEZ, Pedro M. (Orgs.). **Sociolingüística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2002.

GUMPERZ, John J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (Orgs.). **Sociolingüística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2002.

HALLIDAY, M. A. K. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, Marcelo (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguagem**. v. I: Concepções gerais da teoria lingüística. Campinas: Editora do autor, 1978, p. 125-161.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HEINE, Lícia Maria Bahia. **Aspectos do uso da anáfora no português oral**. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2000a.

HEINE, Lícia Maria Bahia. **Aspectos da língua falada**. Mimeog., 2000b.

HEINE, Lícia Maria Bahia. **Aspectos da perspectiva funcionalista da análise lingüística**. Mimeog., 2000c.

HEINE, Lícia Maria Bahia. Aspectos da língua falada. **Estudos Lingüísticos e Literários**, n. 29-30, Salvador, Universidade Federal da Bahia, jan. 2002-dez. 2003.

HEINE, Lícia Maria Bahia. Notas de aula, 2004.

HEINE, Lícia Maria Bahia. **Considerações sobre a relação fala-escrita**. GELNE/ 2004. (Comunicação).

HEINE, Lícia Maria Bahia. **Considerações sobre o sistema vocálico do português do Brasil**. UFBA Mimeog./ 2005.

HEINE, Lícia Maria Bahia. **Considerações sobre o sistema consonantal do português**. UFBA/ 2006a.

HEINE, Lícia Maria Bahia *et al.* **Considerações sobre a Lingüística Hindu**. Digit., 2006b.

HEINE, Lícia Maria Bahia. **Processos fonológicos**. UFBA/ 2006c.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2003.

HORA, Dermeval; BESERRA, Ana Clarissa Santos. Divergência na relação fala/escrita: erro ou variação? **Revista Letras** – Oralidade e Letramento. Faculdade de Letras – UFRJ, jan.-jun./2005.

HYMES, Dell. A cerca de la competencia comunicativa. In: **Competência comunicativa: documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras**. Madrid: EDESELSA, 1995. p. 27-46.

JAKOBSON, Roman. **Fonética e fonologia**. v. 2. Trad. de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Trad. de Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1995.

KATO, Mary A. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 2002.

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 2000.

KOCH, Ingedore G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, Ingedore G. Villaça; JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

KRISTEVA, Julia. **História da linguagem**. Trad. de Maria Margarida Barahona, São Paulo: Martins Fontes, 1969.

LUCESI, Dante. Variação, mudança e norma: a questão brasileira. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). **Diversidade linguística e ensino**. Salvador: Edufba, 1996, p. 69-80.

LYONS, John. **As idéias de Chomsky**. São Paulo: Cultrix, 1970.

LYONS, John. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto: o que é e como se faz**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1991.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Fala e escrita**: dois modos enunciativos de práticas sociais na produção textual. Mimeo., 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Definição de língua falada e como tratar a oralidade em sala de aula**. Mimeo., 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **A LT e as demais disciplinas lingüísticas**: parte III, Mimeo., 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Modelos de descrição textual**: parte IV. Mimeo., 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Modelos de teorias textuais**: parte V. Mimeo., 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos dos Santos. **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção do sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONÍSIO, Ângela Paiva (Orgs.). **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Oralidade e ensino: questões e perspectivas**. VII SENALE – Seminário Nacional sobre Linguagem e Ensino, UCPEL – Universidade Católica de Pelotas, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Hesitação. In: KOCH, Ingedore G. Villaça; JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem século XX. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Lingüística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 17-28.

MARTINET, André. **Função e dinâmica das línguas**. Trad. de Jorge de Moraes Barbosa e Maria Joana Vieira Santos. Coimbra/Portugal: Almedina, 1995.

MARTINS, Carla. A indeterminação do significado nos estudos sócio-pragmáticos: divergências teórico-metodológicas. **D.E.L.T.A.** v. 18, n. 01. São Paulo, 2002.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis; CAGLIARI, Luiz Carlos. Fonética. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras, v.1. São Paulo: Cortez, 2005, p.105-146.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p.17-52.

MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia portuguesa**. Campinas: Pontes, 2002.

MORI, Angel Corbera. Fonologia. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras, v.1. São Paulo: Cortez, 2005, p.147-179.

MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera (Orgs.). **A linguagem falada culta na cidade de Salvador**: diálogos entre dois informantes. v. I. Salvador: Instituto de Letras da UFBA, 1994.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NOVELINO, H.L. **Prolegômenos à fonética I / I**. Mimeo. [1988?].

OLIVEIRA, Elvira. Alfabetização: como trabalhar o erro. **Revista Nova Escola**, setembro/1992.

OLSON, David R. Cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna. In: **Cultura escrita e oralidade**. Cap. 9 São Paulo: Ática, 1995.

OLSON, David R. **O mundo no papel** – as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PEZATTI, Erotilde Goreti. Uma abordagem funcionalista da ordem de palavras no português falado. **Revista Alfa**, São Paulo, v. 38, p. 37-39, 1994.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos, v. 3. São Paulo: Cortez, 2004, p.165-218.

PRETI, Dino. **Sociolingüística**: os níveis da fala: um estudo sociolingüístico do diálogo na literatura brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

PRETI, Dino. Alguns problemas interacionais da conversação. In: PRETI, Dino (Org.). **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2003. p. 45-66.

PRIDEAUX, G. D. Processing Strategies: a psycholinguistic neo-functionalism? In: DIRVEN, R.; FRIED, V. FRIED (Eds.). **Functionalism in linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1987, p. 297-308.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. v. 2. São Paulo: Cortez, 2003, p. 47-68.

POGGIO, Rosauta Maria G. F. **Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim**. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 3 v. 1999.

REY-DEBOVE, Josette. À procura da distinção oral/escrito. In: CATACH, Nina (Org.). **Para uma teoria da língua escrita**. Trad. de Fulvia M.L.Morelto e Guacira Maecondes Machado. São Paulo: Ática, 1996.

RIBEIRO, Ilza Maria. A crise brasileira no ensino da norma culta In: **A crise brasileira do ensino da norma padrão**. Arquivo disponível na *internet [on line]* via <http://www.unifacs.br/cel/braxxix/regra/pag.3.htm>. Acesso em dez./ 2006.

SAPIR, Edward. **Lingüística como ciência**. Trad. de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1977.

SCHMIDT, Siegfried J. **Lingüística e teoria do texto: os problemas de uma lingüística voltada para a comunicação**. Trad. de Ernst F. Schurmann. São Paulo: Pioneira, 1978.

SILVA, Ana Cristina Conceição da. **Até à descoberta do princípio alfabético**. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para Ciência e a Tecnologia. Coimbra, 2003.

SILVA e SOUZA, Maria Cecília Pérez; CRESCITELLI, Mercedes Fátima de Canha. Interrupção. In: KOCH, Ingedore G. Villaça; JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

SILVA, Myriam Barbosa da. **Leitura, ortografia e fonologia**. São Paulo: Ática, 1981.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português**: roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto, 2002.

SOARES, Magda. **Que professor de português queremos formar?** . Boletim ABRALIN, n. 25, p. 211 a 218, 2001.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1989.

TEIXEIRA, Elizabeth Reis. **Aspectos fono-articulatórios e fonológicos do português**. Salvador: UFBA, 2005.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e lingüística**. Trad. de Rodolfo Ilari; revisão técnica Ingedore Villaça Koch, Thaís Cristófar Silva. São Paulo: Contexto, 2004.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2000.

URBANO, Hudinilson. A linguagem falada e escrita de Helena Silveira. In: PRETI, Dino (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas, 2001, p.157-188.

VAL, Maria da Graça Costa. **Repensando a textualidade**. IV Fórum de Estudos Lingüísticos. Instituto de Letras da UERJ. 21/10/1999.